

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL - FSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL- PPGSS- MESTRADO

VALDERÍ TELES DO NASCIMENTO NETO

**O GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES E SUA POLÍTICA DE
CONCILIAÇÃO DE CLASSES**

MACEIÓ - AL
2017

VALDERÍ TELES DO NASCIMENTO NETO

**O GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES E SUA POLÍTICA DE
CONCILIAÇÃO DE CLASSES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador Prof. Dr. Artur Bispo dos Santos Neto

**MACEIÓ – AL
2017**

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecária Responsável: Janis Christine Angelina Cavalcante

N244g Nascimento Neto, Valderi Teles do.
O governo do Partido dos Trabalhadores e sua política de conciliação de classes / Valderi Teles do Nascimento Neto. – 2017.
112 f.

Orientador: Artur Bispo dos Santos Neto.
Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Maceió, 2017.

Bibliografia: f. 109-112.

1. Brasil – Política e governo – 2003-2016. 2. Estado. 3. Partido dos Trabalhadores (Brasil) – Crise. 3. Classes sociais. I. Título.

CDU: 329(81)PT



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL-PPGSS

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL-PPGSS

**ATA DA CENTÉSIMA QUINTA DEFESA
DE DISSERTAÇÃO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO
SOCIAL.**

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às 15 horas, na Sala do Conselho da Faculdade de Serviço Social, realizou-se a centésima quinta sessão de defesa de dissertação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS, na qual foi apresentado o trabalho intitulado **“O governo do Partido dos Trabalhadores e sua política de conciliação de classes”**, pelo aluno VALDERÍ TELES DO NASCIMENTO NETO. A banca foi composta pelos professores: Dra. Reivan Marinho de Souza, Dr. Zilas Nogueira de Queiroz e Dr. Artur Bispo dos Santos Neto, homologada em reunião do Colegiado do PPGSS no dia 08 de setembro de 2017. Após a exposição de 20 minutos, o candidato foi arguido pelos membros da banca, tendo 30 minutos para responder. Após a defesa, os examinadores se reuniram e chegaram aos seguintes resultados:

Examinador1: Dra. Reivan Marinho de Souza APROVADO

Examinador2: Dr. Zilas Nogueira de Queiroz APROVADO

Orientador: Dr. Artur Bispo dos Santos Neto APROVADO

Resultado final: APROVADO

Maceió, 25 de setembro de 2017.

Reivan Marinho de Souza
Dra. Reivan Marinho de Souza (UFAL)

Zilas Nogueira de Queiroz
Dr. Zilas Nogueira de Queiroz (UFAL)

Artur Bispo dos Santos Neto
Dr. Artur Bispo dos Santos Neto (UFAL)

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta dissertação é certamente um elemento fundamental para pensar o exercício da escrita como ferramenta de transformação intelectual e coletiva. Esse importante processo profissional e pessoal me levou a refletir sobre diversas questões. Descobri que a vida é maior que tudo e ela precisa ser construída coletivamente no afeto e na solidariedade. Assim, agradeço a todos/as que me fazem acreditar que é possível.

À minha mãe, por todo afeto e compreensão durante todo o curso de mestrado.

Aos meus amigos/as Thadeu Santos, Guto Cardoso, Josuel Santos, Valber Elias, Sandra Barbosa, André Luciano, Rogério Azevedo, Lua Cavalcante, Luciano Amorim, Ysa e Amanda Viana, por estarem comigo nas lutas desse mundão.

Aos amigos/as da juventude e da vida que me fazem realizar o constante e prazeroso exercício de amá-los. A vocês John, Tássia, Jackeline, Gyl, Felipe, Glícia, Alisson, Walleska, Taynan e Aline.

À minha amada amiga Pollyanna Alves, sem você nada teria sido possível.

Ao querido Joelcio Jackson, tão presente e companheiro nessa reta final.

À Silvia, pelos abraços e sorrisos tão necessários.

Ao amigo Jonathan Souza pelo apoio no início do mestrado.

Aos colegas de turma pelos momentos compartilhados e pela troca de conhecimentos.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS).

Agradeço ao Professor orientador Artur Bispo, pela disponibilidade na orientação da pesquisa. Ao Professor Zilas Nogueira e a Professora Reivan Souza, por participarem da banca, contribuindo com a pesquisa através dos relevantes apontamentos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas - FAPEL, pela concessão da bolsa, quesito fundamental para a dedicação a esta pesquisa.

“Só quando transgredimos alguma ordem é que o futuro se torna respirável”

Mario Benedetti

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir sobre a presença de uma política de conciliação de classes durante o governo do Partido dos Trabalhadores – PT no Brasil, a qual, a nosso ver, apresenta a sua fragilidade ao apoiar-se na centralidade da política, e assim na luta por postos do Estado como o seu horizonte. Tal processo conciliatório teve como algumas de suas medidas o controle da classe trabalhadora assim como a cooptação de algumas entidades historicamente representativas dos trabalhadores, Central Única dos Trabalhadores – CUT e Movimentos Sem Terra – MST, por exemplo. Por isso, nossa investigação envereda pela análise de documentos e outros elementos que apontam o caráter ideológico-estratégico desse partido, desde suas origens até a presidência e sua relação com essas representações dos trabalhadores. Neste sentido, observamos ao longo de nosso estudo que a atuação desse partido, através do Estado, não foi de encontro ao sociometabolismo do capital, mas justamente o contrário, auxiliou na operacionalização das medidas necessárias à retomada do processo de acumulação do capital ao buscar aliar capitalistas e operários, os representantes do capital e do trabalho, respectivamente, num processo para “salvar” o Estado de mais uma das crises cíclicas e estruturais do capital.

Palavras-chave: Conciliação de classe. Partido dos Trabalhadores. Crise. Estado Moderno.

ABSTRACT

The present work aims to discuss the presence of a policy of class conciliation during the government of the Workers Party - PT in Brazil, which, in our view, shows its fragility by relying on the centrality of politics, and so in the struggle for positions of the State as its horizon. Such a conciliatory process had as some of its measures the control of the working class as well as the co-optation of some historically representative entities of the workers, like Central Única dos Trabalhadores – CUT and Movimentos Sem Terra - MST, for example. That is why our investigation is rooted in the analysis of documents and other elements that point to the ideological-strategic character of this party, from its origins to the presidency and its relation with these representations of the workers. In this sense, we observe throughout our study that the performance of this party, through the State, did not go against the sociometabolism of capital, but precisely the opposite, helped in the operationalization of the necessary measures to reassume the process of accumulation of capital when seeking to ally capitalists and workers, the representatives of capital and labor, respectively, in a process to "save" the State from another of the cyclical and structural crises of capital.

Keywords: Class conciliation. Partidos dos trabalhadores (Workers Party). Crisis. Modern State.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ESTADO MODERNO E A CRISE DO CAPITAL	13
2.1. Estado moderno como elemento indispensável à reprodução do capitalismo	13
2.2. Crise estrutural do capital na contemporaneidade: apontamentos gerais	25
2.3. Estratégia do neodesenvolvimentismo no Brasil no contexto de crise do capital	40
3. SURGIMENTO E NAUFRÁGIO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT): É POSSÍVEL REFORMAR O CAPITAL?.....	52
3.1. O PT como produto da necessidade histórica de organização dos trabalhadores contra o regime militar	53
3.2. O Partido dos Trabalhadores (PT): sua origem na década de 1980.....	59
3.3. A inicial dimensão “Radical” do PT e os rumos eleitorais: algo surpreendente?	66
3.4. O PT como protagonista da luta dos trabalhadores: submissão da luta de classe a partir da conciliação com a burguesia	73
4. O PT E AS FORMAS DE CONTROLE DA CLASSE TRABALHADORA	78
4.1. A estratégia da participação popular na definição das políticas públicas e os programas sociais: instrumentos de controle?	78
4.2. A cooptação da CUT e do MST a partir do aparelhamento e financiamento estatal	85
4.3. A luta dos movimentos sociais: quando não há conciliação de classes usa-se a criminalização	97
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS	109

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a investigar o caráter de conciliação de classes no governo do Partido dos trabalhadores – PT que, na conjuntura política brasileira, se colocou como um dos instrumentos de controle da classe trabalhadora. Busca-se, pela análise de documentos, livros e artigos, apresentar as contradições que matizam a sociedade brasileira e o jogo de forças políticas que se põe em disputa no cenário político e socioeconômico contemporâneo.

Nas últimas décadas, assistimos ao aprofundamento da crise estrutural do capital e seus reflexos em todas as dimensões da vida social. O que testemunhamos na atual conjuntura é o processo de degradação da vida humana, a significativa neutralização da luta de classes, o “apassivamento” das lutas sociais coletivas (os movimentos sociais), ou seja, o redirecionamento da luta da classe trabalhadora para a esfera política e não para o horizonte da emancipação humana.

Com o colapso das experiências pós-capitalistas no leste europeu, na Rússia e na China no fim dos anos 1980, o neoliberalismo se expande e ganha ainda mais força: o cenário contrarrevolucionário está posto. Nessa lógica, o Partido dos Trabalhadores opera uma adaptação a esse cenário, de modo que começam a afirmar a possibilidade de reformar o capital, o que expressamente demonstra que os acordos com a burguesia serão firmados.

Dessa forma, o presente trabalho busca explicitar os reflexos da crise do capital na dinâmica política, em especial as particularidades do Brasil. Fazendo o recorte histórico do período no qual o PT chega ao poder implementando a política de conciliação de classe, atendendo às determinações do capital internacional e nacional. Tudo o que estava ao seu alcance foi feito no sentido de tentar conciliar o inconciliável (capital e trabalho). A pesquisa, que é de cunho bibliográfico e documental, parte da análise de algumas produções e documentos que subsidiam a reflexão sobre a crise do capital, o ordenamento político brasileiro e o PT.

Assim, a nosso ver, para compreender a anatomia política da realidade brasileira é preciso considerar sua inexorável relação com o complexo econômico e como este reverbera sobre as classes sociais destituídas dos meios de produção e dos meios de subsistência, em que o núcleo fundamental do desenvolvimento do capital se denomina expropriação de trabalho não pago e que a centralidade do trabalho tende a desaparecer na configuração prosaica do mundo instituído, em que a política acaba assumindo corolários cada vez mais acentuados.

Nesse sentido, é fundamental desvelar a relação existente entre trabalho e capital e a natureza fundada da política e o caráter fundante do trabalho, ou seja, compreender como as múltiplas contradições pautam a sociedade brasileira nos tempos hodiernos e salientar como as estratégias de conciliação exercidas pelo governo petista na atualidade servem plenamente aos propósitos dos ajustes necessários à reprodução do capital.

O interesse sobre o tema vem desde a graduação quando iniciei minhas primeiras aproximações com a pesquisa a partir de algumas disciplinas e projetos de extensão, a exemplo do PET Saúde, além da experiência significativa no Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) e na luta coletiva junto aos estudantes da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Nos últimos anos, já enquanto profissional, participei das comissões temáticas do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS/AL, na condição de Assistente Social de base. Compreendendo, dessa forma, a necessidade de contribuir na ampliação do debate e produção do conhecimento sobre a temática que se expressa no cotidiano, afetando o exercício profissional e os serviços prestados aos/às usuários/as dos serviços públicos em uma realidade conjuntural de retrocessos e retiradas de direitos sociais dos/as trabalhadores/as.

A partir dessa experiência aliada à aproximação com a pesquisa no Programa de Pós Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFAL) foi despertado o interesse de investigar o governo do Partido dos Trabalhadores e a sua política de conciliação de classe, surgindo algumas questões para esse processo: A estratégia de ocupar espaços institucionais na democracia burguesa, além de alianças feitas com a classe dominante, poderia garantir um “acúmulo de forças” para superação do capital e a construção de uma alternativa socialista como o PT sinalizava na sua origem na década de 1980? Será que, pelas vias do Estado (a partir de reformas, numa perspectiva de conquistas progressivas de direitos), essa transformação poderia ser realizada?

Compreendemos que a defesa dos direitos sociais é um preceito constitutivo dos princípios fundamentais do Código de Ética do/a Assistente Social de 1993. E entender o seu significado, dentro dos valores estabelecidos nesse documento normativo, denota apreender a história social dos direitos sociais dentro de uma perspectiva de confronto de classe e das lutas dos trabalhadores e dos seus limites e possibilidades dentro da sociabilidade capitalista.

O estudo das questões até aqui apresentadas sobre o PT surge a partir do interesse de desvelar se ocorreu realmente uma transformação do Partido dos Trabalhadores ao longo do tempo em sua trajetória política, e se houve adesão do partido à política de conciliação de classe com a burguesia para assim conseguir chegar ao governo central. Assim, analisamos um objeto que se destaca por sua atualidade na realidade política brasileira que surgiu de uma

estratégia anticapitalista para o país e, em seguida, tornou-se um governo de conciliação para gerir as demandas do capital.

A dissertação está estruturada em três capítulos: no primeiro, intitulado “Considerações acerca do estado moderno e a crise do capital” desenvolveu-se uma análise sobre os fundamentos do Estado Moderno, sua relação direta com o sistema do capital em crise e a particularidade brasileira a partir da ideologia neodesenvolvimentista.

No segundo capítulo, refletimos sobre o surgimento do Partido dos Trabalhadores na década de 1980, em um período histórico marcado pelo autoritarismo da ditadura empresarial-militar dos anos de 1964-1985. Destacamos ainda a força organizativa de massa que o PT inicialmente desenvolveu num cenário político de luta pela redemocratização do Brasil e o avanço da organização dos trabalhadores /as. Salientamos ainda a submissão do PT aos imperativos do capitalismo a partir da conciliação de classe com a burguesia.

O último capítulo, intitulado “O PT e as formas de controle da classe trabalhadora”, trata diretamente das estratégias de controle operadas pelo governo do PT, desde a implementação dos programas e políticas sociais, aparelhamentos de sindicatos e movimentos sociais, a exemplo da (CUT e MST), além de analisar a estratégia de criminalização para barrar os avanços das lutas sociais e por fim destaca uma reflexão sobre a desmobilização dos movimentos sociais na gestão petista.

Portanto, esperamos que este estudo possa contribuir com uma reflexão atual acerca da conjuntura política brasileira no período histórico que compreende o governo do PT, inserindo-se no debate contemporâneo no âmbito da sociedade e no Serviço Social, em torno da crise estrutural, sobre a conjuntura peculiar brasileira, e as estratégias operadas pelo governo no sentido de exercer o controle sobre a classe trabalhadora.

2. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ESTADO MODERNO E A CRISE DO CAPITAL

Iniciamos nosso estudo apresentando os elementos basilares à compreensão da gênese e da função social do Estado, bem como de sua correlação com o capital na sociedade capitalista, apontando, por sua vez, a essência contraditória desse instrumento de repressão e de controle das classes alijadas de seus meios de produção, em prol da defesa da propriedade privada e de seus detentores.

Entendemos que o desenvolvimento do modo de produção capitalista subordina a sua lógica ao Estado, tornando-o um ente fundamental, um servo da operabilidade do processo de produção e reprodução da acumulação capitalista e, assim, reforçando a máxima de que a função do Estado é de guardião da propriedade privada e de repressão e controle de seus opositores. Inclusive, Segundo Mézáros (2011), o Estado torna-se um mecanismo estratégico do capital para auxiliar o processo de retomada da acumulação do capital, ou seja, de exploração cada vez mais intensa do trabalho. Esses elementos são observados ao analisarmos a crise do capital, e em específico a crise de 1970, e os remédios adotados para “salvar” temporariamente o capital, assim como o papel fundamental do Estado nessa empreitada. É nesse interim de relação entre Estado e capital que também se pode observar a estratégia neodesenvolvimentista no Brasil no governo do PT como tentativa de atenuar os efeitos da crise do capital de 2008.

2.1. Estado moderno como elemento indispensável à reprodução do capitalismo

O pensador F. Engels, na sua obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (2012), apresenta o Estado como um construto humano que passou a existir como uma necessidade das sociedades de classes para a defesa da propriedade privada. Neste sentido, sua gênese está atrelada ao aparecimento das classes sociais, e sua função é a de proteger a propriedade privada. A partir da análise das relações sociais e das forças produtivas ao longo da história, Engels vai demonstrando a sua compreensão de Estado atrelada ao entendimento de como os homens organizam sua produção para sobreviver, de como eles modificam a natureza em prol de suas necessidades, de como eles trabalham.

Na *comunidade primitiva*, por exemplo, o autor tece que os primeiros grupos humanos tinham suas vidas organizadas na coleta de frutas e sementes, na caça, viviam em abrigos improvisados e tinham uma vida de caráter nômade, ou seja, viviam em determinada região

até quando houvesse alimento, depois partiam para outra região. Observa-se que havia uma economia doméstica entre eles, quer dizer: todos trabalhavam de forma coletiva para poderem subsistir às intempéries. Neste sentido, a existência de um era condição da existência de todos, pois todos precisavam do trabalho do outro para sobreviver. As forças produtivas nesse período eram escassas. Eles eram, certamente, escravos da natureza.

Contudo, alguns desses começaram a domesticar outros animais, e a cultivar algumas plantas, ocorre aí à chamada *Revolução Neolítica*, que põe novos contornos às relações dos homens com a natureza, e entre eles próprios, e dá um salto de qualidade em relação aos seres anteriores. Neste período da formação humana houve o desenvolvimento das forças produtivas, das ferramentas de trabalho, mas ocorre também uma mudança na relação entre os homens. O homem já conseguia produzir o que era necessário à sua sobrevivência, tinha animais e plantava, aliás, conseguia produzir a mais do que se necessitava. Cria-se assim o *excedente econômico*.

O surgimento desse *excedente econômico*¹ “assinala o aumento da produtividade do trabalho, opera uma verdadeira revolução na vida das comunidades primitivas: com ele, não só a penúria que as caracterizava começa a ser reduzida” (NETTO; BRAZ, 2007, p 57). Foi nesse contexto que houve uma nova divisão social do trabalho, pois se antes todos produziam, agora alguns membros da comunidade não precisavam exercer o trabalho, apenas incumbir outros dessas atividades.

Com a possibilidade de acumulação do excedente produzido pelas comunidades, dois elementos aparecem: o processo de acumulação de excedente da produção geraria um intercâmbio entre as comunidades, que de alguma forma poderia ser destinado à troca com outras comunidades², e a possibilidade da acumulação com elemento para exploração do homem pelo homem. Desse processo, a partir da primeira divisão social do trabalho, emergem duas classes antagônicas: senhores e escravos. Surgiam as condições objetivas para as conhecidas desigualdades sociais.

Em resumo, a sociedade se dividiu entre os que trabalham e os que exploram os trabalhadores. Os explorados e os exploradores que vivem do trabalho alheio. Afirmam Netto e Braz (2007, p.57) que “quando essa possibilidade (de acumulação) e alternativa (de exploração) se tornam efetivas [...] a comunidade primitiva entra em dissolução, sendo substituída pelo escravismo”. Nota-se que a escravidão a partir de sua estruturação efetiva,

¹ Conforme Baran; Sweezy (1974, p. 19): “O excedente se caracteriza pela [...] diferença entre o que a sociedade produz e os custos dessa produção. O volume excedente é um índice de produtividade e riqueza”.

² Apontam Netto e Braz (2008) que nesse momento nascia a mercadoria e, junto com ela, as pioneiras formas de comércio.

nas palavras de Engels, se converte em condição básica para a solidificação do sistema social escravista³.

O Estado nem sempre existiu na construção das sociedades. Sua origem se dá com a divisão social do trabalho nas sociedades de classes. Ainda quando a divisão social do trabalho era rudimentar, todos exerciam a função de Estado para a organização das relações sociais existente, mas com o desenvolvimento das forças produtivas, e com isso também das relações sociais, a forma de organização do Estado se configura com funções mais específicas.

No contexto, a partir da divisão social do trabalho, a sociedade se divide em classes sociais. O caráter de exploração e dominação exercido de uma classe sobre outra transforma profundamente as relações ali antes existentes. Engels (2012, p. 215) afirma que o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes. No que se refere ao Estado, Engels (2012, p. 213) também observa que ele é produto da sociedade, quando tal sociedade chega a determinado grau de desenvolvimento. Assim, foi nesse cenário que o Estado, ao longo do tempo, vem se desenvolvendo, sendo o Estado antigo, o Estado do modo de produção escravista e atualmente se tornou o Estado moderno.

Outro ponto a destacar é que, historicamente, o Estado aparece como protetor da propriedade de alguns cidadãos, os possuidores:

[...] Em Atenas e em Roma, onde a classificação da população era estabelecida pelo montante de bens. O mesmo acontece nos Estado feudal da Idade Média, onde o poder político era distribuído conforme a importância propriedade territorial. E é o que podemos ver no censo eleitoral dos modernos Estados representativos. Entretanto, esse reconhecimento político das diferenças de fortuna não tem nada de essencial. Ao contrário, revela até um grau inferior de desenvolvimento do Estado. A república democrática – a mais elevada das formas de Estado, e que, em nossas atuais condições sociais, vai aparecendo como uma necessidade cada vez mais iniludível, e é a única forma de Estado sob a qual pode ser travada a última e definitiva batalha entre o proletariado e burguesia – não mais reconhece oficialmente as diferenças de fortuna (ENGELS, 2012, p. 216).

É importante compreender que o Estado representa os interesses da classe dominante, tendo na propriedade privada um elemento importante para manutenção do Estado capitalista. Mais especificamente, Marx e Engels desenvolvem e avançam no que se refere à concepção de Estado, entre 1846 e 1847, a partir da elaboração em conjunto de textos: *Ideologia Alemã* e *Manifesto do Partido Comunista*. No início do texto do *Manifesto do*

³ O sistema escravista se estrutura por volta de 3.000 anos antes de Cristo e resistiu até a queda do conhecido Império Romano.

Partido Comunista, os autores destacam: “A história de todas as sociedades até agora tem sido a história da luta de classe” (2008, p. 8). E continuam:

[...] Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, mestre de corporações e aprendiz, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em contraposição uns com os outros e envolvidos em uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito (Ibid.).

Isso significa que a sociabilidade burguesa surge a partir dos resquícios da sociedade feudal. A burguesia, nas palavras de Marx e Engels (2008, p. 9), apenas colocou em evidência “novas classes, novas contradições, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das antigas”, ao criar duas grandes classes antagônicas entre si, os burgueses e os proletários. Marx e Engels apontam — em relação à luta de classes e, em particular, sobre o Estado burguês, reconhecendo o Estado como expressão legítima de disputa de classe — um conflito direto em defesa dos interesses que pairam sobre a manutenção da propriedade privada. A relação de antagonismo entre capital e trabalho. Marx e Engels (2008, p. 11-12), assim se pronunciam:

[...] com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, a burguesia conquistou, finalmente, o domínio político exclusivo no Estado representativo moderno. O poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo.

E é esse contexto, essa realidade que se objetiva que vai impondo, a cada momento, a necessidade de manutenção da ordem burguesa. É inegável que o Estado moderno caminha articulado à reprodução do capital e suas diversas expressões e personificações, além de expressar em sua essência o caráter inconciliável entre as classes (contradições de classe).

O processo de constituição do *Estado Moderno* acontece no modo de produção capitalista e é fundamental para a manutenção e existência desse sistema que Mézszáros (2011) chama de *sociometabólico*. Parece evidente que o Estado Moderno se articula profundamente com as demandas requisitadas pelo capital. Uma das questões importantes é tentar compreender o Estado Moderno na totalidade do movimento da reprodução social. Compreender a articulação da política com as bases da reprodução capitalista na era moderna. Efetivamente, economia e política se articulam e se desenvolvem de forma integrada para operar o desenvolvimento da sociabilidade.

É preciso salientar que na obra de Laski, *O liberalismo Europeu* (1973), o autor aponta o fundamento ontológico básico no sentido de compreender o movimento da história de forma que “As novas condições materiais, em resumo, deram origem às novas relações sociais; e, em função destas, desenvolveu-se uma nova filosofia para permitir uma justificação racional do novo mundo que assim nascera” (LASKI, 1973, p. 9). Trata-se de deixar claro que as mudanças operadas no conjunto da sociedade nesse momento histórico implicam em transformações profundas na estrutura da sociedade como um todo. Como afirmou Laski, surgia uma nova filosofia para sustentar essa nova forma de sociabilidade e todas as suas significativas alterações.

No processo de desenvolvimento em que o liberalismo se gesta, uma nova sociedade emerge, com novas formas, a partir do exaurimento da sociedade feudal. A estrutura econômica e social começa a se organizar para atender às demandas nascentes das necessidades desse novo modo de sociabilidade. A partir desse novo formato da organização social, a classe burguesa tem sua ascensão, ampliando seu domínio no poder político. Nesse aspecto, é fundamental compreender que o instrumento utilizado pela burguesia para ampliar seu domínio foi o Estado, tendo como elemento central limitar a intervenção política para manter sob controle a ordem pública. Escreve Laski (1973, p.13):

[...] o liberalismo foi o surgimento de uma nova sociedade econômica, no final da Idade Média. Como doutrina, foi modelado pelas necessidades dessa sociedade; e, como todas as filosofias sociais, não pôde transcender ao meio em que nasceu. Portanto, à semelhança de todas as filosofias sociais, continha ao nascer as condições de sua própria destruição. Em seu princípio vivo, foi ideia por meio da qual a nova classe média ascendeu a uma posição de domínio político. Seu instrumento foi a descoberta daquilo a que se pode chamar de Estado contratual. Para formar este Estado, procurou limitar a intervenção política a mais exígua área compatível com a manutenção da ordem pública.

Essa forma de constituição do poder político pela burguesia no liberalismo afirma que o indivíduo, que o sistema se propôs a proteger, era o detentor da propriedade privada, “[...] em resumo, a ideia de liberalismo está historicamente vinculada, de modo inevitável, à de posse de propriedade” (LASKI, 1973, p.13).

Para se efetivar as potencialidades da produção capitalista era fundamental a ruptura com o sistema feudal, sem isso não seria possível o desenvolvimento da nova ordem. Era exigida agora outra forma de relação econômica. O movimento da realidade mostrou os passos dados pelo capital primeiro: se apropriou das bases materiais de reprodução do homem e, em seguida, do Estado, para assim ter total controle e poder. Para tais transformações

ocorrerem foram passados cerca de três séculos, e “revolução e guerra presidiram ao seu parto” (Ibid., p. 10). Esclarece Laski (1973, p. 17-18) que:

Nesse esforço teve de passar, em termos gerais, por duas grandes fases. Por um lado, procurou transformar a sociedade; por outro, procurou capturar o Estado. Empenhou-se em transformar a sociedade mediante a adaptação dos seus hábitos e costumes a um meio adequado aos novos propósitos por ele enunciados. Empenhou-se em capturar o Estado porque, desse modo terá em suas mãos, finalmente, o supremo poder coercitivo da sociedade e poderá usá-lo, conscientemente, para os seus próprios fins. Justifica o seu esforço persuadindo os seus semelhantes – não sem uma considerável dose de coerção na persuasão – de que a busca da riqueza pela riqueza envolve, necessariamente, o bem social. O homem que enriquece converte-se num benfeitor social pelo mero fato de tornar-se rico. Esta é a essência do novo espírito. É a chave central para a grande aventura dos tempos modernos.

A afirmativa revela o quanto foi necessário para o capital ganhar forma e expressar seu domínio por todos os lados. O autor busca demonstrar as transformações ocorridas no plano econômico e político a partir do século XVI, dando destaque para alguns elementos importantes como “[...] a vitória do utilitarismo no domínio moral, a tolerância no domínio religioso, o governo constitucional na esfera política” (LASKI, 1973, p. 63). No plano econômico, o Estado expressa sua autoafirmação e “converte-se no mordomo do comércio” (Ibid.).

O Estado modifica sua forma de atuação para atender às demandas necessárias para manutenção da nova ordem e sua economia. Um conjunto de mudanças e lutas aconteceram em função da conquista de mercado⁴, e “o poder político centralizado exerceu tarefa modular no processo de desintegração das relações econômicas feudais e na constituição das bases essenciais para o desenvolvimento do capitalismo” (SANTOS NETO, 2015, p. 61).

Por sua vez, até que a burguesia pudesse operar todas as suas determinações, tendo como norte os interesses do capital, ela se utilizou do Estado absolutista como canal para atender seus objetivos jurídicos e econômicos. Sobre esse aspecto, Santos Neto (2015, p. 61-62) expõe que “a burguesia preparava suas bases para assumir o controle de toda a sociedade, ela recorreu ao absolutismo; ao subordinar todos à vontade do rei, subordinava todos à vontade do capital comercial e aos valores mercantis”.

Nesse tempo histórico de profundas transformações, a ascensão da burguesia, como destacou Marx e Engels (2008), aconteceu por meio da revolução burguesa que, ao transferir

⁴ O Estado absolutista “cumpru papel destacado no processo de desenvolvimento do capital comercial, porquanto extinguiu as taxas internas que interceptavam o livre fluxo de mercadorias e conseguiu integrar o mercado nacional através de medidas protecionistas, com cobranças de tarifas dos produtos estrangeiros e a preocupação em assegurar uma balança comercial favorável. Nesse processo, ele desempenhou papel substancial na tentativa de resguardar a constituição de colônias como novos mercados auxiliares ao desenvolvimento de sua economia central” (SANTOS NETO, 2015, p. 61).

o poder político dos proprietários da terra para os industriais, trouxe novos instrumentos para a administração do capital. O Estado liberal nunca foi neutro, sempre procurou de forma coercitiva impor à classe trabalhadora suas regras, o que era uma requisição dos proprietários privados sempre na busca por ampliação de poder e lucro.

O Estado moderno, cooptado pela burguesia, serve aos interesses da classe econômica e politicamente dominante. A burguesia, ao longo do tempo, se apropriou das novas relações de caráter econômico e político. A economia capitalista e o Estado moderno se desenvolvem em ritmos diferentes, mas em sincronia, tendo as condições materiais que constituem uma nova forma de produção ainda dentro do modo feudal, o que implica em dizer que o Estado ainda era feudal nos tempos de gênese do surgimento do comércio.

Devido à necessidade de o próprio Estado desenvolver sua função social de diferentes formas no processo de desenvolvimento do capitalismo ao longo da história, ele se reordena a partir das necessidades postas pelo capitalismo e suas personificações, convertendo-se em Estado do capital para poder desenvolver sua reprodução social para extração de mais-valia via exploração da força de trabalho. Torna-se inevitável buscar a compreensão dos fundamentos do Estado, para assim poder deixar claro sua função no contexto do modo de produção capitalista e suas diversas formas para garantir a reprodução social dessa sociabilidade.

A partir das contribuições de Marx, observa-se uma nova forma de compreensão do Estado e da Política. É importante destacar que a apreensão do Estado para a perspectiva marxista é diferente da visão liberal. Com Marx se apresenta uma visão crítica do Estado, da democracia (burguesa) e do liberalismo. Marx não se dedicou ao estudo específico do Estado, mas em diversas obras demonstrou uma análise deste.

Marx, ao longo dos seus anos de estudo, caminha para sua maturidade teórica. À medida que Marx desenvolve reflexões, a partir das contribuições trazidas por Hegel, que por sua vez aproxima-se dos conceitos dos *contratualistas* dos séculos XVII e XVIII, desenvolve o conceito que chamou de “sociedade civil⁵”, sendo esse um conjunto de relações econômicas pautadas nos interesses privados e da “sociedade política” com Estado. Para Marx, é fundamental uma articulação entre “sociedade civil” e “sociedade política”. Porém, é a sociedade civil que constitui a essência e existência do Estado.

A “sociedade civil”, que constitui o conjunto das relações e interesses de caráter privado, funda o Estado por meio do seu elemento de classe, das leis que o ordenam e das

⁵ Para Marx e Engels (2009, p. 110): “A sociedade civil compreende todo o intercâmbio material dos indivíduos numa determinada etapa do desenvolvimento das forças produtivas. Compreende toda a vida comercial e industrial de uma etapa e nessa medida transcende o Estado e nação”.

diversas representações enquanto representações de classe. O Estado se apresenta como o garantidor da manutenção do poder e do controle de uma classe sobre a outra; a sociedade civil se caracteriza como instrumento fundamental na conservação dessas bases. Nesse sentido, o Estado é “criatura” da sociedade e suas relações sociais. O Estado, no desenvolvimento do pensamento marxiano, surge devido aos conflitos entre as classes no ordenamento da sociedade civil.

No texto *Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano*, do ano de 1844, Marx desenvolve reflexões sobre o Estado e a política, relação entre Estado e sociedade civil. Tal estudo é de grande relevância para se pensar o Estado. Marx destaca os seguintes aspectos: o caráter essencialmente opressor do Estado, a extinção do Estado como consequência da eliminação do antagonismo de classes na sociedade civil, o limite essencial da emancipação política, salienta o caráter essencial da emancipação humana e, por fim, necessária possibilidade da revolução. Tal contribuição de Marx é de uma profundidade essencial para pensar novos rumos para a humanidade.

Cumprir observar que o objetivo de Marx era criticar o artigo de *Arnold Ruge*, que se identificava como “um prussiano”. O artigo foi publicado no jornal alemão *Vorwärts!* (*Avante!*) entre os dias 07 e 10 de Agosto, na edição de número 60. Já Marx publica nas edições seguintes (63 e 64) do mesmo jornal. No texto de 1844, Marx apresenta as bases teóricas sobre o Estado e a política, tendo fundamental relevância para compreensão do amplo legado teórico do autor. Nas palavras de Tonet (2010, p. 8), “Marx faz uma dura crítica às ideias de Ruge e aproveita para explicar a sua posição quanto ao conjunto de questões da mais alta importância e que farão parte do núcleo de sua nova proposta teórico-prática⁶”.

O texto das Glosas aponta uma tese que se refere ao Estado com instrumento de dominação de classe, além de demonstrar a dependência ontológica do Estado frente à sociedade civil. Nesse momento, Marx também coloca em destaque elementos como a superação do Estado e de todas as suas opressões. É importante explicitar que a sociedade civil é base estruturante da sociedade onde se expressam as classes sociais, suas relações de produção. Para Marx, a sociedade civil aparece como fundamento do Estado e entre eles há uma relação de dependência ontológica. O próprio Marx afirma que:

O Estado e a organização da sociedade não são, do ponto de vista político, duas coisas diferentes. O Estado é o ordenamento da sociedade [...] Com efeito, essa dilaceração, essa infância, essa escravidão da sociedade civil é o fundamento natural

⁶ “[...] O ano de 1844 é um momento decisivo no seu percurso teórico. Com efeito, é nesse ano que ele começa a lançar os fundamentos metodológicos que orientarão toda a sua obra” (TONET, 2010, p. 9).

onde se apoia o Estado moderno, assim como a escravidão era fundamento no qual se apoiava o Estado antigo (MARX, 2010, p. 59-60).

Nesse processo podemos perceber que a existência da dependência ontológica do Estado em relação à sociedade civil não se apresenta como um determinismo econômico, como alguns interpretes de Marx costumam afirmar, mas, sim, aparece como uma relação articulada entre fundante e fundada. Nesse sentido, é a sociedade civil que explica a necessidade do surgimento do Estado, sua função social e legal. Para Tonet (2010, p. 21-22), “a afirmação dessa dependência do Estado em relação à sociedade civil supõe a apreensão de que o ser social tem um ordenamento cuja matriz é a economia”.

A partir das relações materiais se tem apreensão das relações sociais em dada forma de sociabilidade, no caso da sociedade de classe, o Estado carrega com ele o caráter de dominação de uma classe sobre a outra. A sociedade civil se apresenta a partir da luta constante entre as classes; desse modo, o Estado é o “ordenamento da sociedade” e a sociedade é expressamente marcada pela luta e opressão de classe. Nas palavras de Marx:

A existência do Estado e a existência da escravidão são inseparáveis. O Estado Antigo e a escravidão antiga – francas antíteses clássicas – não estavam fundidas entre si mais estreitamente do que o Estado moderno e o mundo moderno de traficantes, hipócritas antíteses cristãs (MARX, 2010, p. 60-61).

Para Marx, a escravidão e a existência do Estado são inseparáveis. O Estado terá sempre lugar onde houver opressão e exploração de uma classe sobre a outra. No entanto, o Estado apresenta um caráter de neutralidade aparente quando afirma defender o interesse de toda sociedade, isso vela que sua função social é servir a classe dominante na manutenção de seus privilégios. Afirma Marx (2010, p.60): “O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa na contradição”.

O caráter burguês do Estado tem a função de proteger as relações capitalistas de produção, de forma a garantir o total domínio do capital sobre o trabalho. Além de ampliar a reprodução do capital, acumular o produto social, repartir o fundo público em total benefício do capital e suas diversas personificações, além de explorar a terra e seus recursos naturais. A condição do Estado é a de fazer desenvolver as relações capitalistas de produção, sendo instrumento defensor dessas mesmas relações. Assim como o fez no Estado antigo, representando os interesses dos senhores, tendo como expressão o domínio e a exploração desumana dos homens escravizados. Mudam-se as formas e conserva-se sua essência.

Além de Marx, nos apoiamos nos fundamentos do Estado conforme analisados por István Mészáros no capítulo 2 de sua obra de maior envergadura – *Para Além do Capital: rumo a uma teoria de transição* (2011). Nesse capítulo, intitulado “A ordem da reprodução sociometabólica do capital”, Mészáros tece importantes reflexões sobre a dimensão da reprodução do capital e sua articulação com o Estado moderno. Avançando criticamente, Mészáros afirma que para compreender o movimento da realidade em sua totalidade é fundamental a apreensão da totalidade desse modo de produção, e sinaliza que “[...] o capital não é simplesmente uma “*entidade material*”, não é também um “*mecanismo racionalmente controlável*”, [...] é, em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico” (MÉSZÁROS, 2011, p. 96). Continua Mészáros:

A razão principal por este sistema forçosamente escapar a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como poderosa – na verdade, até o presente, de longe *a mais* poderosa – estrutura “*totalizadora*” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “*viabilidade produtiva*”, ou parecer, caso não consiga se adaptar (MÉSZÁROS, 2011, p. 96).

Neste sentido, o autor demonstra de forma categórica que o sistema do capital é o primeiro sistema que tem o caráter totalizador *irrecusável* e *irresistível*. A ele não importa os meios para se constituir enquanto sistema totalizador em qualquer lugar, momento ou caso encontre qualquer forma de resistência. Um sistema de caráter amplamente dinâmico em comparação a todos os vividos anteriormente na história da sociedade.

Porém, “o preço a ser pago por esse incomensurável dinamismo totalizador é [...] a *perda de controle* sobre os processos de tomada de decisão” (Ibid., p. 97). Trata-se de um conjunto de contradições desde a socialização da produção e até a apropriação privada da riqueza. O caráter contraditório do sistema do capital se caracteriza de forma permanente e ontológica.

Não é por acaso que Mészáros afirma que, “na qualidade de modo específico de controle sociometabólico, o sistema do capital inevitavelmente também se articula e consolida com estrutura de comando singular” (Ibid., p. 98). O controle exercido pelo sistema do capital não se expressa apenas nas unidades de produção, mas sim aparece em diversas esferas de sociabilidade humana, inclusive no produto da sociedade civil – Estado componente da totalidade social. Na sociedade de classes se exige um poder regulador das relações sociais que controle o sistema enquanto totalidade. A dimensão *totalizadora* é tão

ampla que penetra por todas as relações e esferas da produção da vida e das consciências humanas. Como explica Mézáros (Ibid.):

As oportunidades de vida dos indivíduos sob tal sistema são determinadas segundo o lugar em que os grupos sociais a que pertencem estejam realmente *situados na estrutura hierárquica de comando do capital*. Além do mais, dada a modalidade única de seu metabolismo socioeconômico, associada a seu caráter totalizador – sem paralelo em toda a história, até nossos dias –, estabelece-se uma correlação anteriormente inimaginável entre *economia e política*.

O autor demonstra o caráter totalizador do sistema do capital, sua estrutura hierárquica nunca vista em sistemas sociais anteriores. Nesse sentido, o capital, no seu processo de desenvolvimento, precisou capturar todas as relações sociais para, assim, se potencializar dando vitalidade ao seu metabolismo sociometabólico.

Ao caracterizar o Estado moderno, Mézáros o situa como “imensamente poderoso – e igualmente totalizador – se ergue sobre a base deste metabolismo socioeconômico que tudo engole, e o complementa de forma indispensável (e não apenas servindo-o) em alguns aspectos essenciais” (Ibid., p. 98). Em outros termos, no sistema do capital, o Estado se torna o Estado do capital e serve a todas as suas demandas, garantindo sua *autorreprodução*. O Estado acaba complementado as funções que fazem o capitalismo se reproduzir e se ampliar, regulando desde as bases materiais de acumulação da riqueza, as relações sociais até o controle sobre a classe trabalhadora e suas possíveis lutas. Além disso, regula as políticas que de alguma forma vão se constituir como mecanismo de autorreprodução do sistema do capital, exercendo também funções de orientação e fiscalização. Como afirmou Engels, o Estado, que é representante da classe capitalista, desenvolve sua função social de acordo com as requisições do sistema do capital.

De forma contundente, Mézáros sinaliza os fundamentos ontológicos do Estado, demonstrando como “um modo de controle sociometabólico, o capital, por necessidade, sempre retém seu *primado* sobre o *pessoal*, por meio do qual seu *corpo jurídico* se manifesta nos diferentes momentos da história” (Ibid., p. 98). O chamado corpo jurídico é o próprio Estado que, adaptando-se às necessidades do capital, por vezes muda de forma, mas se conserva a essência e função social.

No processo de sujeição das relações sociais ao capital, sua expressão máxima se desenvolve por meio da luta de classes, tendo em sua mais pura dimensão o caráter irreconciliável tanto na base material da economia até as relações de controle político. É importante aqui dizer que não devemos ter a ilusão de que ao tentar “mudar o Estado”

podemos construir outra relação entre as classes, pois essas estarão em constate conflito, como já afirmaram Marx e Engels (1848) no *Manifesto do Partido Comunista*. A dominação de classe se apresenta na base material, encontra na esfera política um apoio e complementação para continuar garantindo a reprodução do sistema do capital.

Numa passagem significativa Mézáros expõe que:

A formação do Estado Moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema. O capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno (Ibid., p. 106).

Essa passagem de Mézáros não deixa dúvidas de que o Estado é inseparável do comando político do sistema do capital, tendo como função administrar o sistema em seu metabolismo sociometabólico, para que ele não perca seu autocontrole. Nesse sentido, a formação do Estado moderno é requerida pelo capital para assegurar sua reprodução de forma real e efetiva. Em suma, “a formação do Estado moderno é exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema” (Ibid.).

Como já foi pontuado anteriormente, o surgimento do Estado se deu antes do sistema capitalista. É importante destacar que em todos os sistemas sociais em que existiram as classes sociais, o Estado esteve presente como elemento de legitimidade social, além colocar-se em defesa dos interesses da classe que detém o poder econômico. O Estado muda sua forma de atuação na passagem de uma formação social para outra; na chegada do capitalismo, isso não foi diferente: muda a forma e permanece a sua essência.

O Estado moderno no capitalismo é a expressão máxima da aliança em defesa dos interesses da classe dominante. Todos os interesses que são defendidos são os do capital. O capital estará sempre, de forma inseparável, articulado ao o Estado moderno. Em suma, ao capital o que interessa é se manter vivo no seu processo desumano de reprodução social.

Na análise do desenvolvimento, gênese e formato do Estado moderno, podemos ver que o mesmo surge com uma função social determinada, atendendo aos interesses de uma classe social em oposição à outra. Compreende-se que o surgimento do Estado está articulado à base material de reprodução da sociedade, e encontra na sociedade civil seu fundamento ontológico. Com o desenvolvimento histórico, o Estado se torna o comitê executivo da classe detentora do poder econômico e político para, assim, administrar e controlar a sociedade de classes no que se refere a sua forma de reprodução social.

O Estado tem sua gênese no antagonismo entre as classes se colocando a serviço da classe economicamente dominante, garantindo seus interesses. Funda-se com uma função social definida, é incapaz de resolver qualquer problema social, bem como de alterar a sociedade civil. A essência do Estado é essa, estando presente nas diferentes formações sociais.

Percebe-se que o Estado é incapaz de transformar a ordem burguesa, pois ambos são inseparáveis no Estado moderno, caminhando lado a lado para manutenção de seu poder. Em suma, o Estado nasce com uma função social definida, mantendo relação inseparável com a classe dominante, servindo aos seus interesses de classe. No capitalismo, o Estado moderno é expressão aliada do capital em sua manutenção e reprodução. Desta forma, aos que acreditam na luta dos trabalhadores e na possibilidade da emancipação humana, se faz necessária a organização coletiva conectada aos sujeitos revolucionários. Em tempos difíceis de barbárie, é fundamental lutar contra o capital, contra o Estado e contra suas diversas personificações e organizar forças para construir a emancipação.

2.2. Crise estrutural do capital na contemporaneidade: apontamentos gerais

No primeiro item, elencamos aspectos sobre o Estado moderno e seus fundamentos. Neste item, iremos refletir sobre os elementos do período do chamado *Welfare State* (“Estado de Bem-Estar Social”), sinalizando também as dimensões que colocam a humanidade no atual momento de barbárie, que afastam os trabalhadores da luta de classe. Trataremos também de alguns elementos significativos da constituição do chamado Estado de Bem-Estar Social enquanto estratégia de dominação do capital. Por fim, apontaremos os aspectos da Crise do Capital e seus rebatimentos na vida cotidiana.

Coloca-se que foi entre 1940 e 1970 que se cogitou, segundo alguns teóricos⁷, a existência do chamado Estado de Bem-Estar Social em países centrais da Europa e nos Estados Unidos — período que ficou conhecido como o das “três décadas gloriosas”. O Estado de Bem-Estar Social é um fenômeno que tem sua origem no século XX, existindo diversas tentativas teóricas para explicar sua gênese. Um aspecto desse processo é que ele se incrementou às políticas sociais voltadas para as necessidades de reprodução dos trabalhadores e pessoas carentes. No mesmo sentido, se expressa Lessa (2013, p.175):

⁷ Apontaremos aqui apenas dois autores entre muitos, porém esses são os mais citados no Brasil, *Esping-Andersen* e no debate latino-americano *Ferran Coll* no que se refere ao Estado de Bem-Estar Social, estes autores limitam-se a uma visão de mundo conservador sendo o pós-guerra seu ponto de partida. Para maiores detalhes ver: LESSA, 2013, p.11-34.

[...] o Estado de Bem-Estar se caracteriza por uma nova modalidade, mais humana e mais ética de intervenção estatal na economia com a utilização em larga escala de políticas públicas voltadas aos mais carentes: o “Estado social”, o “Estado Providência” para outras, o Estado desmercadorizador ou ético, etc.

Mas que necessidades seriam essas? A ampliação do Estado de Bem-Estar Social tem como característica a adoção de políticas públicas e a incorporação dos trabalhadores ao consumo de bens materiais e serviços em um contexto de pós-guerra, em que o capital precisava se recompor no que se refere a sua expansão e reprodução.

A ilusão do chamado Estado de Bem-Estar Social estaria contida pura e simplesmente na dimensão de acesso a bens e serviços como condição estratégica para manutenção do capital? Neste sentido, é importante compreender que, dentro de uma sociedade alienada pelo capital, é muito fácil ser disseminada uma concepção de mundo mítica e falseada, como foi a da existência do Estado de Bem-Estar Social ao se propor em garantir o bem-estar para todos/as.

Trata-se de incorporar no cotidiano da sociedade uma mentira que se coloca como algo extremamente necessário para a manutenção da ordem do capital. E foi assim, sobre as bases do “reformismo” e da “intervenção”, que se configurava o Estado de Bem-Estar no século XX, em um cenário de transformações em todos os níveis.

Podemos, agora, perceber que o caráter do Estado se dá de forma diferente do passado; agora ele se manifesta enquanto Estado interventor. Tal intervenção garante ao Estado capitalista exercer o controle sobre tudo e todos, além de promover uma sensação falseada de qualidade de vida. Segundo Netto (2010), o *Welfare State* foi o carro-chefe do capitalismo mundial, pois lhe garantiu por algumas décadas ampliar sua dinâmica de acumulação.

Nesse sentido, os limites do Estado de Bem-Estar Social marcam o período que Mézáros (2002) caracteriza como “crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital”. Agora a crise não tem seu caráter cíclico como no passado. A crise estrutural afeta profundamente todas as dimensões da vida do conjunto da humanidade.

Propagou-se por três décadas em países e continentes centrais (Europa e EUA) o período “glorioso” do *Welfare State*, tendo este um padrão *taylorista-fordista*⁸ de produção

⁸ Foi “na *produção em massa* de mercadorias, a partir de uma produção mais *homogeneizada* e enormemente *verticalizada*. Na indústria automobilística taylorista e fordista, grande parte da produção necessária para a fabricação de veículos era realizada inteiramente, recorrendo-se apenas de maneira secundária ao fornecimento externo, ao setor de autopeças. Era necessário também racionalizar ao máximo as operações realizadas pelos trabalhadores, combatendo o “desperdício” na produção, reduzindo o *tempo* e aumentando o *ritmo* de trabalho, visando a intensificação das formas de exploração. Esse padrão produtivo estruturou-se como base no trabalho *parcelar* e *fragmentado*, na decomposição das tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo produtor de veículos.

em massa e também a garantia de acesso ao conjunto de serviços de proteção social público, promovendo, assim, uma via de mão dupla à cobertura no acesso aos bens materiais de consumo e às políticas sociais disponibilizadas pelo Estado à população neste período.

Nesse contexto, o *Welfare State* possibilitou ganhos significativos (no plano do consumo e acesso a serviços sociais e privados) à sociedade que ali despontava nestas “três décadas gloriosas”. A sociedade advinda do pós-guerra (1945) encontrou no referido período condições de estabilidade econômica e de serviços sociais disponibilizados pelo Estado, sendo a saúde, a educação, e a assistência social oferecidas a um número significativo da população.

O *Welfare State* se caracterizou como elemento constitutivo dessa nova dinâmica. Tratou-se de ampliar as políticas sociais e sua formação enquanto proteção social transformando-as em possíveis respostas de enfrentamento às problemáticas advindas do próprio movimento imposto pelo capital, sendo estas políticas respostas mínimas para atenuar as expressões da “questão social”⁹. Neste sentido, a chamada “questão social” se aprofunda também nos países periféricos que não são contemplados por políticas sociais amplas como as vivenciadas na Europa. Nos países periféricos a exemplo do Brasil, o que se apresentavam eram projetos do grande capital internacional no plano da industrialização pesada como forma essencial de superar o atraso.

Portanto, é fundamental refletir sobre a dimensão pela qual vem sendo propagada a ideia do *Welfare State*, pois ela nos conduz a uma conexão que é muito peculiar ao sistema do capital: a *contradição*¹⁰. É partindo da análise que só há uma ampla cobertura de consumo e proteção social nos continentes e países centrais à custa de um massivo número de trabalhadores que se perpetuam na miséria extrema nas periferias do globo. O movimento que é imanente ao capital é o da *contradição* entre capital e trabalho, o da polaridade entre os

Paralelamente à perda de destreza do labor operário anterior, esse processo de *desantropomorfização do trabalho* e sua conversão em *apêndice* da máquina-ferramenta dotavam o capital de maior intensidade na extração de sobretrabalho. À mais-valia extraída *extensivamente*, pelo prolongamento da jornada de trabalho e do acréscimo da sua dimensão *absoluta*, intensificava-se de modo *prevalecente* a sua extração *intensiva*, dada pela menção relativa da mais-valia. [...] Uma linha rígida de produção articulava os diferentes trabalhos, tecendo vínculos entre as ações individuais das quais a *esteira* fazia as interligações, dando o ritmo e o tempo necessários para a realização das tarefas. Esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela *mescla* da *produção em série fordista* com o *cronômetro taylorista*, além da vigência de uma separação nítida entre *elaboração* e *execução*. Para o capital, tratava-se de apropriar-se do *savoir-faire* do trabalho, “suprimindo” a *dimensão intelectual do trabalho operário*, que era transferida para a esfera da gerência científica. A atividade de trabalho reduzia-se a uma ação mecânica e repetitiva” (ANTUNES apud NETTO e BRAZ, 2008, p. 198).

⁹ “A “questão social” originalmente expressa no empobrecimento do trabalhador tem suas bases reais na economia capitalista. Politicamente, passa a ser reconhecida como problema na medida em que os indivíduos empobrecidos se organizam, oferecendo resistência às más condições de existência decorrentes de sua condição de trabalhadores. Nesse cenário, o movimento socialista dá o tom ao caráter reivindicatório do operariado europeu, que empreende a luta contra condições opressivas de vida e trabalho, tendo por suporte a demanda pela satisfação de carências, considerada sob os aspectos de natureza material e moral. No percurso do desenvolvimento de um capitalismo atravessado por lutas sociais entre capital e trabalho, constituem-se respostas sociais mediadas ora por organizações sociais, ora pelo Estado, num processo impulsionado pelo movimento de reprodução do capital” (PIMENTEL, 2012, p. 154).

¹⁰ “A **contradição entre a produção social e apropriação capitalista [privada] reveste a forma de antagonismo entre o proletariado e a burguesia**” (*negrito encontrado no texto original*) (ENGELS apud NETTO e BRAZ, 2008, p.166).

ricos e os miseráveis, ou seja, alta produção de riqueza e de pobreza como via fundamental ao capitalismo.

Desenvolveu-se no centro do capitalismo nas “três décadas gloriosas” garantias de consumo de bens materiais e acesso aos direitos sociais (proteção social), e foi disponibilizado a esses ditos “escolhidos” (trabalhadores dos continentes e países centrais) a possibilidade do universal na garantia dos direitos, enquanto na periferia do capital a usurpação foi generalizada desde a expansão mercantil até a atualidade. O que se modificou aqui foram as estratégias para tal usurpação articuladas pelo capital em seu caráter de expansão e acumulação. Em um polo, garantias efetivas de consumo de bens e serviços de uma confortável proteção social; já no outro, se afirmam a negação, a usurpação e exploração feroz e voraz dos trabalhadores da periferia.

É inquestionável que para o acesso de um contingente mínimo de trabalhadores ao *Welfare State* e a bens de consumo e ampla proteção social nos países centrais foram requeridos dos países ditos “periféricos” e de seus milhões de trabalhadores a negação, o não acesso, a perda de centenas ou, por que não dizer, milhões de vidas em detrimento do lucro do capital. Suas contradições imanentes e hegemônicas que suprimem vidas em prol de sua dinâmica desumana de expansão e acumulação.

Contudo, a ilusão dos “anos dourados”, que impulsionou o consumo em massa, tendo como centralidade o consumo do automóvel, começa a se esfumamar nos continentes e países onde se vivenciou o *Welfare State* a partir do aprofundamento da crise. A *onda longa expansiva* econômica dá espaço agora para a *onda longa recessiva*¹¹. Assim, os “anos dourados” expressaram essa *onda longa expansiva* ampliando a acumulação de capital por três décadas que, por sua vez, se esgota na década 1970. A crise estrutural se apresenta, os lucros começam a diminuir.

É importante acentuar que é com o fim do capitalismo concorrencial que se abre espaço para a implementação do capitalismo monopolista, ou segundo Lênin (1976, t. V.) imperialismo¹². Assim, com o processo de expansão monopolista ocorre a fusão entre capital industrial e bancário, originando-se com esta fusão o capital financeiro que se mundializa. É

¹¹ Termos utilizado pelo economista e político belga Ernest Ezra Mandel (1985). Segundo a análise de Mandel (1985: 11-13), “da emergência de uma crise econômica que expressa o esgotamento da onda longa expansiva identificada nos países centrais a partir do II pós-guerra, quando, então, se inicia uma nova 'onda longa recessiva', caracterizada por uma taxa de crescimento médio inferior à alcançada nas décadas de 1950 e 1960”.

¹² “O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes” (LÊNIN apud NETTO e BRAZ, 2008, p. 180).

assim que “o capital bancário concentrado e centralizado passa a subordinar as operações comerciais e industriais de toda a sociedade” (IAMAMOTO, 2007, p. 101).

Afirma-se neste plano estreita relação mantida entre o capital bancário e industrial, e a articulação entre esses blocos capitalistas dão margem a uma dominação planetária do capital. Nos monopólios instala-se a dominação das oligarquias financeiras. O capital em seu caráter monopólico vem ao longo do seu processo de legitimação enquanto força financeira do grande capital se ampliando, atingindo de maneira significativa várias dimensões da vida social: economicamente, politicamente e socialmente. É assim que, via monopólios, é posto em prática um conjunto de estratégias do grande capital para se constituir como potência ampliada de acumulação e expansão do capitalismo monopolista. Porém, “contraditoriamente, o capitalismo de monopólios gera a tendência à estagnação e à sua decomposição [...]. O imperialismo afeta todas as condições sociais e políticas dos países, assim como o operário e suas lutas” (IAMAMOTO, 2007, p. 102-103).

Sentindo os rebatimentos de seu movimento contraditório, o capitalismo monopolista se utiliza de estratégias para continuar se intensificando como poder hegemônico, no plano do poder econômico e político. Com a ampliação e aprofundamento da crise do capital, o período rentável começa a sofrer com os rebatimentos da crise. O que antes se apresentava como ganhos expressivos para o capital, pelas altas taxas de lucratividade vivenciadas anteriormente, agora se apresenta realizando o movimento inverso, de queda brusca das taxas de lucro para o capital em sua fase monopólica.

Enfrentando a baixa da taxa de lucro em grande parte da Europa, o capital começa a vivenciar um processo de recessão. Sendo assim, “a taxa de lucro, rapidamente, começou a declinar: entre 1968 e 1973, ela cai, na Alemanha Ocidental, de 16,3 para 14,2 %, na Grã-Bretanha, de 11,9 para 11,2 %, na Itália, de 14,2 para 12,1 %, nos Estados Unidos, de 18,2, para 17,1% e, no Japão, de 26,2 para 20,3 %” (Netto e Braz, 2008, p. 213). Tal movimento começa a afetar todos os continentes do globo e a crise estrutural começa a ganhar forma e se expande. A diminuição do crescimento e a queda dos lucros são os aspectos que se acendem no período, além de aspectos sociopolíticos. Os trabalhadores se articulam de forma significativa em seus sindicatos pelo mundo, principalmente nos países centrais. A este ponto sobre a organização dos trabalhadores, retornaremos posteriormente.

O capital globalizado sem fronteiras e em crise estrutural busca estratégias que deem movimento e façam com que suas forças se reproduzam de maneira a garantir a *reprodução*

*sociometabólica do capital*¹³. Como afirma Mészáros, “com relação à sua determinação mais profunda, o sistema do capital é orientado para a expansão e movido pela acumulação” (MÉSZÁROS, 2011, p.100). Aqui, podemos constatar que o sistema do capital, mesmo em crise, ainda implica em expansão e acumulação, sendo estes dois pontos o núcleo desse sistema.

Cabe aqui, explicitarmos a crise estrutural como centro das discussões e seus desdobramentos a nível global entendendo sua dinâmica, pois, foi com esgotamento da *onda longa expansiva* que o capital começa a vivenciar o período de recessão. Assim,

A ilusão dos “anos dourados” é enterrada em 1974- 1975: num processo inédito no pós-guerra, registra-se então uma *recessão generalizada*, que envolve simultaneamente *todas* as grandes potências imperialista e a que se seguiu outra, em 1980- 1982, na qual se constatou que “as taxas de lucro voltaram a descer ainda mais” e o “reclínio do crescimento é ainda mais nítido que em 1974- 1975” (HUSSON, 1999: 32). A *onda expansiva* é substituída por uma onda longa recessiva: a partir daí e até os dias atuais, inverte-se o diagrama da dinâmica capitalista: agora, as crises voltam a ser dominantes, tornando-se episódicas as retomadas (NETTO e BRAZ, 2008, p. 214, grifos dos autores).

Agora o capital começa a lançar e colocar em prática suas estratégias enquanto respostas frente à sua crise estrutural. Apesar dessa investida no campo da restauração do capital, a *onda longa recessiva* não se modifica até os dias atuais e “é possível, na nossa avaliação, sintetizar tais respostas como uma estratégia articulada sobre um tripé: a *reestruturação produtiva*, a *financeirização* e a *ideologia neoliberal*” (NETTO e BRAZ, 2008, p. 214, grifos dos autores).

Segundo Paniago (2009), “a reestruturação produtiva implementada pelo capital na busca da recuperação da lucratividade decrescente promoveu profundas alterações nos processos e relações de trabalho, infringindo perdas superlativas para a classe trabalhadora” (PANIAGO, 2009, p. 116).

Outra dimensão dessa restauração do capital vem se operando de forma visível no que tange a algumas estratégias já apontadas como saída para a crise estrutural, assim, “a desqualificação do Estado tem sido, como é notório, a pedra de toque do privatismo da ideologia neoliberal: a defesa do ‘Estado mínimo’ pretende, fundamentalmente, o ‘Estado máximo para o capital’” (NETTO e BRAZ, 2008, p.17, grifos dos autores).

¹³ Termo utilizado pelo filósofo húngaro István Mészáros, (2011) que é designado: “Como força todo-poderosa da reprodução sociometabólica, o capital resulta de constituintes que, em sua condição original, por necessidade, desempenham necessariamente um papel subordinado, mesmo que dinamicamente crescente em relação a outras forças e determinações reprodutivas da sociedade dada. No curso de seu desdobramento histórico, o capital progressivamente supera as resistências que encontra e adquire um “poder soberano” para dominar todas as facetas do processo de reprodução societária” (MÉSZÁROS, 2011, p.710-711).

De fato, foi com este processo de recessão que o grande capital rompeu com o “pacto” de sustentação do *Welfare State*, de maneira que

[...] começa a ocorrer a retirada das coberturas sociais públicas e tem-se o corte nos direitos sociais – programa tatcherista que corporifica a estratégia do grande capital de “redução do Estado”, num processo de “ajuste” que visa diminuir o ônus do capital no esquema geral de reprodução da força de trabalho (e das condições gerais da reprodução capitalista). Entretanto, aquela redução, bem definida nas palavras-de-ordem [...] é na prática – “flexibilização”, “desregulamentação” e “privatização” – decorre do próprio movimento de “globalização” (NETTO, 2010, p.17, grifos do autor).

O tripé que visa a restauração do capital em crise desde a década de 1970, que desponta globalmente e afeta de maneira significativa sua dimensão nuclear de acumulação e expansão, é materializado também pelos poderes políticos eleitorais que dominam o cenário mundial. O Estado, nas palavras de Marx e Engels (1848) “é o comitê executivo da burguesia”, e é neste sentido que o mesmo trabalha em prol da consolidação de seu poder hegemônico global, para afirmar a força do capital e construir estratégias de sobrevivência em tempos de crise estrutural.

Foi pontuado, anteriormente, conforme Netto (2010), que a “flexibilização”, a “desregulamentação” e a “privatização” são as principais estratégias e respostas para minimizar os impactos da crise estrutural para o sistema do capital, mesmo que isso custe caro aos milhares de trabalhadores que sofrem de forma ampla os rebatimentos destrutivos desse movimento de restauração capitalista. Trata-se de um movimento de perdas e ganhos, porém, ganhos mínimos para os trabalhadores que, ao longo do modo de produção capitalista (MPC), vem sendo arbitrariamente explorados, do padrão de produção *fordista* ao padrão de produção *toyotista*¹⁴ (de acumulação flexível), em que se opera uma dimensão de superexploração do trabalho, sendo este um dos processos que o capital implementa para a restauração da crise. Vejamos então que:

A *acumulação flexível* [...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1992, p. 140 apud NETTO e BRAZ, 2008, p.215 grifos do autor).

¹⁴ O toyotismo: “é um sistema de organização da produção baseada em uma resposta imediata às variações da demanda e que exige, portanto, uma organização flexível do trabalho (inclusive dos trabalhadores) e integrada” (GOUNET, 1999, p. 29).

Três traços relevantes se apresentam como movimento de “flexibilização” das relações de produção e de trabalho, operando: 1) deslocamento imediato do trabalhador coletivo¹⁵; 2) implicação na formação do trabalhador que deve ser qualificado e polivalente; 3) refere-se à gestão do trabalho, neste sentido, o modelo toyotista ganha, nas palavras de Netto e Braz (2008), relevo nas relações de trabalho, afirmando ainda que

[...] inclusive com forte estímulo ao “sindicalismo de empresa” (ou “de resultados”). O capital empenha-se em quebrar a consciência de classe dos trabalhadores: utiliza-se o discurso de que a empresa é a sua “casa” e que eles devem vincular o êxito pessoal ao êxito da empresa; não por acaso, os capitalistas já não se referem a eles como “operários” ou “empregados” – agora são “colaboradores”, “cooperadores”, “associados” etc (NETTO e BRAZ, 2008, p. 217).

As transformações no campo do trabalho, implementadas pela restauração do capital, se apresentam com o “objetivo de reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadoras para a exploração da força de trabalho” (NETTO e BRAZ, 2008, p. 218). Estamos vivenciando concretamente nos dias atuais as estratégias articuladas pelo sistema do capital que atingem fortemente os trabalhadores em todas as dimensões de sua existência, enquanto relações sociais produzidas pelo modo de produção capitalista entendendo seu núcleo pautado no processo de acumulação e expansão de capital. Aqui o antagonismo fundamental é entre os interesses do capital e os do trabalhador, sendo que os últimos só tem sua força de trabalho a ser vendida e explorada pelo sistema capitalista.

Na fase contemporânea do capital, o trabalhador é superexplorado, tendo em vista que as palavras de ordem neste momento são “flexibilização” e a “desregulamentação” das relações do trabalho, isto é, a redução ou mesmo a supressão de garantias ao trabalhador” (NETTO e BRAZ, 2008, p.219).

Assim, não há, como no regime fordista e no *Welfare State* vivido anteriormente (1940-1970), uma cobertura significativa de atenção e proteção social aos trabalhadores – ainda assim, restrita a alguns dos países centrais. Agora se vivencia, com mais força, a postura do capital de redução e enxugamento na relação entre capital e trabalho. Os direitos conquistados através das lutas coletivas são negados pelo capital, que mais uma vez se impõe como “senhor dos senhores” e subjuga o trabalhador em sua dinâmica de acumulação e expansão desumana.

¹⁵O trabalhador coletivo é o conjunto de envolvidos na produção, desempenhem eles atividades manuais ou não: sob a grande indústria capitalista, na qual se operou a subsunção real do trabalho ao capital, “não é o operário singular, mas, cada vez mais, uma *capacidade de trabalho socialmente combinada* que converte no *agente real* do processo de trabalho em seu conjunto” (MARX apud NETTO e BRAZ, 2008, p. 113).

É importante colocar que o sistema capitalista cria estratégias de controle e dominação sobre o trabalho. O processo de desterritorialização das unidades produtivas, a partir de então, vem sendo potencializado como movimento do capital em resposta à crise estrutural, no sentido de expandir capital e de desarticular os trabalhadores e trabalhadoras no campo da luta de classes, fragmentando a articulação coletiva na luta por melhores condições de trabalho e de vida. O que nos é posto agora é a crise dos movimentos sociais e dos trabalhadores em geral – um período contrarrevolucionário. Para compreender o processo de eclosão da crise do capital em 1970 e seus desdobramentos na organização e nas lutas sociais é importante apontar dois elementos fundamentais que afetarão significativamente a sociedade, em especial os trabalhadores. O primeiro diz respeito ao triunfo do capital sobre o trabalho com a implementação da reestruturação produtiva no sentido de reorganizar a produção e intensificar a exploração dos trabalhadores; o segundo elemento é a perda do possível horizonte revolucionário a partir do desmonte dos ditos países socialistas, constituindo uma ideia de que o socialismo seria algo impossível de ser efetivado.

Tudo se manifesta em uma reflexão de Tonet (2013), na qual o autor aponta a ofensiva do capital sobre o trabalho e a perda do horizonte revolucionário como elementos constitutivos do processo de refluxo dos movimentos sociais e das lutas dos trabalhadores no plano da organização política e ideológica.

Sabemos que a crise do capital afeta todas as dimensões da vida dos trabalhadores. Assim sendo, articula-se a tentativa de imobilizar a classe trabalhadora utilizando-se das mais vis estratégias para a realização de seu desmonte. As investidas do capital frente ao trabalho são muitas e se apresentam de variadas formas. São realizadas ações que visam eliminar por completo a postura antagônica das classes aqui em disputa, alguns chegando até a afirmar o “fim do trabalho”, sendo assim, o “fim dos trabalhadores” enquanto classe. Ou seja, o

[...] estágio imperialista, a estratégia do capital impactou fortemente os trabalhadores – e tornou-se lugar-comum salientar as transformações do “mundo do trabalho”, entre as quais destacam-se a crise do *movimento sindical* e a redução do contingente dos *operários industriais*. No primeiro caso, conta-se a diminuição dos sindicalizados e a perda de força no sindicalismo; esse processo é inegável e suas consequências são expressivas, na medida em que afetam a capacidade de resistência dos trabalhadores; todavia, não há elementos consistentes para desenhar projeções que descartem a importância do movimento sindical no futuro próximo. Quanto à redução numérica da classe operária, resultante do desenvolvimento das forças produtivas *sob o comando do capital*, ela tem sido utilizada frequentemente para sustentar o “fim do trabalho” e, na mesma linha argumentativa, afirmar a “morte do sujeito revolucionário”, posto que, historicamente, as propostas mais consequentes de transformação socialista da sociedade tenham visto no proletariado a classe capaz de promover a supressão do capitalismo (NETTO e BRAZ, 2008, p.219, grifos dos autores).

Foi recorrendo à citação anterior que tentamos ampliar algumas das questões salientadas em nossa fala anteriormente sobre como o trabalhador vem sofrendo os desdobramentos do movimento de reestruturação capitalista e todas as estratégias operadas pelo sistema do capital a partir da década de 1970. Houve também, na abertura dos anos de 1980, um forte movimento de reorganização dos sindicatos no plano amplo da luta coletiva por melhores condições salariais. E ainda, contestando de forma coletiva o modo de produção taylorista-fordista de mecanização do trabalho. Porém, essa ebulição por parte da classe trabalhadora foi sendo, aos poucos, desmontada em detrimento da acumulação e expansão do capital, cujo exaurimento vem se evidenciando há muito por meio da tentativa de se manter no poder, que não poupa esforços para se realizar.

É nesse contexto de mudanças que também se apresenta, como postura do capital, a questão do *poder*: “a concentração do poder econômico conduziu e está conduzindo a uma enorme concentração de poder político” (NETTO e BRAZ, 2008, p. 224). O movimento de acumulação capitalista também – ou por que não dizer, sempre – foi constituído pela concentração de poder político. Com o aprofundamento da crise do capital, a articulação entre as dimensões econômicas e políticas torna-se indispensável para o novo modelo de acumulação flexível. Assim, as decisões econômicas e políticas tomadas pelo capital (aparecendo aqui as agências, instituições e entidades internacionais), vêm afetando bilhões de pessoas de forma significativa, sem sequer consultá-los sobre tais mudanças. Tão logo:

A política conduzida por essas “elites orgânicas”, notadamente a partir dos anos setenta do último século, passou a operar-se também através de instituições, agências e entidades de caráter supranacional – como o *Fundo Monetário Internacional*, o *Banco Mundial* e organismos vinculados à *Organizações das Nações Unidas*. Assim, além dos seus dispositivos próprios, o grande capital vem instrumentalizando diretamente a ação desses órgãos para implementar as estratégias que lhe são adequadas. O poder de pressão dessas instituições sobre os Estados capitalistas mais débeis é enorme e lhes permite impor desde a orientação macroeconômica, frequentemente direcionada aos chamados “ajustes estruturais”, até providências e medidas de menor abrangência (NETTO e BRAZ, 2008, p. 2008, grifos dos autores).

As intervenções operadas pelas instituições, agências e entidades supranacionais articuladas em conjunto com o grande capital e os estados-nações realizam um movimento de controle e ditames de normas e regras para os países da periferia do capital. A exemplo do Brasil, que segue medidas articuladas pelo grande capital internacional e suas múltiplas agências, instituições e entidades. Entendemos que essas instâncias de concentração de poder

são nada mais, nada menos que espaços de dominação do capital a nível global de controle sobre as massas de trabalhadores.

O quadro imposto pelas, então, exigências – que fazem com que o grande capital se reproduza globalmente – aponta articulações desumanas utilizadas para sua autorreprodução, tais como cortes em políticas sociais públicas, redução nos direitos até então conquistados pelos trabalhadores ao longo dos espaços de luta, que são minimizados, ou por vezes, eliminados pelo capital em crise. Agora se tem, a partir da década de 1970, a dimensão da ideologia neoliberal¹⁶. De forma simples, podemos afirmar que se trata da diminuição das funções do Estado no plano das políticas sociais. A ideologia neoliberal ganha força e alguns defensores desta afirmam que o Estado é um “trambolho anacrônico” e deve ser reformado. Mas podemos chamar as medidas neoliberais de *reformas*? Ou podemos dizer que, a partir delas, estamos vivenciando um processo inverso de *contrarreformas* que aponta o fim e/ou a redução de direitos e garantias sociais aos trabalhadores?

O ponto de partida das investidas neoliberais do grande capital é a Inglaterra da década de 1970. O modelo neoliberal inglês foi o mais puro implementado nos países de capitalismo avançado. Assim, a então primeira ministra, Margareth Thatcher, realiza um ataque cruel contra o trabalho e o trabalhador e, assim, “criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais” (ANDERSON, 1995, p. 12).

O governo Thatcher põe em prática transformações no mundo do trabalho e do Estado. Este projeto ganha corpo e se expande pelo mundo chegando ao Brasil na década de 1990, no governo do então presidente Fernando Collor de Melo. Para Alves (2013),

Na década neoliberal ocorreu a degradação dos valores do coletivismo e fragilizou-se o trabalho organizado em sindicato e associações, devido a expansão do desemprego e informalidade do mercado de trabalho. Na verdade, a década neoliberal forjou com a crise do mundo do trabalho a sociedade civil neoliberal. Naquele momento, tivemos a profunda insatisfação social das classes subalternas, principalmente do baixo proletariado composto em sua maior parte pelo subproletariado pobre. Alterou-se o padrão de sociabilidade das metrópoles brasileiras com o aumento exasperante da violência social. A degradação da sociabilidade devido o desemprego e a informalidade criou um caldo de irracionalidade social nas metrópoles brasileiras (ALVES, 2013¹⁷).

¹⁶ Segundo Netto e Braz (2008), [...] o que se pode denominar *ideologia neoliberal* compreende uma concepção de homem (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia de *natural e necessária desigualdade* entre homens e uma noção rasteira da liberdade (vista como função da liberdade e *mercado*) (NETTO e BRAZ, 2008, p. 226).

¹⁷ ALVES, Giovanni. **Neodesenvolvimentismo e classes sociais no Brasil**. São Paulo: 2013. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/12/20/neodesenvolvimentismo-e-classes-sociais-no-brasil/> - Acesso 17/07/2017;

De fato, os “ajustes” da ideologia neoliberal são potencializados neste momento de crise estrutural como uma das estratégias de reprodução social. Todas as dimensões da vida social sofrem com esses “ajustes”. Desde a produção da grande indústria até as políticas de Estado, as reformas (contrarreformas) implementadas pelo capital são alguns dos aspectos fundamentais para a redução do Estado enquanto força reguladora.

O grande capital “impôs reformas que retiram empresas de serviços do controle estatal – trata-se do *processo de privatização*” (NETTO e BRAZ, 2008, p. 228). O Estado abre mão de importantes parques industriais para serem explorados pelo setor privado, e tudo agora fica ao dispor do grande capital da produção de bens duráveis, a exemplo do automóvel. Até os serviços de saúde vem sendo massivamente privatizados no mundo, e em especial, no Brasil¹⁸.

Os ataques do grande capital se dão de diversas maneiras, sendo que todos os setores, antes controlados pelo Estado, começam a sofrer investidas de regulação e controle pelo capital que compreendem suas estratégias de restauração e reprodução social capitalista.

Sinalizaremos, então, algumas peculiaridades do Brasil no momento em que o neoliberalismo ganha força. É sabido que no Brasil nunca tivemos um Estado de Bem-Estar Social. As garantias do grande capital brasileiro nunca conseguiram estruturar um *Welfare State* por motivos próprios de sua formação sócio-histórica pautada na exploração e usurpação ao longo dos anos, que são muitos (517 anos de um processo brutal de usurpação de riquezas). Um dos traços brasileiros dessas implementações é o processo de dependência das decisões e normas dos modelos internacionais de organização produtiva e política do capital internacional.

Em se tratando das particularidades brasileiras, podemos dizer que a dependência de modelos de produção e de modelos políticos vem se afirmando no Brasil desde a década de 1930. Com maior força através da industrialização pesada, tendo como modelo de produção o que é chamado por Santos (2013) de “fordismo à brasileira”, adotado entre as décadas de 1950 e 1970, as particularidades do desenvolvimento capitalista no Brasil se dão sob aspectos de “atrasos e adiantamentos” como aponta, Santos (2013).

Os rumos atuais estão sendo impostos pelo grande capital e suas estratégias de controle. Estamos vivenciando as articulações que o capital impõe a todas as nações do mundo no sentido de sua postura de “poder supremo” e de controle sobre as mesmas. O capital dita as regras de um jogo do qual poucos saem vitoriosos. Os limites da sociedade

¹⁸ A exemplo dos Hospitais Universitários, que veem sendo privatizados – via implementação das Empresas Brasileiras de Serviços Hospitalares – EBSEH. Para um aprofundamento maior sobre o assunto ver: Frente Nacional contra a privatização da Saúde: www.contraprivatizacao.com.br

regida pelo capital estão na ordem do dia, impactando as relações de trabalho, afetivas e humanas de todos nós. É fundamental nos questionarmos sobre que futuro queremos para as novas gerações.

É importante compreender que, nos últimos anos, o mundo sofreu diversas transformações de várias ordens. O modo de produção capitalista produziu tais transformações que impactam na vida cotidiana da humanidade. Segundo Mészáros (2011), “vivemos na era de uma crise histórica sem precedentes”, isso significa dizer que os limites do sistema capitalista já assinalam para um processo destrutivo operando grandes transformações em todo o mundo. Conforme afirma Netto (2012, p. 424-425) duas inferências devem ser observadas:

1ª) nenhuma dessas transformações modificou a essência exploradora da relação capital/trabalho; pelo contrário, tal essência, conclusivamente planetarizada e universalizada, se exponencia-se a cada dia; 2ª) a ordem do capital esgotou completamente as suas potencialidades progressistas, constituindo-se, contemporaneamente, em valor de *travagem e reversão* de todas as conquistas civilizatórias.

No mundo, e em especial no Brasil, estamos vivendo há muito um processo de barbárie generalizada, fruto do movimento desumano e contraditório do próprio capital que, ao mesmo tempo em que produz riqueza, traz consigo a miséria em todas as suas dimensões. A violência que leva à morte de milhares de crianças, homens e mulheres, à falta de cuidados com a saúde pública, à guerra urbana contra o tráfico, à individualização do homem ao qual Citar Netto sobre a barbárie não consegue se ver no outro enquanto seres humanos. O conformismo ideológico (que se apresenta fortemente no campo da religião), a homofobia, o racismo, as milhares de vítimas de violência física e moral, as guerras¹⁹ insanas por poder, concentração de riquezas, militarização da vida social²⁰, entre outros, são aspectos da barbárie imposta pelo capital. “Desumanizar” – essa é a palavra de ordem da atualidade.

Todas essas expressões da atual barbárie são também particularizadas no Brasil, pois, apontam para direções tão perversas de desumanidade e de exclusão de crianças, homens, mulheres, jovens e idosos que limitam a existência de todos, condição posta pelo grande capital, como no mundo inteiro, os limites civilizatórios já estão dados. A crise, a pobreza

¹⁹ “Sabe-se que a guerra foi, ao longo de todo o século XX, uma resposta auto-reprodutiva do capitalismo. Além de a guerra operar como saída provisória para suas crises, mediante a destruição massiva de forças produtivas, as atividades ligadas econômicas à guerra - a indústria bélica - sempre constituíram um elemento dinamizador da economia capitalista” (NETTO, 2010, p.22).

²⁰ Segundo Netto (2010, p. 22), “o que agora se verifica é que o belicismo passa a incluir as políticas de *segurança pública* em períodos de paz formal e se estende para *negócio capitalista privado* à vida na paz e na guerra, configurando a emergência da *militarização da vida social*”.

absoluta, a negação dos direitos, o processo de pauperização, todos são produtos da relação desigual de exploração entre capital e trabalho que emerge na sociedade capitalista.

Para tentar reverter, de forma pontual, a problemática da “questão social”, o governo brasileiro cria ações focalizadas de redistribuição de renda através de programas sociais, sendo o maior deles o *Bolsa Família*.

É notadamente posto que ao longo da década de 1970, com a afirmação e expansão da crise estrutural do capital no globo, estávamos vivenciando transformações em todos os quadrantes do planeta – desde as mudanças na esfera da produção, no campo do trabalho e suas dinâmicas no plano das relações trabalhistas, na organização dos movimentos de luta social (os movimentos sociais) e a postura ideológica implementada via neoliberalismo. Tudo isso é visível no tripé que o capital cria para continuar se autorreproduzindo e expandindo em tempos de crise estrutural (restauração capitalista) apresentada em forma de (“flexibilização”, “desregulamentação” e “financeirização”) das relações econômicas, políticas e sociais contemporâneas.

Recuperar o movimento dos nexos gerais do que foi dito é importante para realizar a mediação que nos possibilite apontar elementos sobre as particularidades brasileiras no que se refere às relações entre capital e trabalho, tendo em vista a crise do capital e os desdobramentos no Brasil atualmente.

O governo do PT difundiu propagandas sobre o crescimento e a estabilidade econômica, afirmando que a população não precisava se preocupar, pois o país caminhava “muito bem”. Essa mistificação do real posta pelo governo do PT “caiu por terra” na medida em que se acumularam problemas de caráter estruturais que historicamente nunca foram resolvidos (econômicos, políticos e sociais) por todo o país, revelando a verdadeira face das implementações do capital em crise. Como afirma Tonet, “tudo deve ser organizado no sentido de garantir os lucros dos capitalistas nem que, para isso, fosse preciso destruir a humanidade” (TONET, 2013, p. 01).

Em relação a essa reorganização do capital, se inscreve no mundo e, em especial, nos países periféricos – como exemplo, o Brasil – a ampliação da flexibilização da produção e das relações de trabalho em um contexto de instabilidade no mundo do trabalho. O ataque brutal aos trabalhadores é legitimado pelo capital em crise para que o mesmo possa se autorreproduzir e se ampliar. Assim, o governo brasileiro caminha regulamentando os ditames do grande capital sobre o trabalho na tentativa de desmontar os direitos trabalhistas conquistados historicamente com intensas lutas protagonizadas pelos trabalhadores.

Para Santos (2013), ocorre no Brasil uma antecipação da onda flexibilizante das relações de produção e trabalho, mas, que não tira o país de sua posição na divisão social e técnica do trabalho. Assim, o Brasil continua vivenciando atualmente processos como os de reprimarização da economia, desassalariamento e desindustrialização. Elementos estes que põem em cheque um modelo *neodesenvolvimentista* que vinha sendo defendido por alguns intelectuais e políticos defensores de Lula, Dilma e do PT.

No mundo inteiro se observa que diversos países preocupados com arrochos e medidas de austeridade, com corte de gastos públicos em detrimento do grande capital em crise, e no Brasil não é diferente. Tais imposições do grande capital desdobram-se nos investimentos feitos nos serviços prestados à população. Vejamos alguns números²¹ do que foi destinado aos serviços públicos:

O orçamento nacional (tomado como exemplo o de 2012 e assinalando apenas alguns elementos) mostra claramente onde estão as prioridades para a destinação dos recursos públicos: 43,98% para o pagamento da dívida pública; 22,47% para a previdência social; 10,21% para transferência para Estados e municípios; 4,17% para saúde; 3,34% para educação, 2,42% para trabalho; 3,15% para assistência social; 0,39% para segurança pública; 0,70% para transporte; 0,01% para habitação; 0,06% para urbanismo; 0,02% para desportos e lazer; 0,04% para energia; 0,05% para cultura (TONET, 2013, p. 04).

Em suma, esses números nos fazem perceber que só 2,42% dos recursos públicos vão para os trabalhadores no Brasil, trazendo consigo uma ampliação dos problemas sociais que serão remediados pelo governo por meio de bolsas diversas de caráter pontual e limitado, não atendendo aos verdadeiros anseios dos trabalhadores inscritos nesta dinâmica. Estamos dentro de um turbilhão de transformações que nos jogam em relações bárbaras todos os dias de nossas vidas de trabalho e luta. Relações desumanizadas. Nota-se que as consequências que emergem da crise do capital são perversas, porém, não paramos para refletir estratégias de superá-las.

Depois do colapso vivenciado entre os anos de 2007 e 2008, sem sobra de dúvidas o caráter estrutural da crise do capital é notório, sua gestação se dá desde a década de 1970. Nas décadas seguintes ocorre um processo de ordenamento da reestruturação econômica, reajustes sociais e políticos. O horizonte liberal se ampliou por todo o mundo para atender às demandas do capitalismo em crise. No Brasil não foi diferente, os limites impostos pela ordem capitalista afetam profundamente todas as dimensões da vida dos trabalhadores de forma a

²¹ Estes são números também reconhecidos pela esquerda e pela direita do Brasil – *Le Monde Diplomatique de Maio de 2013* – ver editorial e toda a edição no site: www.diplomatique.org.br

determinar sua existência, os controlando em todos os espaços. Netto (2010, p. 29) destaca que:

20, 3% da população brasileira permanecer vítima do analfabetismo funcional e de apenas 37,9% dos brasileiros entre 18 e 24 anos terem 11 anos de escolaridade; de a infra-estrutura do país (portos, aeroportos e estradas - estas, 58,8% em estado regular, ruim ou péssimo) estar próximo do colapso; de somente 62,6% dos domicílios urbanos terem, ao mesmo tempo, abastecimento de água, rede coletora de esgoto e coleta de lixo direta; de a atenção primária à saúde só cobrir 40% da população e de o orçamento público para saúde equivaler anualmente a 3,7% do PIB (percentual inferior ao de países como Argentina, Uruguai, Chile, Costa Rica e Panamá); de o sistema tributário permanecer um dos mais regressivos do mundo, com mais de 40% da carga tributária total sendo extraída da população com renda menor que dois salários mínimos²².

O momento histórico atual nos mostra que os rumos da humanidade sobre o ordenamento do capital já não podem continuar. A barbárie se expressa de diversas formas, seja pelo desemprego, intensa exploração dos trabalhadores, na violência, nas opressões, etc., empobrecem as potencialidades humanas e nos fazem regredir frente a todo o desenvolvimento humano construído ao longo dos séculos. Superar esse quadro de crise que vem impactando as relações, sejam elas quais forem é imprescindível. Ultrapassar a sociabilidade capitalista é um ato que requer organização coletiva; realizar essa tarefa é urgente e necessário.

Abordaremos a estratégia do neodesenvolvimentismo no Brasil no período de crise do capital, tendo em vista seu aprofundamento nos anos de 1970, destacando as particularidades do nosso país e suas incidências sobre a classe trabalhadora.

2.3. Estratégia do neodesenvolvimentismo no Brasil no contexto de crise do capital

Após apontar alguns elementos sobre a constituição do Estado Moderno e a crise estrutural do capital que se intensificou a partir de 1970, em seu caráter mundializado, discutimos neste item as suas implicações no Brasil e como esse processo de crise do capital afeta nosso país, tendo em vista suas particularidades. A crise do capital tem um caráter devastador trazendo consigo consequências sociais drásticas para o conjunto da sociedade. No Brasil, as consequências dessa crise impactam diretamente em todos os setores de reprodução da vida social. As “saídas” encontradas pelo capital e suas personificações são sempre, no prisma da naturalização da violência e da barbárie, para Netto (2010), o esgotamento de suas

²² Os dados aqui apresentados se referem ao ano de 2009, recolhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Destacados também em *O Globo*. Rio de Janeiro, edição de 3 de outubro de 2010.

possibilidades civilizatórias incidindo seriamente sobre a chamada “questão social”, e nesse sentido vem delineando o quadro de barbarização da vida social tão naturalizado pela ideologia dominante.

Os problemas oriundos desse processo trazem uma acentuada pauperização dos trabalhadores, além da violência crescente que assola o cotidiano levando a um processo de militarização da vida social no qual quem lucra é o capital com a venda de seu arsenal bélico e de segurança. É preciso dizer, no entanto, que em nosso país os problemas se colocam de forma mais intensa, com repercussões alarmantes para o conjunto da classe trabalhadora na esfera da exploração do trabalho, da desigualdade social e da ampliação no quadro de miséria.

Além de vivenciarmos atualmente um profundo caos no cenário político nacional, vem à tona a necessidade de pensar e agir para organizar os trabalhadores na luta contra esse pacote de medidas que faz regredir os direitos sociais, acompanhado das reformas no âmbito trabalhista e previdenciário, destruindo por completo os direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora. Daí a necessidade de buscar compreender a particularidade dos rebatimentos da crise no Brasil. Historicamente temos presenciado transformações em todos os âmbitos desde o econômico, político e social. Alguns autores sustentam a hipótese que no período marcado pelo governo do PT (“era” Lula), e que também compreende a gestão de Dilma – o projeto *neodesenvolvimentista*, cuja funcionalidade é de movimentar o processo de modernização conservadora, respondendo a dinâmica do grande capital internacional e nacional –, produziu-se um ambiente em que o Estado promoveu flagrantemente a disseminação do ideário do projeto neodesenvolvimentista a partir de avaliações positivas sobre crescimento econômico aliado a desenvolvimento social, além de disseminar massivamente o “êxito” obtido no combate à pobreza e à desigualdade social no Brasil.

Nesse sentido, expomos alguns elementos sobre esse processo que ocorreu no Brasil em um tempo em que os reflexos da crise do capital ainda não haviam se expressado amplamente por aqui. O modelo econômico que veio sendo ideologicamente difundido no Brasil a partir do segundo mandato do governo Lula da Silva (2007- 2010), Partido dos Trabalhadores – (PT)²³, estava pautado em um discurso ao redor das políticas de desenvolvimento econômico pautadas em diretrizes e algumas formulações conceituais, as quais ideologicamente apontam para um país do futuro sem pobreza e desigualdade, um Brasil

²³ O Partido dos Trabalhadores foi fundado no dia 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo. O Partido surgiu da organização sindical espontânea de operários paulistas, liderados por Luiz Inácio Lula da Silva e outras lideranças de trabalhadores, no final da década de 1970, dentro do vácuo político criado pela repressão do regime militar aos partidos comunistas tradicionais e aos grupos de esquerda então existentes. Assim, o PT foi fundado com um viés socialista democrático e foi oficialmente reconhecido como partido político pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral no dia 11 de fevereiro de 1982. – Ver site: <<http://www.pt.org.br/o_partido/>>. Acesso em: 15 Jun. 2017.

“rico e sem miséria”. Tal ideia tem sido amplamente difundida pelas agências multilaterais²⁴ como alternativa para os países periféricos se inscreverem no mundo globalizado.

É partindo desta hipótese que levantaremos alguns questionamentos ao longo deste item, realizando também um resgate breve da história recente. Até que ponto essa forma de desenvolvimento econômico e social rompe com os ditames neoliberais já em curso em nosso país? Aliar crescimento econômico com combate à pobreza é uma tarefa que se vem tentando ideologicamente realizar pelos governos latino-americanos, tendo como exemplo o Brasil da “Era” Lula e do PT. Aqui apresentam-se dimensões complexas que não se esgotam em si mesmas, mas que implicam rebatimentos reais nas condições de vida e trabalho da população. Porém, os governos vêm tentando se alinhar de forma a construir uma ideia de crescimento econômico e de ruptura com a desigualdade social. Para Maranhão (2012, p. 79):

Na América Latina, essa sensação é reforçada quando partidos políticos e antigas lideranças de esquerda, como é o caso do Partido dos Trabalhadores (PT) e o ex-líder sindical Luís Inácio Lula da Silva, adotam tais estratégias de desenvolvimento como supostas rupturas com as políticas neoliberais (MARANHÃO, 2012, p. 79).

É nesta direção estratégica de desenvolvimento que caminhará a política em todos os seus quadrantes no Brasil da “era Lula da Silva”, em tempos de desenvolvimento do capital em crise.

Para melhor entender o momento ao qual nos referimos, faremos uma retrospectiva breve de alguns aspectos que se apresentam na sociedade entre as décadas de 1940-1960 (pós-guerra 1945, em um movimento de reconstrução do capital). Na América Latina se opera o *processo de desenvolvimentismo*²⁵ que começa a ganhar contornos mais amplos, no Brasil, no que se refere ao modelo econômico vivido.

O controle hegemônico naquele momento histórico de 1930-1960 é, notadamente, norte-americano. Após a morte de Getúlio Vargas, o Brasil passa por um processo que Mazzeo (1995) chamou de *neocolonização*²⁶ fortemente realizado pelos EUA através da

²⁴ É exemplo de agência multilateral a Organização das Nações Unidas - (ONU).

²⁵ O desenvolvimentismo é um termo vago utilizado para designar o pensamento crítico sobre os dilemas e os desafios do desenvolvimento nacional nas economias latino-americanas enredadas no círculo vicioso da dependência e do subdesenvolvimento. (Sampaio JR., 2012, p. 673). Já segundo Mazzeo (1995), por exemplo, (*Burguesia e capitalismo no Brasil*) o ponto chave é que, com a pressão e suicídio de Vargas, os EUA farão uma espécie de neocolonização no Brasil através da Missão Abbink, cujas metas era “verificar os pontos de estrangulamento da economia brasileira e estabelecer projetos prioritários para o Brasil” (p. 40) no sentido de permitir a penetração dos monopólios, principalmente americanos, integrando o Brasil na Doutrina Truman – desenvolvendo a indústria automobilística e o ingresso maciço dos capitais internacionais – Ammann, (1991) -também descreve bem isso - Ideologia do DC no Brasil).

²⁶ Para Duriguetto e Montaña (2011) “[...] a implementação do neocolonialismo, que emerge como uma nova forma de dominação e exploração, que responde ao desenvolvimento alcançado pelo sistema de produção capitalista na [...] consolidada com a passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista e, por conseguinte, do desenvolvimento do *imperialismo*” (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 249).

Missão Abbink (Comissão de cooperação econômica). Tal comissão era liderada por John Abbink, do lado americano, e *Otávio Gouveia de Bulhões*, do lado brasileiro, e tinha como finalidade direcionar os rumos da economia periférica do país e adequá-la ao padrão de desenvolvimento ditado pelos EUA.

É nesse período que, no Brasil, começam a se configurar algumas características que, a nosso ver, não conseguem romper com as amarras do dito desenvolvimentismo sonhado e objetivado pelo governo de Juscelino Kubitschek²⁷, trazendo em seu signo o padrão de política econômica nacional-desenvolvimentista da década de 1950-1960, encabeçada pelos EUA. Desdobram-se sobre esse cenário mudanças que visam garantir a emergência do Brasil no bojo do desenvolvimento mundial, porém, isso ocorre em um viés de dualidade entre o desenvolvimento de algumas regiões (centrais) e subdesenvolvimento de outras (periferias) do país. Neste sentido, Mazzeo (1995) aponta que:

O período Juscelino Kubitschek confirma a massiva penetração dos monopólios (principalmente americanos) no país. Com os capitais abundantes, investidos pelas concessionárias imperialistas, arrefecem os ímpetos dos setores nacionalizantes (que nunca chegaram a um nacionalismo de fato ideológico). O governo Juscelino integra a economia nacional nas premissas da chamada “doutrina Truman”, consubstanciada pelo desenvolvimento da indústria automobilística e no ingresso maciço dos capitais internacionais, na qualidade de empréstimos ou de investimentos diretos das empresas multinacionais, através do Plano de Metas de Kubitschek (MAZZEO, 1995, p. 41).

Tratar do processo de *desenvolvimentismo* pleiteado pelo grande capital internacional estadunidense é fundamental para apreender o movimento realizado naquele — momento em que os montantes aplicados “em milhões de dólares no Brasil chegam às cifras de \$192,5” milhões (LIMA apud MAZZEO, 1995, p. 41). Tais montantes são fortemente investidos na estruturação do país para acomodar e acompanhar as mudanças do novo momento do capital mundial em sua fase monopólica.

É fundamental entender esse processo para compreendermos as dimensões atuais do que se observa no campo da política econômica de nosso país frente ao dito modelo de desenvolvimento econômico e social que é fundado na dependência do grande capital internacional. Aqui se apresenta, em grandes medidas, um complexo de dependência dos Estados-nações latino-americanos ao grande capital que, com sua força, manipula e dita as

²⁷ Um elemento crucial do bem-sucedido esquema da política econômica do governo Kubitschek foi sua capacidade de unir os interesses objetivos do capital nacional à penetração do capital estrangeiro (DRAIBE, 1985, p. 243 apud SANTOS, 2012, p. 82).

regras do jogo a serem seguidas pelos países periféricos em constante superexploração operado pelo capital internacional. Sobre isso, explica Martins (2013)²⁸:

[...] desenvolvimento a partir da integração dos sistemas produtivos latino-americanos mediante o investimento direto estrangeiro. Esta integração aprofunda a monopolização do capital e a superexploração do trabalho, gera dialeticamente um movimento de massas que pressiona os limites conservadores do pacto populista e é enfrentado internamente pelo conjunto da burguesia e do setor militar, sob a inspiração e o auxílio da estratégia norte-americana de contrainsurgência²⁹ (MARTINS, 2013, p.23).

O Estado aparece como mediador estratégico para a implementação direta do *desenvolvimentismo* na América Latina. Com isso, constituem-se os determinantes para uma política econômica pautada na dependência e na submissão do trabalho ao capital, e se amplificam em um processo de um dito desenvolvimento no continente latino-americano. Neste quadro, os países subdesenvolvidos são instrumentos a serviço do grande capital para solidificar as bases dos monopólios e fortalecer a grande burguesia internacional e nacional. A dependência é transformada, ideologicamente, em processo de desenvolvimento econômico.

Ao longo das décadas de 1950-1960, o continente latino-americano vivenciou um processo mediado pelo capital internacional, que caminhou para um nível de incorporação e fusão de blocos econômicos mediante os monopólios.

O capital dinamiza suas forças no campo da acumulação e expansão do poder sobre todo o mundo. Naquele momento o Brasil se constitui como espaço ainda em industrialização, caminhando para o dito desenvolvimento. Um padrão implementado pelo grande capital internacional e a política nacional-desenvolvimentista de JK, com forte apelo à ampliação dos parques industriais a exemplo dos automobilísticos³⁰. Destaca-se nesse contexto uma potencialização do capital internacional em conjunto com o nacional, no governo de JK. Essa conexão foi articulada sem muitos problemas, sem deixar, em seu caráter político, de desenvolver a economia nacional em consonância direta com os ditames do capital internacional estadunidense. Assim, havia a predominância do capital internacional, o que limitava o capital nacional ao papel de pequeno sócio no controle e no processo de desenvolvimento da economia brasileira.

²⁸ Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini / Organizador: Niemeyer Almeida Filho. – Brasília: IPEA, 2013.

²⁹ “O Estado de contrainsurgência não se restringe necessariamente à forma ditatorial. Habilita-se a construir democracias sob tutela, configurando aparatos militares e econômicos fora do controle do poder legislativo que o constituem como Estado corporativo da burguesia monopólica e das forças armadas” (MARTINS, 2013, p. 23).

³⁰ Grandes montadoras de automóveis ingressaram no país a exemplo (Ford, Volkswagen, Willys e GM – General Motors) neste período.

Destacamos agora os pontos significativos do *plano de metas* incorporado pelo governo de JK, cujos recursos financeiros (internacionais e nacionais) privilegiaram os seguintes setores: *transporte, energia, alimentação, educação e indústria de base*. No total, o plano continha trinta e uma metas que deveriam ser alcançadas no país. Entre elas estavam a construção da nova capital federal, Brasília, que foi inaugurada no dia 21 de abril de 1960³¹. Em números, podemos verificar que:

O Plano compreendia um conjunto de 30 metas organizadas nos seguintes setores: 1) Energia (com 43,4% do investimento total): elétrica; nuclear; carvão mineral; produção e refinação de petróleo; 2) Transportes (29,6% dos recursos previstos): reaparelhamento e construção de ferrovias; pavimentação e construção de rodovias; serviços portuários e de dragagens; marinha mercante; transportes aeroviários; 3) Alimentação (com apenas 3,2% dos investimentos previstos): trigo; armazéns e silos; armazéns frigoríficos; matadouros industriais; mecanização da agricultura; fertilizantes; 4) Indústrias de base (com 20,4% dos investimentos previstos): siderurgia; alumínio; metais não-ferrosos; cimento; álcalis; celulose e papel; borracha; exportação de minérios de ferro; indústria automobilística; construção naval; mecânica e material elétrico pesado; 5) Educação (3,4% dos recursos): formação de pessoal técnico (ALMEIDA, 2004, p. 10).

Ideologicamente, se produziu para a massa um contexto de ampliação das riquezas produzidas, articulando o desenvolvimento no que tange aos quadrantes econômicos e de infraestrutura no país. O *plano de metas* conseguiu ser bem sucedido no sentido de construir um planejamento que articulou grandes investimentos privados internos e externos para sua objetivação enquanto projeto de governo.

Nesse período as massas operárias estão em um processo de organização já encaminhado, apesar das investidas do Estado do capital desde as décadas anteriores, que passam a controlar as organizações sindicais (via legislações). O contexto histórico encontrava chão fértil para a postura política *populista e reformista*, tendo em vista o arrefecimento do movimento popular e sindical dos operários, mas, sobre esse aspecto nos debruçaremos com mais afinco na seção seguinte.

Historicamente, foi imposto à América Latina pelo grande capital um movimento de potencialização do processo desenvolvimentista, tendo em vista a instalação dos parques industriais e do processo produtivo de industrialização para substituição de importações, com investimentos do capital internacional para colocar as economias nacionais latino-americanas no plano do ‘desenvolvimento mundial’. Porém, e obviamente, sem romper com a dependência e os múltiplos problemas sociais que aqui habitaram e habitam até hoje.

³¹ Para mais detalhes sobre o *Plano de Metas* ver: ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889/1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

As economias nacionais latino-americanas passam por um processo de adequação ao projeto desenvolvimentista mundial, e o Brasil, assim como os outros países subdesenvolvidos, deveria aderir aos planos e projetos estadunidenses para tentar barrar os ideais contra-hegemônicos. Então, o que se dizia é que, por exemplo *a fome (pobreza) era mais aberta às influências de ideias socialistas/comunistas*,³² e, por isso, era preciso combatê-las nos países subdesenvolvidos. E ainda tentar desenvolver sem romper com as desigualdades é o elemento que caracteriza e afirma a subdesenvolvimento e dependência do Brasil e dos demais países latino-americanos às amarras do grande capital.

Vale ainda considerar que nossa formação sócio-histórica não foi construída sobre bases da exploração dos “colonizadores” sob “chibatadas e carabina”. Tal processo vai se moldando ao longo dos séculos, tendo em vista nossa dita vocação “subalterna”. Agora, “subalternos” ao capital internacional imposto pelo movimento da história, sob os “olhos vorazes” dos capitalistas. Assim, com o decorrer dos séculos, as mudanças chegam ao Brasil e são incorporadas para atender às demandas do capitalismo. Sampaio Jr. (2012), aponta que:

Tendo como eixo articulador a preocupação em integrar industrialização e formação da economia nacional, o desenvolvimentismo relaciona a especificidade do capitalismo na América Latina à perpetuação de uma dupla articulação que compromete a capacidade de a sociedade nacional controlar os fins e os meios de desenvolvimento — a situação de dependência externa e a extrema desigualdade entre as classes sociais [...] A superexploração do trabalho, a irracionalidade do processo de incorporação de progresso técnico, a instabilidade econômica e financeira, o espectro da estagnação e as crises cíclicas de reversão estrutural tornam-se características inerentes ao capitalismo na periferia latino-americana da economia mundial (SAMPAIO JR, 2012, p.674).

A tutela do grande capital condiciona os limites para a formação de uma força nacional que no, campo da industrialização, tem suas bases na produção primária voltada para a exportação, modelo ainda em uso no Brasil *neodesenvolvido* da atualidade.

Pois, atualmente, ao limitar sua industrialização à reprimarização para exportação, os países latino-americanos reproduzem os seus próprios condicionantes para o contínuo subdesenvolvimento, o que reforça a tendência à submissão das massas populacionais no cenário atual. Mas, diferente dos outros países, o Brasil diz ter alcançado o *desenvolvimentismo* e diz vivenciar uma nova fase a de um *novo desenvolvimentismo* ou *neodesenvolvimentismo*³³. Sampaio Jr. (2012, p. 12) é firme ao dizer que “o neodesenvolvimentismo é um rótulo vazio”, que fica mais no plano ideopolítico de propaganda

³² Neste momento o mundo vive um processo de bipolarização – entre o capitalismo dos EUA e o Socialismo da União Soviética.

³³ Ver site: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/12/20/neodesenvolvimentismo-e-classes-sociais-no-brasil/>> Acesso em: 15/06/2017.

dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, em relação ao Governo de FHC, do que nos dados reais.

Diferentemente do governo de JK, o governo do PT viveu um processo de *reprimarização*, *desindustrialização* e *desassalariamento* constante, promovendo um engessamento do PIB. Entretanto, a propaganda era a de crescimento, apesar dos dados divulgados pela própria mídia todos os dias. Percebe-se aqui uma tentativa de constituir uma postura de consenso entre as classes em conflito, ou seja, estrategicamente o governo do PT articulou mecanismos de controle e consenso sobre as massas nesses últimos 13 anos.

Se não rompemos com os problemas sociais, econômicos e políticos, que seriam fundamentais para o desenvolvimentismo segundo Sampaio Jr. (2012), como podemos dizer que vivemos um novo momento? Onde estão as “mudanças de caráter estrutural”? Não há investimentos em infraestrutura para a maioria massiva da população, tendo sido a preocupação do Governo Federal muito mais voltada para a ampliação do consumo e crédito, como forma de movimentar a economia, sem ruptura alguma com a desigualdade social.

Observam-se os elementos que são pertinentes para entendermos a dimensão “avessa” criada pelo governo que se apropriou indevidamente do termo *neodesenvolvimentismo* para tentar se diferenciar do governo anterior (FHC). Também, como afirma Maranhão (2012, p. 85), ao demonstrar o “quadro crítico de deslegitimação do projeto neoliberal, o capital necessita, cada vez mais, de respostas que não só garantam a normalidade das taxas de lucro, mas também amenizem a condição dos derrotados e estabeleçam um consenso mínimo em torno das transformações ocorridas”.

Aparecem como desafios a serem resolvidos pelo capital e a classe burguesa na atualidade a busca por soluções estratégicas que viabilizem os seus mecanismos de existência, reprodução e de controle. Se no desenvolvimentismo buscou-se a centralidade na industrialização massiva do país, que configurava o fortalecimento articulado entre o capital nacional e o internacional, via estruturação econômico-produtiva, por sua vez, o que se vivenciou com o dito *neodesenvolvimentismo* da “era Lula” foi um movimento “às avessas” – um processo que implicou na *reprimarização da indústria*, na *desindustrialização* e ainda em uma ampla afirmação da expansão do agronegócio voltado para a exportação, a exemplo da soja, da cana de açúcar, entre outros. Gonçalves (2012) aponta que:

[...] o conceito foi apropriado politicamente para destacar a (falsa) inflexão no processo de desenvolvimento econômico brasileiro, as (pretensas) mudanças estruturais e o desempenho econômico do país durante o governo Lula. O intuito dessa apropriação (indevida) é diferenciar o governo Lula da experiência neoliberal e do desempenho (medíocre) do governo FHC (Mercadante; Oliva, 2006 e 2010;

Barbosa e Dias, 2010; Sader e Garcia, 2010). Conforme demonstrado em Gonçalves (2012), a experiência de desenvolvimento econômico brasileiro durante o governo Lula expressa um projeto que se pode denominar “desenvolvimentismo às avessas”; ou seja, é ausência de transformações estruturais que caracterizam o projeto desenvolvimentista. Durante o governo Lula os eixos estruturantes do nacional-desenvolvimentismo foram invertidos. O que se constata claramente é: desindustrialização, dessubstituição de importações; reprimarização das exportações; maior dependência tecnológica; maior desnacionalização; perda de competitividade internacional, crescente vulnerabilidade externa estrutural em função do aumento do passivo externo financeiro; maior concentração de capital; e crescente dominação financeira, que expressa a subordinação da política de desenvolvimento à política monetária focada no controle da inflação. No que se refere ao desempenho macroeconômico, também se demonstrou que, se é verdade que no governo FHC a economia brasileira teve desempenho medíocre, também é verdade que no governo Lula esse desempenho foi fraco, tanto pelos padrões históricos do país, como pelo padrão internacional contemporâneo (GONÇALVES, 2012, p.638).

Operou-se, segundo Gonçalves (2012), um “desenvolvimentismo às avessas”, sem mudanças significativas nas estruturas econômicas, sociais e políticas do país. Claro, houve um singelo deslocamento na economia no que tange ao consumo, por meio da ampliação do crédito consignado, principalmente da população de baixa renda que, em sua maioria, acessavam aos programas sociais do governo de forma mais abrangente a partir do ano de 2004.

Assim, também se constitui como um mecanismo de consumo interno de bens pela população atendida pelos programas sociais³⁴ destaque para o *Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social - BPC*³⁵, *Programa Bolsa Família - PBF*³⁶, entre outros – aqui apontamos os mais conhecidos e acessados pelos usuários. Podemos dizer que diminuiu a pobreza no Brasil apenas no plano do consumo em massa, acesso a bens e serviços, antes não acessados por essas camadas populacionais, sendo implementado pelo governo via

³⁴ Os governos Latino-americanos tendo como exemplo o Brasil implementaram, programas sociais em seus programas de governo vejamos: em 2004 só seis países tinha programas sociais hoje em 2013 já são cerca de dezenove no país. Disponível em: <<<http://www.eumed.net/rev/oidles/10/nmnr.htm>>>. Acesso: 15 de Jun. 2017.

³⁵ O BPC garante a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo vigente ao idoso, com idade de 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Em ambos os casos, devem comprovar não possuir meios de prover a própria manutenção, nem tê-la provida por sua família - ver site: <<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/>>>. Acesso: 15 de Jun. 2017.

³⁶ O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais, e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. O Bolsa Família possui três eixos principais focados na transferência de renda, condicionalidades e ações e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade. Para mais informações ver site: <<<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>>>. Acesso: 15 de Jun. 2017.

repasse de renda e de programas sociais. Porém, as desigualdades sociais continuam se ampliando e se intensificando sobre grande parcela da população no Brasil e no mundo.

Cresce também neste contexto *neodesenvolvimentista* postos de trabalho que pagam entre zero e um e meio salários mínimos³⁷, porém, ao mesmo tempo em que se abrem insignificantes vagas de trabalho formal, amplia-se fortemente o trabalho informal, absolutamente sem estabilidade e sem proteção social, como principais aspectos da precarização do trabalho em uma conjuntura econômica dita pelos economistas como *moderna*.

Segundo a Carta conjuntura do IPEA³⁸, de junho 2013, ocorre um pequeno aumento em alguns setores da economia brasileira. Vejamos os números:

Os indicadores de atividade econômica, nos primeiros meses de 2013, reforçaram o quadro de crescimento moderado que se observa desde meados do ano passado. O crescimento de 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre do ano, em comparação ao trimestre imediatamente anterior, acabou ficando abaixo das expectativas. Porém, a variação em doze meses se acelerou – alta de 1,2% contra 0,9% no final de 2012 –, e os dados referentes ao mês de abril foram encorajadores: alta de 0,84% do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) em relação ao mês anterior, na série dessazonalizada, e crescimento de 1,8% da produção industrial, na mesma base de comparação (CARTA CONJUNTURA - IPEA, 2013, p. 07).

Nas análises apontadas pelo IPEA apresentam-se alguns elementos para a compreensão da situação estrutural do Brasil no plano da economia, do trabalho, emprego e do consumo. Os economistas apontavam essa situação como positiva para o país, porém, os desdobramentos deste mecanismo econômico, político e social *neodesenvolvimentista* trouxeram em seu signo implicações diferenciadas para as camadas populares pauperizadas, assim como um mínimo deslocamento da pobreza tão somente pelo fato do aumento do consumo de bens por parte dessa população e uma precarização profunda do trabalho e suas relações de exploração.

Porém, eliminar a pobreza é apenas fazer com que alguns possam acessar certos bens e serviços? Vejamos uma análise realizada pelo sociólogo argentino Atilio Borón, (2010), na qual ele aponta de forma contundente a situação de vulnerabilidade e miséria que atinge uma ampla parcela da população mundial. Assim:

³⁷ “De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desocupação, em maio, foi de 5,8%, repetindo o mesmo resultado observado no mesmo mês do ano anterior. Em termos dessazonalizados, a desocupação em maio ficou estável em relação a março, refletindo uma acomodação desta taxa em nível historicamente baixo (gráfico 2.1). No primeiro quadrimestre de 2013, a desocupação média no mercado de trabalho foi de 5,7%, permanecendo ligeiramente abaixo da registrada no mesmo período do ano anterior (5,8%)” (Carta Conjuntura-IPEA, 2013, p. 25).

³⁸ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

1,08 bilhão são desnutridos crônicos (FAO); 2 bilhões não têm acesso a medicamentos (www.fic.nih.gov); 884 milhões não têm acesso à água potável (OMS/Unicef, 2008); 925 milhões são “sem teto” ou residem em moradias precárias (ONU Habitat, 2003); 2,5 bilhões não são beneficiadas por sistemas de saneamento ou privadas domiciliares (OMS/ Unicef, 2008); 218 milhões de crianças entre 5 e 7 aos de idade trabalham em condições forçadas desempenhando tarefas perigosas e/ou humilhantes (como soldados em guerras e conflitos civis, na prostituição infantil ou trabalhos insalubres na construção civil, agricultura ou indústria têxtil) (BORÓN, 2010, p. 1, apud MARANHÃO, 2012, p. 83).

O cenário mundial é crítico. Podemos observar o quanto os problemas estão se tornando cada vez mais complexos na conjuntura de crise estrutural, e sendo esse o saldo neoliberal, se pensarmos o Brasil portador de problemas associados às desigualdades sociais atingem a um contingente de milhões de pessoas que são jogadas às margens da sociedade e, por muitas vezes, tratadas como “invisíveis” pelo Estado, pelos governos e pela própria sociedade. Ela própria vem ao longo do tempo sendo engolida pelos ditames postos pelo capitalismo que ideologicamente transforma a pobreza e as múltiplas desigualdades em algo “natural”, velando o real motivo desta problemática que é essencialmente fruto das relações desumanas do próprio capitalismo.

No Brasil, os dados do IPEA apontavam pontos positivos no que tange à economia e seu crescimento no período. É também notório que aparelhos de hegemonia estatais, como este Instituto, difundam a ideia de um suposto *neodesenvolvimentismo*, a exemplo da Unicamp e alguns outros aparelhos hegemônicos privados como as revistas *Carta Capital* e *Le Monde Diplomatique* e a agência de notícias Carta Maior. São essas pelo menos as três principais propagadoras da ideologia do *neodesenvolvimentismo*. A *Le Monde Diplomatique* do mês de maio de 2013³⁹ desconstruiu em números a falácia do PIB, falando de um “Pibinho”. Sabe-se também que a Unicamp tem variadíssimas linhas e algumas delas, não podemos negar, bem críticas na análise do momento atual vivenciado em nosso país.

Tudo leva a crer que as barreiras para o tão sonhado desenvolvimento nunca foram ultrapassadas, nem pelo governo de JK, nem pelo atual governo de Dilma Rousseff. Vivemos uma espécie de contínua dependência dos ditames internacionais e com ausência completa de distribuição de renda no nível produtivo e de políticas públicas universais que ataquem as desigualdades sociais. Assim, não se pode em nenhum momento tentar, como vem sendo feito pelo governo do (PT) e seus simpatizantes (ortodoxos), encaixar o termo *neodesenvolvimentismo* à realidade brasileira.

³⁹*Le Monde Diplomatique de Maio de 2013 – ver editorial e toda a edição no site: www.diplomatique.org.br*

As desigualdades estão presentes no cotidiano das massas trabalhadoras em proporções amplas e afetam significativamente as populações em estado de extrema pauperização. A indústria cresce minimamente, e, na produção primária, a agricultura é voltada para a exportação (agronegócio). O trabalho é precarizado por terceirizações e polivalências, pelas quais se perpetuam um contingente numa cifra de milhões de homens e mulheres, de trabalhadores que nunca ocuparam um posto formal de trabalho (exército industrial de reserva).

Em tempos de um dito *neodesenvolvimentismo*, a organização dos trabalhadores e dos Movimentos Sociais sofre os rebatimentos na direção já inscrita pelo contexto contrarrevolucionário de desmobilização que se apresenta desde a década de 1970, com a crise estrutural do capital. Porém, tivemos no mês de junho de 2013, com as *Jornadas de Junho*⁴⁰, uma movimentação da luta de milhares de jovens e trabalhadores na defesa de seus direitos e aspirações para o futuro.

Assim, o que se ampliou neste movimento dito *neodesenvolvimentista* foi o poder do capital internacional sobre a dita autonomia nacional. São verdadeiras oligarquias financeiras mundiais que constituem e detêm o controle sobre os países e economias periféricas. Tudo caminhou rumo aos objetivos e interesses do grande capital, em constante manutenção do subdesenvolvimento e da dependência no que se refere à economia, à política, entre outros mecanismos de poder do grande capital sobre os países periféricos.

No mesmo contexto, o grande capital começa a ampliar seus mecanismos de expansão e acumulação encontrando condições barateadas de produção e trabalho nos países periféricos, tendo como apoiadores o Estado e os governos desses países. Níveis extremos de pobreza e desemprego estrutural, ausência de controle social, entre outros tantos, são aspectos que caracterizam esse processo cada vez mais necessário ao capital e sua reprodução, via estratégias de superação da crise estrutural, no sentido de buscar o enfretamento a essa crise que cada vez mais se aprofunda e prejudica ferozmente os trabalhadores.

O chamado *neodesenvolvimentismo* é expressão “constituída por alguns trabalhos acadêmicos em que o conceito é usado para expressar formulações teóricas de projetos de desenvolvimento econômico para diferenciá-las daquelas próprias ao antigo nacional-desenvolvimentismo”, ao neoliberalismo e à ortodoxia convencional (GONÇALVES, 2012, p. 639).

⁴⁰ O termo *Jornadas de Junho* tem sido usado em diversos textos de estudiosos brasileiros para designar as atuais manifestações de rua realizadas em todo o país no mês de Junho de 2013, atualmente existe um conjunto de reflexões sobre esse processo.

É importante apreender todo o movimento que vem sendo feito pelo grande capital e sua política liberal, que sempre se coloca em revisão no plano de seu ordenamento. Agora a novidade é hegemonizar através de uma dinâmica que possibilite crescimento econômico com justiça social, sem romper com as amarras neoliberais de um “Estado mínimo”, como sublinhou Netto (2004, p. 72) – o que se opera é uma renovação das dimensões das políticas liberais enraizadas, ampliando majoritariamente a mundialização do capital. No contexto da realidade brasileira, tais direcionamentos são seguidos pelos governos há muito tempo em uma conexão direta com as políticas econômicas e sociais do grande capital.

Feita esta breve caracterização do dito modelo *neodesenvolvimentista* e seus desdobramentos no Brasil, remetemos ao partimos para segundo capítulo na tentativa de sinalizar algumas características do surgimento do partido dos trabalhadores (PT) e sua adequação à ordem do capital ao longo das décadas de 1980-1990, até sua chegada à presidência.

3. SURGIMENTO E NAUFRÁGIO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT): É POSSÍVEL REFORMAR O CAPITAL?

Neste capítulo, expomos o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT) em um contexto histórico marcado pela luta da classe trabalhadora, reinserção da classe operária no cenário político nacional, marcado pelo movimento de greve que ocorreu na região metropolitana da cidade de São Paulo, propagando-se pelos diversos cantos do país. Nesse sentido, com os trabalhadores se organizando coletivamente nas ruas e nas fábricas, se colocava em destaque a luta contra os desmandos do capital em crise e sua ditadura militar, atingindo a burguesia e seu Estado opressor.

Como produto histórico da luta dos trabalhadores no contexto da década de 1980, o PT acumulou forças para se consolidar como o “partido sem patrões”, identificando-se como algo novo, sem atrelamento algum aos setores da burguesia nacional. Porém, na década de 1990, o PT começa a disputa das eleições, inicialmente nas prefeituras e, depois, no âmbito da presidência.

Portanto, destacamos nesse capítulo a forma de gestão adotada pelo PT nesses últimos anos que o levou a submissão aos imperativos da burguesia e sua administração em favor do capital nacional e internacional. A tentativa de reformar o capital nos parece bastante complicada e carrega consigo grandes problemas.

3.1. O PT como produto da necessidade histórica de organização dos trabalhadores contra o regime ditatorial

O Golpe de 1º de abril de 1964 é a expressão mais dramática e cruel da história do nosso país. O golpe foi dado contra o governo democrático popular de João Goulart, popularmente conhecido como “Jango”. O golpe militar expressou a completa liquidação da democracia vivenciada no país desde 1945, entendendo todas as suas limitações. A essência contida no golpe era a da podridão dos setores mais reacionários da sociedade brasileira: burguesia industrial e financeira, os grandes proprietários de terras e as cúpulas militares, além do apoio da Igreja Católica e camadas da pequena burguesia. O golpe militar se autoproclamava como “Revolução”. Vejamos:

CONSIDERANDO que a Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, “os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direito e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria” (PREÂMBULO DO ATO INSTITUCIONAL Nº 1, de 9 de abril de 1964);

O discurso da modernização, da luta contra a corrupção, reconstrução da economia, da política e da moral nos parece tão atuais na conjuntura política do Brasil a partir do governo ilegítimo de Michel Temer, que, com o apoio da burguesia e das cúpulas mais conservadoras de nosso país na atualidade, derrubou o governo de Dilma Rousseff via impedimento.

De 1964 a 1985 foram vinte anos que garantiram à massa dos brasileiros um processo cruel de despolitização, de medo, de mordação. O *Estado autocrático burguês*⁴¹ eliminou uma geração a partir das diversas formas de liquidação de sonhos e projetos de vida, fossem individuais ou coletivos. Os assombros iniciais dos anos de ditadura se configuram de forma reacionária entre (1964-1968), em seguida, com todo o desgaste, a pressão da contestação democrática, tudo acabara por se transformar e, assim, um novo estágio surge: “é o AI-5, no qual se ergue o Estado de segurança nacional e se estrutura um tentacular aparelho

⁴¹ O'DONNELL, G. “Sobre o Estado, a Democratização e Alguns Problemas Conceituais – Uma Visão Latino-americana com uma Rápida Olhada em alguns Países Pós-Comunistas” in *Novos Estudos CEBRAP*. n. 36. Julho de 1993.

repressivo, que faz da tortura não um recurso eventual, mas uma política de Estado” (NETTO, 2014, p.258). Os conhecidos anos de “Chumbo” capitaneados pelo general Médici darão as bases adequadas para o “milagre econômico⁴²”. Tal período é marcado pelo crescimento da economia, exploração dos trabalhadores e concentração de renda e da propriedade, além de uma forte repressão às forças políticas contrárias ao regime. Destaca Netto (2014, p. 165) que:

[...] os *anos de chumbo* aniquilaram e/ou imobilizaram, no primeiro terço dos anos 1970, as forças políticas que vinham atuando na oposição, legal e clandestina, desde 1964. O terrorismo do *Estado de segurança nacional*, com a legitimação que lhe propiciava o “milagre econômico”, conseguia manter o grosso dos trabalhadores no silêncio e na defensiva (já vimos, por exemplo, o número de greves: 12 em 1970, nenhuma em 1971 – elas só retornarão, expressivamente, a partir da segunda metade da década).

A luta dos trabalhadores nesse momento se apresenta via confronto armado, como escreve Netto (2014, p. 258): “é o período que em que floresce e logo é aniquilada a oposição clandestina que decide enfrentar o regime mediante o confronto armado no qual a oposição legal é comprimida à quase residualidade”.

Nesse contexto, a luta contra a ditadura se acirrava, as contestações de caráter democrático ganhavam força com a crise do “milagre”, ponto que deu legitimidade aos atos de repressão via Estado, criando condições para que a classe operária entrasse em cena junto com alguns setores progressistas que lutavam pela democracia.

Só entre os anos de 1979 e 1985 que se inicia a crise e derrota da ditadura no país, onde as trincheiras de luta e resistência dos trabalhadores foram de fundamental importância para esse processo de liquidação, tendo em vista todos os seus limites. Nesse período, quem estava à frente do governo era o último dos generais, João Batista de Oliveira Figueiredo, sendo um dos mais longos a ficar no poder, cerca de seis – anos de março de 1979 a março de 1985 –, marcando a crise do regime ditatorial iniciado em 1964. Figueiredo dizia “que o seu propósito era inabalável [...] fazer desse país uma democracia”. Mas o que esses ditadores entendiam por democracia? Expressava em suas falas uma forma direta e grosseira; incorporou o lema da abertura democrática e afirmava que “É para abrir mesmo, e quem quiser que não abra, eu prendo e arrebeito” (NETTO, 2014, p. 2011).

Porém o “prender e arrebeito” não era válido para os militares dos porões do regime militar, os terroristas que mataram e deixaram diversas pessoas feridas no processo de abertura, ao qual eles eram contrários. Mas a repressão diante do movimento dos

⁴² Conforme Netto (2014, p. 147) [...] a expressão “milagre econômico” [...] se generalizou há cerca de quarenta anos para designar o processo que, entre finais da década de 1960 e meados dos anos 1970, fez do Brasil uma das dez maiores economias mundiais.

trabalhadores foi efetivada: ele prendeu, porém, não conseguiu arrebentar, tendo em vista a força que o movimento dos trabalhadores expressava no processo de oposição democrática. Netto (2014, p. 212) afirma:

Foi justamente o protagonismo do movimento dos trabalhadores que operou a alteração da correlação das forças políticas na sociedade brasileira, afetando substantivamente o projeto de autorreforma da ditadura e tornando-o um processo de democratização.

A crise da ditadura e o esgotamento do chamado “milagre econômico” expressou o desgaste do modelo econômico próprio desse período. Os problemas não foram resolvidos, e sim empurrados para adiante. Nesse sentido, o fracasso de tal modelo econômico seria sentido “no marco de uma gravíssima crise, o peso daqueles estrangulamentos apareceu com força” (Ibid., p. 212). A luta dos trabalhadores se intensificava, tendo em vista os reflexos desse processo de crise que impactava diretamente as relações de trabalho e de vida do conjunto da classe. Netto (2014, p. 214) afirma que o desastre econômico-social se expressava na massa da população de forma brutal:

[...] os salários reais caíram 20%; entre 1981 e 1983, com o setor industrial experimentando uma retração de 52%, a taxa de desemprego nela registrada foi de 7,5% - em agosto de 1981, apenas nas regiões metropolitanas, havia 900 mil desempregados; nesta região, a evolução do desemprego, segundo dados oficiais, foi a seguinte: 1980, 6,2%; 1981, 7,9%; 1982, 6,3%; 1983, conforme o *Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos/DIEESE*, em 1981, 30,3% da população economicamente ativa do país estava desempregada ou subempregada, não constando dos números oficiais.

É notório que nesse período, com o aprofundamento da crise do capital em escala planetária, e suas expressões particulares no Brasil, a classe trabalhadora sofreu suas consequências mais perversas, sendo os tempos do general Figueiredo marcados pela forte repressão ao movimento dos trabalhadores. Foi nesse mesmo período, entretanto, que a classe trabalhadora se colocou em cena de forma expressiva, com um processo de luta que apontava para uma transformação importante na conjuntura marcadamente de crise e exploração dos trabalhadores urbanos e rurais. Desse modo, “estavam dadas condições para rupturas e dilaceramentos nos suportes sociais e políticos da ditadura e para que a lutas de classes ganhasse uma nova dinâmica” (NETTO, 2014, p. 216).

É preciso destacar que o regime divide a oposição, pois, com a posse de Figueiredo, o processo de abertura democrática vinha avançando, a partir da Anistia – Lei n. 6.683 de 28 de Agosto de 1979 –, fruto do processo de abertura democrática que se movia naquele momento histórico. A Anistia provocava ainda mais o ódio da direita reacionária e

conservadora, mesmo ela estando longe de ser “ampla, geral e irrestrita” como era expressa nas demandas da oposição ao regime. Ao mesmo tempo em que ela possibilitou o retorno dos exilados, ela também atendeu às demandas exigidas pelo núcleo repressivo do regime.

O caminho não era nada fácil, mas a Anistia, mesmo limitada, permitiu, segundo Netto (2014, p. 220) “o regresso de contingentes de exilados e a sua reincorporação à vida política do país; atividade sindical prosseguia intensa; associações populares se (re)ativavam” e partidos saíam da ilegalidade, a exemplo do Partido Comunista Brasileiro - PCB⁴³, que começavam a atuar abertamente longe das sombras da clandestinidade que lhes foram impostas pelo regime.

Nesse mesmo período a liberdade de imprensa se consolidava, jornais de grupos democráticos e partidos de esquerda vinculavam suas publicações. Netto (Ibid) destaca alguns: “Mino Carta anima o efêmero projeto democrático do *Jornal da República*, o MR-8 agita com a *Hora do Povo*, frações trotskistas publicam *Em Tempo* e *O Trabalho*”. Em 1980, até o PCB pode editar o Semanário *Voz da Unidade*, que foi veiculado até o início dos anos 1990.

Isso não impediu que o processo de abertura expressasse em sua constituição seu caráter contraditório, pois mesmo em estado de agonia, a ditadura não desistia de colocar em prática seu plano de autorreforma do regime, de continuar controlando a existência de tudo e de todos sob o mando da tortura e do arbítrio. No ano de 1979, o Congresso Nacional aprova a Lei n. 6.767, de 20 de dezembro – Lei Orgânica dos Partidos Políticos: “com esta legislação suprimia-se efetivamente o bipartidarismo imposto desde o final de 1965 e se instaurava a possibilidade de construir um sistema multipartidário” (NETTO, 2014, p. 221). No bipartidarismo existam dos Partidos: Aliança Renovadora Nacional (ARENA), criado em 1965, como base de sustentação da ditadura empresarial-militar e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), fundado em 1966, que se configurava como oposição ao regime militar.

Assim, a ideia de criação e aprovação dessa lei teve como objetivo dividir e fragmentar a oposição do MDB, mas também significou a criação de novos partidos, a exemplo do Partido dos Trabalhadores (PT). Assim, segundo Netto (Ibid):

Em março de 1980, estando os novos partidos em formação, na reabertura dos trabalhos legislativos registrou-se o seguinte quadro (com apenas 8 deputados federais e 1 senador sem optarem por uma nova legenda): a maior parte dos filiados à ARENA conservou-se unida no *Partido Democrático Social/PDS* (eram a base parlamentar do regime: 36 senadores e 212 deputados federais); a parte mais expressiva do MDB manteve-se no Partido do Movimento Democrático

⁴³ “Porém os dois PCs só seriam legalizados em maio de 1985, já sob a “Nova República” (NETTO, 2014, p. 220).

Brasileiro/PMDB (20 senadores e 113 deputados federais); membros da ARENA e “fisiológicos” e “moderados” do PMDB passaram a alinhar-se no *Partido Popular/PP*, liderado por Tancredo Neves (10 senadores e 66 deputados federais); o *Partido Democrático Trabalhista/PDT*, sob o comando de Leonel Brizola, reuniu 10 deputados federais e o *Partido Trabalhista Brasileiro/PTB*, de Ivete Vargas, juntou 5 deputados federais e o *Partido dos Trabalhadores/PT* [...] com 6 deputados federais. Em outubro de 1980, estes partidos obtiveram os seus respectivos registros provisórios.

O PT aparece nesse processo como uma das novas forças que surgem como expressão da luta coletiva dos Trabalhadores, abrigando no seu interior forças de esquerda, sendo a figura de Luiz Inácio Lula da Silva, central. O líder sindical teve lugar de destaque nas lutas do ABC Paulista entre os anos de 1978-1979. Ao passo que a ditadura [o fim da ditadura?] fazia romper com o bipartidarismo, a nova legislação operava um processo de divisão do segmento de oposição ao regime e seu partido. Com maioria no Congresso Nacional, o general Figueiredo tentaria manter suas forças no poder para, assim, continuar implementando suas reformas. Em 1984, via “eleição” indireta, buscava-se assegurar o sucessor de Figueiredo, porém essa tentativa de divisão não era o bastante para tal processo de manutenção do regime.

Todas essas mudanças que vimos são frutos de um processo de crise do modelo econômico e emergência da luta e organização dos trabalhadores que, a partir de 1978, se colocam na cena política do país. Foi pela força dos trabalhadores que o processo de abertura vivenciou outros rumos. Na entrada dos anos 1979-1980, o movimento operário e sindical teve expressão de grande relevância, os limites impostos pelo regime militar não conseguiram sufocar a luta dos trabalhadores nesse período de grande efervescência das lutas de massa no Brasil. As greves no ABC Paulista são essencialmente um elemento fundamental para a oxigenação do movimento dos trabalhadores. Escreve Netto (2014, p. 225):

O ponto de partida foi, novamente, a greve dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, iniciada a 13 de março de 1979 – e que logo se estendeu para o cinturão industrial de São Paulo, envolvendo 240 mil trabalhadores. As principais reivindicações eram: aumento de 70% sobre os salários de 1978, reajustes trimestrais e piso de três salários mínimos. A reação imediata do governo foi decretar a ilegalidade da greve e a intervenção nos três sindicatos metalúrgicos mais importantes, com o afastamento compulsório de seus dirigentes (um deles, que se destacara na greve do ano anterior, o jovem Luiz Inácio da Silva, já era conhecido por *Lula*). O patronato, com a experiência adquirida em 1978, impediu a ocupação das fábricas, forçando o movimento a desenvolver-se nas ruas e a recorrer a piquetes, tornando-o objeto de caçadas policiais. Mas, ao final do primeiro dia, havia 90 mil trabalhadores em greve em São Bernardo, 38 mil em Santo André e 25 mil em São Caetano, e logo a paralização envolvia operários do interior (Campinas, São José dos Campos, Caçapava, Jundiá).

As lutas dos trabalhadores, especialmente protagonizadas pelos operários, ao se ampliar, conseguiu ganhar o apoio popular tendo em vista a comemoração histórica do dia 1º de maio, que contou com cerca de 150.000 pessoas no estádio Vila Euclides. O envolvimento popular era notório num clima dinâmico de abertura democrática, porém, ao mesmo tempo, existiam as diversas formas de repressão ao movimento via aparato repressor do Estado e suas instituições legais de controle que buscavam sufocar o movimento que ali se ampliava:

O Ministério do Trabalho fiscalizava permanentemente as atividades sindicais tanto políticas como financeiramente para que não houvesse “desvios” dessas funções. O sindicato era apenas sua diretoria, não havia participação dos trabalhadores; qualquer atividade de contestação à sua direção era impedida e às vezes perseguida tanto em seu interior, quanto na empresa. Não havia espaço para oposição no interior dos sindicatos no modelo vigente durante a ditadura. Mesmo nas épocas de eleição, quando formalmente chapas alternativas eram permitidas, as fraudes, perseguições, e até a violência eram usadas para intimidar os ativistas que quisessem mudar a direção sindical (WELMOWICKI, 2004, p. 42).

O sindicalismo desde os tempos de Vargas (1937) já havia sido inviabilizado, no regime militar isso continua se expressando sem passar por nenhuma significativa mudança na sua estrutura orgânica. Com o golpe, o controle sobre a classe trabalhadora e suas organizações se aprofundaram. Foi terreno fértil para a ampliação dos lucros das empresas multinacionais (período do chamado “milagre econômico”), mas também, contudo, gerou por outro lado o acúmulo de forças para a luta dos trabalhadores, contribuindo para o processo de abertura democrática e enfraquecimento do regime na década de 1980, como foi sinalizado.

Todo esse conjunto de mudanças, de novas expressões de luta e organização da classe trabalhadora impulsionando o chamado novo sindicalismo, o levaram a um processo de consciência de classe que percebia que o instrumento de luta via sindicatos não era suficiente, que não dava conta da luta política que se dinamizava. Era necessária a criação de um partido político que pudesse aglutinar todas as aspirações e demandas dos diversos sujeitos. O debate sobre a criação de um partido dos trabalhadores foi algo inevitável tendo em vista o momento histórico de efervescência das lutas no país, e em diversos grupos políticos (de diferentes matizes político-ideológicas) existia o sentimento de um partido que pudesse representar os interesses dos trabalhadores.

Na década de 1980 já estavam amadurecidas as condições objetivas e materiais para a criação e surgimento do PT. O PT foi expressão da luta de classe em que os trabalhadores, expropriados do fruto de seu trabalho, viviam uma brutal exploração e opressão. O PT surge com uma proposta clara, que é a de um partido “sem patrões”, criado para defender interesses dos trabalhadores num contexto de redemocratização do país.

3.2. O Partido dos Trabalhadores (PT): sua Origem na década de 1980

*“O Partido dos trabalhadores não poderá, jamais, representar os interesses do capital”.*⁴⁴

O Partido dos Trabalhadores (PT) se origina em meio às lutas dos trabalhadores que marcaram significativamente os anos de 1980, algo impressionante tendo em vista que em menos de uma década de sua fundação, o PT passou de uma organização singela, limitado aos círculos pequenos de militantes ligados aos Movimentos Sociais e populares, passando a um partido de algumas centenas de membros em tão pouco tempo.

É interessante, de fato, compreender a trajetória histórica do PT, sinalizando seus primeiros passos no cenário político brasileiro. Foi surpreendente observar a força e rapidez com que o partido dos trabalhadores se ampliou, tendo como elemento potencializador a grande efervescência do movimento operário de massa que ali surgia contrário ao Golpe militar-empresarial iniciado em 1964⁴⁵. O PT surgia com todas as suas particularidades como um partido *sem padrões*, um partido essencialmente da classe trabalhadora.

As transformações econômicas, políticas e sociais marcaram as décadas de 1960 e 1970 por todo o mundo, sendo elemento fundamental para os movimentos de luta que sinalizariam as condições objetivas e materiais para o surgimento do PT. É importante demarcar que, no cenário internacional, o movimento de greve geral de 1968, na França, se articulava com diversas lutas e mobilizações em defesa das liberdades políticas, contra as opressões contra os negros, os LGBT's e diversos grupos que buscavam expressão coletiva em meio a um conjunto de problemas vividos em seu cotidiano. Tudo isso era uma das formas de se colocar contra os desmandos implementados pela lógica desumana do capital. A ordem de bipolarização do mundo após a Segunda Guerra Mundial⁴⁶ expressa pelos acordos do imperialismo americano e a burocracia soviética dão sinais de ruínas. O mundo vivenciará mudanças significativas onde o capital produzirá inovações financeiras e técnico-produtivas que dinamizarão seu processo de ampliação e estratégias contra a crise do capital.

⁴⁴ Essa frase foi dita no discurso de Lula na 1ª Convenção Nacional do PT em 1981.

⁴⁵ Ver item 3.3., deste capítulo.

⁴⁶ Conflito militar mundial que durou de 1939 a 1945, envolvendo a maioria das nações do mundo incluindo as grandes potências do globo.

A década de 1970 é marcada pelo acirramento da luta de classes por todos os cantos, a exemplo da revolução portuguesa de 1974, a Revolução dos Cravos⁴⁷ em Portugal, que estremeceu a Europa e pôs fim aos tempos sombrios de Ditadura. Destaca-se também a derrota histórica dos Estados Unidos, na guerra do Vietnã, colocando em cheque o imperialismo perante o mundo.

No mesmo contexto, a Espanha vivencia uma grave crise econômica e social após a deposição do Ditador General Francisco Franco, tal movimento deu força para uma ampla ascensão das greves no período de 1976 e junho de 1977, em que mais de sete milhões de trabalhadores realizaram ações coletivas como paralizações de caráter radicais, contidas depois de um tempo por um acordo de conciliação entre representações dos trabalhadores e o governo pós-ditatorial – o chamado *Pacto de La Moncloa*. Em seguida, no ano de 1979 acontece a *Revolução Nicaraguense* expressando em cenário mundial a força e organização das massas na luta por direitos e pelo fim das ditaduras. Os reflexos de todo esse processo de lutas e transformações no plano internacional impacta de forma significativa o Brasil que vivia sob os horrores impostos pela Ditadura empresarial-militar desde o ano de 1964.

Como reflexo da crise do capital, as ditaduras foram fundamentais para sua reprodução e manutenção da ordem do capital por grande parte da América Latina e pelo mundo. Depois de fazer esse movimento de sistematização das lutas dos trabalhadores pelo mundo em um contexto de crise do capital aprofundada a partir da década de 1970, em especial com a crise do petróleo de 1974. Nesse turbilhão de transformações no mundo, aqui no Brasil as lutas se intensificam e os trabalhadores se organizam.

Os passos iniciais dados pelos trabalhadores na construção da luta tem sua origem nas greves operárias do ABC Paulista, em São Paulo (1978-1981), em um movimento constante que se reivindicava desde aumento dos salários dos trabalhadores até as melhorias nas condições de vida. A partir dessa organização dos trabalhadores, foram construídas as condições objetivas para o fortalecimento das lutas coletivas que ali brotavam. Os primeiros passos que dariam origem ao PT se iniciam em 1979/1980, no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, na cidade de Lins (SP). Ali já se apresenta o nível de qualidade no processo de construção de uma consciência de classe dos trabalhadores. Vejamos a primeira frase da Tese de Santo André-Lins (1979):

⁴⁷ A Revolução Dos Cravos foi o movimento que derrubou e lutou contra o regime salazarista em Portugal, e ocorreu no ano de 1974, de forma a estabelecer liberdades democráticas, com o intuito de promover transformações sociais no país. Após o golpe militar de 1926, foi estabelecida uma ditadura no país.

Enquanto vivermos sob o capitalismo, este sistema terá como fim último o lucro, e para atingi-lo utiliza todos os meios: da exploração desumana de homens, mulheres e crianças até a implantação de ditaduras sangrentas para manter a exploração. Enquanto estiver sob qualquer tipo de governo de patrões, a luta por melhores salários, por condições dignas de vida e trabalho, justas a quem constrói todas as riquezas que existem neste país, estará colocada na ordem do dia a luta política e necessidade da conquista do poder político. A história nos mostra que o melhor instrumento com o qual o trabalhador trava esta luta é seu partido político.⁴⁸

Fica evidente nos documentos que antecederam a fundação do PT o seu caráter “anticapitalista”, no contexto marcado pelas graves do ABC Paulista e diversas outras lutas espalhadas por todo o país. O movimento sindical nesse momento teve um caráter amplo, retirando os trabalhadores das fábricas, os levando massivamente às ruas, sendo um movimento de caráter reivindicatório, que em seguida fundaria o PT. A greve do ABC Paulista era uma grande manifestação em contraposição às medidas capitalistas impostas pelo FMI e o Banco Mundial que precarizavam ainda mais as condições de trabalho e vida dos trabalhadores, na tentativa de equilibrar as contas no país.

Os elementos que formam a consciência dos trabalhadores nesse momento histórico de efervescência das lutas são expressos nos documentos iniciais da fundação do PT, neles está o caráter anticapitalista que tem como objetivo contrapor a unificação dos patrões que tentavam suprimir a greve e toda a organização dos trabalhadores. A *Carta de Princípios* do PT (1979) deixa clara tal afirmação, quando expõe que:

Diante da força das greves do ABCD, os patrões e o governo precisaram dar-se as mãos para impedir o fim da política de arrocho salarial e o fim das estruturas semifascistas que tangeram os nossos sindicatos. Os patrões usam de todos os meios ao seu alcance para quebrar a unidade dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que se recusam a reconhecer os acordos obtidos no período de greve fabris. O governo desencadeia sua repressão: os sindicatos são invadidos e suas direções destruídas oficialmente, enquanto nas ruas a polícia persegue os piquetes e tenta impedir pela violência que os trabalhadores consigam local para se reunir. Por seu lado, o apoio que os metalúrgicos conseguem dos demais trabalhadores, embora seja suficiente para impedir que a repressão se aprofunde e faça produzir um recuo parcial, carece de maior consequência, devido, é claro, não à falta de um espírito de solidariedade, mas sim devido às limitações do movimento sindical e à inexperiência de sua organização política [...] Não puderam os trabalhadores expressar de modo mais consequente todo o seu apoio aos grevistas do ABCD, essa impotência tenderá a continuar enquanto eles mesmos não se organizarem politicamente em seu próprio partido.⁴⁹

O panorama da época é que, diante da organização e unidade dos patrões em conjunto com o governo ditatorial para minar as lutas dos trabalhadores através dos diversos

⁴⁸ Essa Tese foi aprovada no dia 24 de Janeiro de 1979 no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo realizado na cidade de Lins (SP). In. ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (org.). *Resoluções de encontros e congressos*, cit., p. 47.

⁴⁹ Carta de Princípios (1979). *Resoluções...*, cit., p. 49-50.

meios, sendo a repressão forma mais utilizada, nesse sentido, os trabalhadores afirmam a necessidade de uma unificação entre eles e a necessidade de criar um partido político dos trabalhadores. A repressão policial parece ter gerado nos trabalhadores uma necessidade de se organizar trazendo consigo a consciência de classe para esse momento histórico. Essa repressão levou os trabalhadores a pensar uma organização política própria e o movimento grevista de 1978-1979 foi elemento essencial para o entendimento da “necessidade objetiva” da materialização de uma organização política dos trabalhadores e para os trabalhadores, como se coloca na própria *Carta de Princípios* de 1979. A dimensão anticapitalista é notada nesses passos iniciais, além de uma característica importante que é o caráter classista dos trabalhadores ao dinamizar suas lutas para além das necessidades salariais e da vida cotidiana.

Quando, em 1970, o setor de classe que dava dinamicidade a greves operárias tinha uma notória convicção da importância da luta dos trabalhadores e seu papel para transformação do nosso país em tempos marcados pelo manto sombrio da repressão do Estado comandado pelos militares, os trabalhadores buscavam construir novos rumos para o conjunto dos trabalhadores que ali moviam suas forças para construir outros caminhos. Na *Carta de Princípios* de 1979, (p. 50) destacam que:

[...] não acreditamos que partidos políticos e governos criados e dirigidos pelos patrões e pelas elites políticas, ainda que ostentem fachadas democráticas, possam propiciar o acesso às conquistas da civilização e à plena participação política para nosso povo. Os males profundos que se abatem sobre a sociedade brasileira não poderão ser superados senão por uma participação decisiva dos trabalhadores na vida da nação. O instrumento capaz de propiciar essa participação é o PT. Iniciemos, pois, desde já, a cumprir esta tarefa histórica, organizando por toda a parte os núcleos elementares desse partido.⁵⁰

A *Carta de Princípios* de 1979, em vários momentos, expressa o caráter de classe que o novo partido apresenta. Em um trecho, eles parafraseiam a conhecida frase de Marx: “o partido dos trabalhadores entende que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores”; continua ainda a carta afirmando que “a única força capaz de ser fiadora de uma democracia efetivamente estável é a das massas exploradas do campo e das cidades”. O caráter de classe nesse momento se faz presente demonstrando a força organizativa dos trabalhadores.

O Partido dos Trabalhadores (PT) nascia, mas já apresentava uma questão importante em sua organização, seria o PT um partido restrito a sindicalista ou seria ele um partido de operários de chão de fábrica? O documento de princípios expressa que o objetivo do PT é

⁵⁰ *Carta de Princípios* (1979), cit., p.50.

“organizar politicamente os trabalhadores urbanos e os trabalhadores rurais”. Podemos perceber que aqui se afirma o caráter amplo de representação junto à classe trabalhadora. O documento ainda afirma que o partido estará “aberto à participação de todas as camadas assalariadas do país”.⁵¹ Tal princípio é expressão de uma organização que se propõe a representar os trabalhadores em um contexto de transformações no mundo do trabalho, na economia em crise e na política em tempos de ditadura; e esse é um partido que afirma: “o PT recusa-se a aceitar em seu interior representantes das classes exploradoras [...] o Partido dos trabalhadores é um partido sem padrões”.⁵²

Devemos observar que no partido que surgia existia a estratégia que demonstrava o caráter anticapitalista, os documentos iniciais sinalizavam a possibilidade de construção do socialismo: “Um partido que almejava uma sociedade socialista e democrática” (CARTA DE PRINCÍPIOS, 1979, 54). No documento de 1979, o PT afirmava não ser apenas uma organização política, expressava um objetivo maior em seu programa, “um partido que tem como objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem” (ibid., p.54). Ao longo dos documentos iniciais vão surgindo expressões como “democracia plena”, o que significa que o PT tem “compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia nem democracia sem socialismo”.

O caráter anticapitalista que se expressa nos diversos documentos apontam para um novo horizonte para os trabalhadores. Não se propunha a soluções paliativas e sim a caminhos que conduzissem os trabalhadores para a superação das opressões vividas, o que tornava fundamental a democratização real da sociedade conectada às lutas sociais contra o conjunto de problemas que se intensificavam, e isso só poderia acontecer se “todo o poder econômico e político venha a ser exercido diretamente pelos trabalhadores, única maneira para pôr fim à exploração e à opressão”.⁵³ Aqui reside uma radicalidade frente à brutalidade sofrida pela classe trabalhadora, uma tentativa coletiva de superação da ordem do capital que tanto nos desumaniza, era o que o PT propunha inicialmente, ou seja, “um governo dos trabalhadores”, cujas metas “socialistas” do partido se apresentavam da seguinte forma:

Erradicação dos latifúndios improdutivos e distribuição das terras aos trabalhadores sem terra; - Nacionalização e estatização de todas as empresas estrangeiras; - Estatização das grandes empresas e bancos; - Estatização das fontes e das empresas de energia, indústria extrativa e infraestrutura; - Controle popular dos fundos públicos.

⁵¹ *Ibid.*, p.53.

⁵² *Ibid.*

⁵³ Declaração política de outubro de 1979. *Resoluções.... cit.*, p. 56.

Fica claro que um processo de “estatização” dos setores estratégicos não indica “socialismo”, e sim, um programa de caráter socialdemocrata, porém o conjunto de articulações propostas pelo PT em seu início demonstra um caráter de radicalidade importante naquele momento histórico. Nada que se assemelha ao “zumbi do capital⁵⁴” que o partido se tornou na atualidade, com um nível de rebaixamento das lutas em defesa da classe trabalhadora notório.

A conjuntura do fim dos anos 1970 se estabeleceu e a necessidade de criação do Partido dos Trabalhadores, de caráter classista e radical em seu início, foi fruto da organização coletiva dos trabalhadores. A Declaração Política de 1979 afirma que “o PT define-se também como um partido das massas populares, unindo-se ao lado dos operários, vanguardas de toda a população explorada, todos os outros trabalhadores” (Ibid., p. 54). O caráter de massa iria aglutinar muitos setores e trabalhadores de diversos segmentos e ramos, a exemplo de professores, funcionários públicos, comerciários, bancários, boias-frias, estudantes, profissionais liberais etc.

Em 1980 é lançado o Manifesto de fundação do Partido dos Trabalhadores, em que os princípios dos documentos anteriores se reafirmam. Como já foi sinalizado, o Partido surge da necessidade coletiva dos trabalhadores tendo em vista a ampliação e emergência das diversas lutas sociais, populares e dos setores sindicais, como a luta dos metalúrgicos do ABC Paulista (1978-1979), além da efervescente luta pela democratização do país contra a ditadura empresarial-militar vivida desde 1º de abril de 1964. No *Manifesto de fundação do PT* (1980) se destaca a seguinte afirmativa: “O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra o sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois existe para beneficiar uma minoria de privilegiados”.⁵⁵ Trata-se de reafirmar sua postura anticapitalista, reafirmar o caráter de classe e sua dimensão autônoma frente aos ditames impostos pelo capital e suas personificações. Um trecho importante do *Manifesto de Fundação* do partido a ser observado é:

O Partido dos trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e partidos comprometidos com a manutenção da economia, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares. Os trabalhadores já sabem que a liberdade nunca foi e nunca será dada de presente, mas será obra de seu próprio esforço coletivo [...] Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser a real expressão política de todos os explorados pelo

⁵⁴ Expressão usada por Mauro Iasi (2006) em seu livro: *As Metamorfoses da Consciência de Classe* (Editora expressão popular).

⁵⁵ Manifesto de Fundação (1980). *Resoluções..., cit.*, p.65.

sistema capitalista. Somos um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os Trabalhadores (MANIFESTO DE FUNDAÇÃO, 1980, p. 65-66).

Esses elementos são reafirmações dos documentos iniciais como expressão da postura radical na luta contra o capital e suas expressões, reafirmando ainda o compromisso com a democracia, dimensão expressa na luta contra a ditadura em um processo de democratização do país, em uma sociedade que clama por liberdade e direitos que foram usurpados pelo regime autocrático de 1º de abril 1964.

Na *Carta de Princípios* de 1979 se destaca o seguinte: “um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem que ser ele próprio democrático nas suas relações que se estabelecem no seu interior”. A dimensão democrática do partido revela um elemento significativo que se apresenta como o caráter de massa do PT, um partido que se coloca como “amplo e aberto”, e que, nesse sentido, deveria aglutinar todos que estivessem comprometido com a luta dos trabalhadores. Assim afirmam: “queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases” (MANIFESTO DE FUNDAÇÃO, 1980, p. 66).

Outro aspecto significativo desse momento histórico de fundação do PT é que desde sua gênese o partido se apresenta como uma possível alternativa eleitoral. Lembremos que Lula afirmou que jamais iria participar de eleições⁵⁶, e anos mais tarde veríamos que ele anulou o “purismo” inicial. Nos primeiros documentos de 1979 e no Manifesto de Fundação de 1980, o partido, agora recém-fundado, registra sua intenção de concorrer aos pleitos eleitorais, mas no sentido de fortalecer e desenvolver as lutas coletivas que se intensificavam junto à classe trabalhadora. Assim, “o PT afirma que seu compromisso com a democracia plena exercida diretamente pelas massas. Nesse sentido proclama que participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas” (Ibid).

No Manifesto de 1980, o PT coloca que o partido pretende “chegar ao governo e à direção do Estado”. O intuito aqui era o de construir uma democratização a partir “do ponto de vista dos trabalhadores”, as transformações realizadas a partir daí teriam o objetivo de melhorias significativas para o conjunto da classe trabalhadora no plano econômico, político e social, e tais mudanças levariam a construção de uma “sociedade igualitária”, “onde não haja explorados nem exploradores”. Como fazer isso apenas com essas mudanças limitadas as ordens do capital?

⁵⁶ Sobre o rumo eleitoral que o PT seguirá após a sua fundação ver item 3.3., desse capítulo.

O PT surge na década de 1980 como expressão coletiva da luta e organização dos trabalhadores trazendo consigo a dimensão autônoma da luta, porém ainda de forma imprecisa não surgiu como um partido revolucionário, mas sim como um partido anticapitalista com uma programática marcada por imprecisões. Podemos afirmar que o PT surge como uma organização “radical reformista”, pois em suas propostas apontavam lutas mais amplas, como a reforma agrária, e até as lutas mais locais, como benfeitorias nos bairros e cidades.

No item 3.3. trataremos da necessidade histórica do surgimento do PT em uma conjuntura marcada pelas sombras, torturas, repressão e dores da ditadura militar de (1964-1985), sendo a ditadura uma das formas mais cruéis de controle do capital sobre a classe trabalhadora e suas lutas coletivas.

3.3. A inicial dimensão “radical” do PT e os rumos eleitorais: algo surpreendente?

Após um longo e assombroso processo de ditadura militar (1964-1985), e os desdobramentos da luta pela democracia, a partir da liquidação e enfraquecimento do regime militar, o Brasil pôde vivenciar um momento de liberdade via processo de democratização: em 1988 foi aprovada a Constituição Federal, fruto das lutas populares e expressão de interesses coletivos contrários ao regime ditatorial.

Na década de 1990, o PT amplia sua estratégia eleitoral. Alguns estudiosos apontam que não se podia esperar algo diferente tendo em vista seu caráter “reformista” de ocupação de espaços do Estado para reivindicar melhorias para a classe trabalhadora. As tendências que se destacavam no interior do partido se davam entre estratégia *revolucionária* e estratégia *reformista*; a conciliação entre elas foi fundamental para a criação bem sucedida do partido na década de 1980.

A conjuntura dos anos 1990 coloca em evidência duas questões significativas para o PT: 1) o desmonte da União Soviética (URSS) como o chamado bloco socialista; 2) a derrota de Lula nas eleições de 1990 (quando foi eleito Fernando Collor). O primeiro ponto coloca o partido na defensiva sobre sua postura e estratégias socialistas; o segundo lança uma reflexão sobre até onde a radicalidade inicial do PT poderia levá-lo, tendo em vista a derrota de Collor.

É nesse momento também que um processo de recuo se configura nos movimentos populares e sindicais, pois as formas e estratégias de luta utilizadas se mostravam gastas no contexto em que muitos foram incorporados aos quadros do partido, aos espaços

institucionais, além do que um dilema surgia: construir as lutas “contra” os governos que ajudaram a erguer, e isso produziu um processo avassalador de crise de identidade entre os diversos sujeitos ali presentes. Com o PT ocupando diversas administrações municipais, suas direções e militantes usavam todas as suas energias para realizar os processos de ocupação dos cargos, e tudo foi ficando tão nebuloso que eles não notaram um afastamento do partido junto aos movimentos sociais. A postura formal, burocratizada, gerou momentos de tensão entre o partido e os movimentos que, na década anterior, foram uma das forças motrizes para criação e expansão do PT. A tentativa de administrar o capital via processo eleitoral mostrava suas primeiras inflexões.

O PT se distanciava muito das suas propostas anticapitalistas na década de 1990. Após a derrota para Collor, a radicalidade antes expressa nos diversos documentos (Resoluções) e discursos do partido começa a ganhar tons de moderação, e a ideia de um caminho do socialismo e substituída pela “democracia” como forma de barrar as opressões e desumanidades produzidas pelo sistema do capital. É importante sinalizar que as convicções democráticas sempre fizeram parte dos diversos documentos e da vida partidária do PT, mas, no momento inicial de sua fundação e ascensão, a meta central era a construção do socialismo, a dimensão democrática se apresentava como elemento qualitativo.

Nas resoluções o PT se afirma anticapitalista porque é “democrático”, sendo esse compromisso com a democracia o elemento que o tornava anticapitalista. Assim, superar o capital e todas as suas opressões era forma indispensável à plena democratização da vida brasileira. O PT se negava as duas alternativas ao expressar sua convicção política: 1) social-democracia; 2) o burocratismo e autoritarismo do chamado “socialismo real”. Para o PT o socialismo só teria seu caráter efetivo se fosse democrático.

Com todas as transformações ocorridas na década de 1990, o PT colocava em discussão estratégias para atender as novas demandas produzidas pela nova dinâmica econômica, política e social que emergia. A radicalidade inicial do partido seria substituída pela conciliação entre as classes. O caráter classista do PT deveria ser afastado, pois não garantia respostas às transformações do novo tempo que surgia.

O PT não poderia apenas governar para um segmento o dos trabalhadores. Nesse sentido, o caminho era governar para todos, com um projeto político que representasse as “instituições democráticas brasileiras”, além de apresentar um novo projeto de partido à “sociedade civil” brasileira. Independentemente de classe, o PT deveria se mostrar apto a governar para todos, pois todos somos “cidadãos”.

Essa concepção da ala moderada do partido ganha força devido às diversas transformações no cenário mundial, tendo em vista também a derrota de 1989 e o desmoronamento anterior da antiga URSS e do Leste europeu. Esses acontecimentos foram importantes para o processo de reorganização e reorientação do Partido dos Trabalhadores na década de 1990. Foi no 7º Encontro Nacional do partido, realizado entre 31 de maio e 3 de junho de 1990, que tais questões foram debatidas, ainda com o assombro da derrota para Collor na eleições. Desta forma, o partido mostrava sinais de “que é possível uma nova forma de gerir a coisa pública”, uma afirmativa que demonstra que seria possível gerenciar a democracia burguesa mediante a política de conciliação de classes, “respeitando a autonomia das instituições e de que o ato de governar é necessariamente amplo e voltado para o conjunto da sociedade” (RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSO, 1998, p. 450) ⁵⁷.

A cada momento o PT se afastava da sua essência inicial de radicalidade e o caminho do reformismo se solidificava abrindo espaço para a conciliação de classe e possibilidade de gerir o capital. No 7º Encontro observou-se a necessidade de “iniciar um processo de reorganização e redimensionamento de sua relação com a sociedade” (Idem., 462), o que significava que o PT precisava se ampliar, abrindo espaço para a sociedade civil; em outras palavras, deveria se afastar do caráter classista inicial da década de 1980.

Nesse sentido, tornava-se essencial para o partido dos trabalhadores a disputa eleitoral como canal de aceitação e apoio dos diversos setores da sociedade civil. O PT efetivamente buscava sua consolidação no campo eleitoral no sentido de mostrar-se como uma alternativa de governo:

A consolidação do PT como partido, a ampliação de sua base social e eleitoral, o aprofundamento da consciência democrático-popular do eleitorado, particularmente dos trabalhadores, é nosso principal objetivo. Nosso partido e, especificamente, a liderança do companheiro Lula são uma alternativa real de governo e de projeto para milhões de brasileiros, e nós temos responsabilidades de viabilizar nos estados uma política de alianças que leve aos governos políticas de esquerda e progressistas (Ibid.,457-458).

Porém, foi só no I Congresso, de 1º de dezembro em 1991, que o PT referenciou suas inflexões políticas, que se mantinham contidas desde a metade da década de 1980. Agora o PT se afirmava reformista, colocando em suas pautas de ações políticas a dimensão da “radicalização da democracia” como sinônimo de socialismo. Tal radicalização da democracia seria o grande princípio que o partido buscava para se consolidar enquanto

⁵⁷ *Resoluções de Encontros e Congressos-1979/1998* (1998). São Paulo: Fundação Perseu Abramo. [\[Isso vai para as referências\]](#)

governo. Os tons encontrados nas resoluções são os da luta para reformar o Estado para poder, assim, elevar milhões de brasileiros a condição de “cidadãos”, e, dessa forma, seria efetivada a democratização da sociedade brasileira. Nesse período a cidadania foi colocada como condição fundamental de luta do partido: “O movimento sindical tem que considerar o trabalhador não só como assalariado, mas também como produtor, contribuinte e, principalmente, eleitor e cidadão, assumindo plenamente a luta política pelo alargamento dos direitos da cidadania” (Ibid., p. 506).

Outro elemento importante a se destacar são as ações que o PT organizou contra os ataques neoliberais do governo Collor. O partido identificou que o neoliberalismo e a corrupção foram entraves para a consolidação do projeto político, dessa forma eles buscaram o apoio de todos aqueles que acreditavam e queriam que o Brasil caminhasse rumo ao desenvolvimento, propondo um *pacto social*⁵⁸, que era uma forma de derrotar as investidas neoliberais de Fernando Collor e apontar outra possibilidade para o país recém saído de uma ditadura. Esse pacto afirma que:

O Partido dos Trabalhadores propõe-se a compartilhar com os trabalhadores e com o conjunto das forças democráticas e socialistas a atualização do seu projeto histórico [...] Desde já, consideramos como nossos interlocutores naturais – sejam indivíduos, grupos sociais, instituições religiosas, organizações civis ou político-partidárias – todos aqueles que almejam o fim da miséria e a eliminação das brutais injustiças presentes na vida brasileira (Ibid.:481). [...] O PT é um aliado de todos aqueles que, na sociedade civil, querem dar um basta à corrupção, à impunidade, à violência e à espoliação, marcas do Governo Collor (Ibid., p. 540).

Ainda que negassem, os rumos do PT apresentavam claras semelhanças com o pensamento da social-democracia: aqui não se tinha como meta a superação da economia capitalista, mas sim corrigir aspectos que não “funcionavam bem” na estrutura econômica e política; assim, a proposta do novo desenvolvimento seria a alternativa. Combinava-se aqui a regulação do mercado articulada ao processo de distribuição de renda para amenizar as tensões do mundo regido pelo capital. O PT busca a reforma do capital e a manutenção do Estado de direito como elemento fundamental de sua nova dinâmica eleitoreira da década de 1990. A cada passo o partido vai apagando sua história classista. Isso se expressa na seguinte passagem, quando então

O PT entende que só a combinação entre o planejamento estatal e um mercado orientado socialmente será capaz de propiciar o desenvolvimento econômico com igualdade na distribuição das riquezas, negando (sic), dessa forma, a preponderância

⁵⁸ No Congresso, foi aprovada a “construção de um amplo movimento de oposição popular e institucional às políticas do governo [Collor] e a seu projeto neoliberal”. (Ibid., 539).

e a centralidade do capital na dinâmica das relações sociais. Para que isso aconteça, será necessário que o Estado exerça uma ação reguladora sobre a economia, através de suas próprias empresas e de mecanismos de controle do sistema financeiro, de políticas tributárias, de preços, de crédito, de uma legislação antimonopolista e de proteção aos consumidores, aos assalariados e aos pequenos proprietários. Mas será necessário, antes de tudo, que a sociedade esteja organizada, de modo a poder interferir, decisivamente, na definição da política econômica (Ibid., p. 501-502).

É importante sinalizar que foi a partir do I Congresso do PT (1991) que os rumos do partido foram formalmente modificados. É notória a desconstrução do discurso classista dos anos 1980, além da compreensão do socialismo como radicalização da democracia, o que indica que o partido seguiria os rumos da política democrática burguesa.

A política de classe é substituída por alianças com diversos segmentos para, assim, lutar contra o governo Collor. Nesse sentido, a autonomia de classe é claramente substituída pelas alianças políticas (forças democráticas e progressistas) para gerenciar a ordem burguesa através da participação na gestão do aparato estatal. Após o processo de definições políticas do partido era essencial ter um representante que pudesse levar seu discurso de modernização, nesse caso, ninguém melhor que Lula para propagar as ideias modernas do PT.

Reparem que nas diferentes passagens dos documentos do partido dos trabalhadores vão ficando claras as modificações do PT para responder às grandes mudanças vivenciadas no mundo com a reestruturação capitalista. O PT, que antes o “*partido sem patrões*”, agora, realizava conciliações com o empresariado. Em uma aula magna na PUC/SP⁵⁹, Lula faz a seguinte afirmativa: “o empresariado brasileiro está disposto a dar um passo de cidadania, de decência e de democracia para alavancar o desenvolvimento desse país”. Os empresários perdiam o medo de Lula, e agora se tornavam aliados.

É importante perceber que nos anos dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, os empresários e banqueiros⁶⁰ lucraram muito, porém até quando o jogo da conciliação de classes seria possível? Lula e o PT transformaram-se para que todos os segmentos da sociedade civil, bem como o grande capital nacional e internacional pudessem ter algum grau

⁵⁹ Essa aula inaugural ocorreu nas dependências do TUCA em 09/03/1993 e está disponível em dois DVDs na biblioteca da PUC-SP.

⁶⁰ O Instituto Latino-americano de Estudos Socioeconômicos (ILAESE) destaca que segundo “dados do Banco Central, o lucro do sistema financeiro brasileiro nos dois mandatos de FHC (1995-2002) foi R\$ 95 bilhões. Este mesmo lucro nos dois mandatos de Lula (2003-2010) chegou a R\$ 428 bilhões. Ou seja, no governo do PT os bancos lucraram cinco vezes mais que com o neoliberal FHC. [...] Durante 11 anos de governo petista, estas empresas faturaram R\$ 15,4 trilhões. Em 2011, as vendas destas empresas representaram 48% do PIB brasileiro. Este montante foi produzido e comercializado, em 2011, por 2.886.937 trabalhadores. Em média, cada trabalhador rendeu para sua empresa R\$ 687.926,33. O grosso desta riqueza produzida pelos trabalhadores vai para os banqueiros e patrões: 72% dessa riqueza foram para os grandes empresários e banqueiros, 19% foi para o governo (onde boa parte volta para banqueiros e empresários), restando apenas 9% para os trabalhadores” (ILAESE, 2014, p. 42-43).

de confiança neles. Primeiro, aproximaram-se do capital produtivo, em seguida, do capital financeiro. As consequências de tais aproximações seriam as piores em um futuro próximo para os trabalhadores e para o próprio PT. Todos esses aspectos nos levam a afirmar a morte do discurso classista do PT, os rumos seriam dados pelos grandes capitalistas no processo de gestão e ampliação do capital no Brasil.

A tentativa de conciliação e harmonização de classe aparece na Carta de Brasília (8º Encontro do Partido). Destacamos o seguinte trecho que deixa claro a metamorfose do PT: “Nosso programa estará voltado para os setores e segmentos sociais que constituem a maioria da população: os trabalhadores, os marginalizados, as classes médias, os pequenos e médios empresários” (Ibid., p. 551). No projeto do PT aparecia de forma cada vez mais nítida a política de caráter *nacional-desenvolvimentista*, em que o Estado atuaria nos campos e setores estratégicos da economia capitalista nacional, na regulação do mercado, na geração de renda, bens e empregos.

Esse plano de desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores se configurava como elemento fundamental na luta contra o neoliberalismo vivido no país sob a gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que, no ano de 1994, chega à presidência da república obtendo vitória diante do candidato do PT, Lula da Silva. Com FHC, se desenvolve amplamente o neoliberalismo. Segundo Iasi (2012),

Além de acentuarem as medidas chamadas neoliberais (abertura comercial indiscriminada, privatizações, ênfase em *superávits* como âncora de estabilidade monetária, redução de gastos públicos e precarização das políticas sociais e etc.), os Governos de FHC impuseram uma série de derrotas ao movimento de lutas, notadamente sindicais, como na greve dos petroleiros no início do seu primeiro mandato (IASI, 2012, p. 505).

Com a derrota de 1994, o PT vive uma onda de inflexões de caráter moderado. Nesse sentido é atribuído ao seu perfil de “esquerda” mais essa derrota. Tratou-se de garantir uma ampliação no que diz respeito ao caminho da moderação, efetivando alianças que mudariam os rumos do partido. Ao mesmo tempo em que o PT conseguia ampliar seus parlamentares e suas administrações nos municípios, tendo até ascensão também em alguns Estados do Brasil, o partido se deforma em essência. Os pactos e alianças realizados pelo PT se deram em meio a uma conjuntura complicada, mas os caminhos que o partido quis seguir foram os da adequação à ordem para chegar ao poder do Estado, colocando-se contrário ao neoliberalismo.

Nos 10º e 11º Encontros do PT se afirmou que o “período exige uma nova orientação estratégica”⁶¹, as forças mais à esquerda eram vencidas diante da maioria moderada que buscava a construção de um partido eleitoreiro. O discurso que era “anticapitalista” se torna agora “antineoliberal”. O caminho seguido pelo partido na década de 1990, diante das derrotas de Lula à presidência, foi o de elaboração de uma estratégia viável em busca de uma alternativa contrária ao neoliberalismo:

Para derrotar o neoliberalismo [...] será preciso mais do que resistir ou articular a luta contrarreformas constitucionais do governo. O PT deverá dar um salto de qualidade: *reelaborar sua estratégia de poder*, desenvolver um projeto de sociedade e um projeto partidário. Terá que atualizar e reelaborar o programa democrático e popular, articulando *forças sociais* amplas em torno de um projeto para a sociedade brasileira, alternativo ao neoliberalismo e ao nacional-desenvolvimentismo caduco (Ibid., p. 617).

Se nota necessário agora reelaborar a chamada “estratégia de poder” do PT para se construir um projeto para a “sociedade brasileira”, um projeto contrário ao neoliberalismo que aparecesse como alternativa, com o propósito de conseguir articulações junto às mais “amplas forças sociais”, o que deixa nítida a dimensão moderada pela qual o PT vinha ampliando suas alianças na tentativa de chegar ao poder.

O partido, no 12º Encontro Nacional, consolida a estratégia de alianças com a burguesia para conseguir sair vitorioso nas eleições de 2002. Ao ampliar as alianças, o PT entrega sua alma à burguesia e ao capital, se tornando um corpo vazio de conteúdo. O importante agora seria a inserção do país na ordem econômica internacional.

Do surgimento na década de 1980 até a chegada à presidência em 2002, o PT se metamorfoseou de forma a atender às ordens da grande burguesia nacional e internacional, deixando de lado qualquer dimensão efetiva de luta junto à classe trabalhadora. Mas, pelos rumos tomados, isso não poderia ser diferente: a condição real para esse processo seria o da submissão do partido ao capital. Sua estratégia de conciliação e reforma do capital não deu e não daria certo jamais.

A seguir, trataremos dessa tentativa de reformar o capital a partir da política de conciliação de classes implementada pelo governo do PT nos últimos anos. É possível a conciliação entre capital e trabalho?

⁶¹ Ver Resoluções do 10º Encontro Nacional de 1995. *Resoluções... cit.*, p. 618.

3.4. O PT como protagonista da luta dos trabalhadores: submissão da luta de classe a partir da conciliação com a burguesia

O Partido dos Trabalhadores (PT), produto histórico da luta dos trabalhadores na década de 1980, ao passar do tempo, foi se *metamorfoseando* de forma substancial como tentamos demonstrar ao longo desse capítulo, se colocando a serviço do capital e de suas demandas de reprodução e manutenção.

A transformação do PT num partido funcional à administração do capital se desenhou de forma bastante acelerada. Dentro do partido travaram-se batalhas entre membros que se caracterizavam como *reformistas* e *revolucionários*, a disputa por espaços no parlamento burguês mostrou de fato qual caminho o PT quis construir, colocando-se a serviço das demandas do capital, sendo um *partido de conciliação de classe*. Comportou-se imperativamente como um agente das negociações do grande capital internacional e nacional.

O PT viveu e vive um processo de acomodação à ordem, que o esvaziou de qualquer conteúdo de luta na construção da organização dos trabalhadores. O que existe hoje é um profundo estranhamento entre o PT e os trabalhadores, mesmo o partido ainda querendo se afirmar enquanto representante dos trabalhadores, mulheres, LGBT's, negros e diversos segmentos da população. É certo que o PT não é o representante máximo dos trabalhadores, tampouco dos segmentos oprimidos. Na tentativa de justificar o que nos parece injustificável, o PT caminha cada vez mais para seu profundo esgotamento enquanto força política.

Parece que a história demonstrou que o caminho construído pelo Partido dos Trabalhadores a partir da conciliação com o capital não logrou êxito algum para a classe trabalhadora, mas sim operou um profundo estranhamento entre a classe trabalhadora e o partido.

Convicto do abandono de qualquer elemento anticapitalista do seu programa e plataforma política, o PT já anunciava alterações na relação com os movimentos sociais, e buscava incorporar tais movimentos e suas lideranças ao governo e à ordem. Com a filiação à ordem do capital, o PT alcançaria sua “maioridade eleitoral” em 2003, chegando ao poder executivo com forte adesão da população e apoio de fragmentos da burguesia, pois ali estavam contidas as articulações necessárias para a conciliação de classe.

É interessante observar que, no fundo, o PT e seu projeto democrático e popular eram apenas uma forma de se apresentar como alternativa aos setores da esquerda e os diversos movimentos sociais e sindicais. Como vimos no item 2.3, o PT busca passar a imagem de governo “perfeito” que visa o crescimento econômico e a justiça social, um

governo de todos, porém as medidas adotadas estão contidas na agenda neoliberal que expressa menos para o trabalho e mais para o capital. Propostas contraditórias que não passam de elementos de reprodução do capital e ampliação da exploração da força de trabalho em seu mais alto grau de desumanidade.

Aceitar todos os imperativos do controle do trabalho e dos trabalhadores foi a condição material para a chegada do PT à presidência e sua estadia por mais de uma década no poder, nas figuras de Lula da Silva e Dilma Rousseff. Manter as massas desorganizadas ou sob controle é condição fundamental para a esquerda do capital se manter vitalmente no poder político, representando efetivamente os interesses da burguesia capitalista.

É importante observar que, nos primeiros governos do PT, o caráter bem-sucedido de empreender a conciliação de classe que transitava entre o caráter *desenvolvimentista*, *neodesenvolvimentista* e o projeto neoliberal do capital, foi renovando em grande medida para políticas neoliberais via discurso de melhorias na condição de vida e ascensão social de algumas camadas populacionais, além de uma política de conciliação de classe, que redefinia vários aspectos do neoliberalismo e operava ataques aos direitos dos trabalhadores.

Pela mediação da conciliação de classe, o PT se distinguia da direita. Trata-se de um processo que o PT soube realizar com grande sucesso: o de manipular as contradições existentes, fazendo com que tais contradições desaparecessem no ar, pois para o partido não existia mais diferenças entre as classes sociais, uma vez que as políticas públicas exerceriam um papel fundamental para a conquista da igualdade, a exemplo das cotas para negros, índios, alunos de escolas públicas e em situação de vulnerabilidade.

O PT, em sua caminhada de decadência, se utiliza de diversos mecanismos e estratégias de controle sobre a classe trabalhadora. Colocando em prática a agenda neoliberal, mas com o discurso débil de fazer de “coração apertado” para o bem de todos. Durante mais de uma década no executivo, o partido dos trabalhadores defendeu em grande medida os anseios do capital, aviltou os trabalhadores direitos, implementando políticas e programas sociais que tutelaram e controlaram os trabalhadores; fez da conciliação de classe uma estratégia de dominação do capital sobre o trabalho; desregulamentou direitos em prol da reprodução capitalista.

O sucesso definitivo do PT durante esses anos trouxe para a classe trabalhadora prejuízos no que se refere à organização política e consciência de classe. Expressou a ilusão de conciliar o capital e o trabalho, atendendo a dois “senhores” para, assim, buscar a tal governabilidade sem atrapalhar as exigências do capital. Isso era impossível. Diferente da direita, os petistas dizem “sofrer” pelas absurdas problemáticas que eles mesmos produziram;

já a direita nega tudo isso ao passo que culpabiliza as pessoas em condição de miséria por estarem nessa situação de vulnerabilidade brutal, onde o prazer de viver torna-se uma constante tortura, bem como a luta pelo direito ao pão e a existência em um mundo marcado atualmente pela barbárie. Conforme Santos Neto (2015, p. 282):

A sua sagacidade permite que num instante chore sorratamente pelos vitimados de uma barragem ou pelas famílias que insistem em punir aos atos desumanos praticados pelos militares; no outro, o PT pode sorrir radiantemente com os capitalistas quando da inauguração de um novo banco ou dum aeroporto ou rodovia construída com verba pública, para em seguida ser privatizada.

É notório aqui perceber o dúbio papel que o PT tenta demonstrar, o de atendimento direto ao capital e o de garantir migalhas aos trabalhadores via programas e políticas sociais enquanto forma de controle da classe. No capítulo 3 nos deteremos sobre essa questão. Parece que a tentativa de conciliação de classe proposta pelo PT transitou bem mais nas vias de apoio direto ao capital, deixando para trás a essência de luta junto aos trabalhadores dos anos de sua fundação. Assim, os propósitos do capital foram implementados durante os governos de Lula e Dilma. E aqui destacamos os processos privatizantes iniciados no governo de FHC e continuados nos governos petistas, em que as vendas e concessões foram as palavras de ordem em favor do capital e de suas personificações. Dessa forma, foram entregues ao capital:

2,6 mil km de rodovias federais (2007), a Ferrovia Norte-Sul, os bancos do Ceará e Maranhão, as hidroelétricas Santo Antônio, Jirau, as linhas de transmissão Porto Velho (RO) e Araraquara (SP), alguns campos da bacia de petróleo do pré-sal e parte da Petrobras. Dilma, por sua vez, terceirizou os Correios e privatizou (mediante sistema de concessões) os aeroportos de São Gonçalo do Amarante (RN), Guarulhos (SP), Cumbica (SP), Viracopos (SP), Juscelino Kubistchek (Brasília), Galeão (RJ), Confins (MG), os hospitais Universitários, duas rodovias e o campo de Libra (Bacia de Santos) etc. (Ibid.).

Nesse contexto verifica-se que as privatizações e concessões para o capital são significativas, e que o governo do Partido dos Trabalhadores, como uma das peças do jogo do grande capital, se move sempre ao seu favor, atendendo efetivamente aos seus comandos e interesses. A suposta esquerda do capital deixa nítida as contradições contidas no seu discurso (distanciamento entre discurso e prática), que se contrapõe à direita (PSDB e demais partidos), mas ao mesmo tempo reproduz suas práticas “suja” em atenção ao capital e contra a classe trabalhadora, tendo o parlamento uma função essencial de manutenção da ordem burguesa. Sobre o parlamento, Mészáros (2011, p.152) explica que na atualidade

O parlamento continua cruelmente dominado por forças “extraparlamentares” do capital, que se fazem passar por genuínos interlocutores parlamentares. Assim, partidos reformistas e eventuais governos da classe trabalhadora são brutalmente enfraquecidos pelas imposições das “regras do jogo parlamentar”. A divisão derrotista entre “braço político” e “braço sindical”, estabelecida pelas regras do parlamento, foi mais eficiente engessamento institucional nesse verdadeiro desarmamento da classe trabalhadora.

Observa-se nesse jogo que, além das articulações políticas e econômicas, existe uma malha de corrupção que faz mover os interesses privados dos capitalistas sobre os bens e recursos públicos, pois suas empresas são as escolhidas para terem as concessões sobre os bens públicos (aeroportos, rodovias etc.). Hoje estamos mergulhados em um pântano de absurdos (tendo como destaque atual a operação Lava Jato), que colocam em cheque a necessidade de ultrapassar essa sociedade. No contexto da luta de classes, os trabalhadores devem assumir os rumos da luta em defesa de outra forma de sociabilidade.

O governo do PT em 13 anos se constituiu como uma força destruidora da luta de classes, tendo um discurso conciliador que, por vezes, neutralizou qualquer movimento que extrapolasse os limites do *status quo* em uma “democracia pintada com cores de burguesia”. Conforme Mészáros (2011, p. 149, grifos do autor), “limitaram a ação política dos partidos da classe trabalhadora a *objetivos reformistas de integração*, que puderam ser bem assimilados ao quadro da reprodução do capital.” Observa-se que, nesse sentido, a submissão do trabalho ao capital foi um elemento presente e que conduziu o percurso do PT nos anos na presidência. O que se operou na realidade foi um discurso que soa como farsa para a classe trabalhadora, pois, no plano da governabilidade, apenas garantia aos trabalhadores o mínimo para sua existência como força de trabalho e, ao capital, possibilitava o máximo para sua reprodução e controle sobre os trabalhadores.

Apreendemos com a pesquisa que os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff se colocaram a serviço do capital via política de conciliação de classe. Assim sendo, gozaram de uma suposta governabilidade durante seus mandatos presidenciais, porém, quando deixaram de ser peças necessárias ao jogo do capital, foram execrados. Dilma, foi afastada da presidência em 2016 via *impeachment*. Nas palavras de Santos Neto (2015, p. 288), “o *impeachment* não suscita a luta de classes, porque o projeto do PT e do governo Dilma Rousseff representa a submissão do trabalho ao capital”. Um ano após o afastamento de Dilma, Lula é condenado em 1ª instância na operação Lava Jato⁶².

⁶² “Nesta quarta-feira (12/7), o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a nove anos e seis meses de prisão em regime fechado. O processo se refere ao apartamento tríplice no Guarujá (SP). Lula vai recorrer em liberdade”. - Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/07/12/lula-e-condenado-por-moro-em-primeiro-processo-na-lava-jato.htm?cmpid=copiaecola> - Acesso em: 12/07/2017.

Com a saída da presidente do executivo federal, assumiu a presidência da república o vice-presidente Michel Temer, com ampliação de medidas nefastas de submissão do trabalho ao capital, impactando fortemente o conjunto da classe trabalhadora via contrarreformas (reforma trabalhista⁶³ e da previdência⁶⁴, para citar algumas). Com a reforma trabalhista aprovada recentemente, algumas empresas públicas e privadas, a exemplo dos Correios, Petrobras, Banco Bradesco e o próprio poder executivo federal já anunciaram seus planos de demissões voluntárias e aguardam adesão de milhares de trabalhadores. Para Alves (2017, grifos do autor), “O motor do crescimento da economia capitalista contido nas Reformas neoliberais de Temer é a *espoliação de direitos* como condição para o aumento da taxa de mais-valia, visando restaurar a lucratividade no país⁶⁵”.

Nessa lógica, o desmonte dos direitos trabalhistas é algo que implicará ao trabalhador mais arbítrio e superexploração nas suas relações de trabalho. Os governos dessas últimas décadas estão construindo uma das mais brutais formas de ataque à classe trabalhadora via retirada de direitos trabalhistas e sociais, além de se colocarem a serviço do grande capital e de sua dinâmica desumana.

Esse é o contexto em que a crise estrutural do capital faz emergir com mais força o (hiper)conservadorismo e o fascismo⁶⁶ que reverbera sobre cotidiano da classe trabalhadora pauperizada, criminalizando e desarmando os movimentos sociais das suas diversas lutas junto aos trabalhadores. O caráter sufocante que é imposto ao trabalhador ultrapassa as paredes dos ambientes de trabalho e incidem sobre sua vida e sua essência humana. É preciso sinalizar que a crise de gestão do Estado do capital é expressão notória da crise econômica

⁶³ “No final de 2016, o governo Michel Temer enviou ao Congresso Nacional uma proposta de reforma trabalhista, que passou por análise na Câmara dos Deputados como o Projeto de Lei 6787/2016. A proposta busca alterar alguns pontos específicos na lei trabalhista, relacionados principalmente à jornada de trabalho. Em abril de 2017, foi apresentado um novo texto da reforma em comissão especial da Câmara. Esse projeto, escrito pelo relator Rogério Marinho, recebeu mais de 800 emendas – ou seja, muita coisa mudou em relação ao projeto original de Temer. Ao todo, o projeto de Marinho trouxe mais de 100 alterações para a CLT”.

⁶⁴ A reforma da previdência “trata-se, sem dúvida, de mais um movimento em direção ao aprofundamento da financeirização das relações, o que significa que a proteção na velhice vai sendo moldada como um bem de mercado, distanciando-se do ideal de um direito de cidadania à proteção na velhice de qualquer pessoa. Não é preciso retirar a previsão constitucional de saúde e assistência para fazê-la minguar, atendendo aos interesses do setor privado. É o que tem ocorrido sistematicamente no caso da saúde, em que as empresas que fornecem planos e seguros privados ampliam seus lucros na medida da fragilidade do sistema público. Elas e as empresas do setor de educação têm a comemorar com a PEC 241/55, assim como agora as empresas de previdência privada esperam ansiosas pela aprovação da reforma proposta por Temer”. Artigo: **Reforma da Previdência, proteção ao mercado e desvalorização da vida**- Flávia Biroli (2017) disponível no blog da Boitempo no endereço eletrônico: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/03/reforma-da-previdencia-protecao-ao-mercado-e-desvalorizacao-da-vida/> - Acesso em: 15/07/2017.

⁶⁵ Artigo intitulado: **Reforma trabalhista, modernização catastrófica e a miséria da República brasileira** - Giovanni Alves (2017) disponível no blog da Boitempo no endereço eletrônico: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/03/27/reforma-trabalhista-modernizacao-catastrofica-e-a-miseria-da-republica-brasileira/> - Acesso em: 15/07/2017.

⁶⁶ Atualmente temos o congresso mais conservador desde a Ditadura Empresarial-Militar, as bancadas da bala, bíblia e do boi, além de forte ascensão de uma possível candidatura a presidência em 2018 de deputado *Jair Bolsonaro* declaradamente fascista e hiperconservador.

pela qual o capitalismo vem passando nessas últimas décadas, demonstrando a real necessidade de transformação dessa estrutura que se exaure.

Coloca-se em evidência a primordial necessidade de ultrapassagem dessa lógica societária nefasta e a construção coletiva de estratégias para a emancipação humana. Por seu caráter aniquilador e desumano, o capital precisa ser superado para que não venhamos a sucumbir à barbárie já em curso.

Nesse último capítulo buscaremos refletir sobre as diversas estratégias de controle do Partido dos Trabalhadores (PT) sobre a classe trabalhadora nesses anos de estadia no executivo federal, desde as políticas públicas e programas sociais até os processos de criminalização e consenso implementado junto aos Movimentos Sociais na Era do governo do PT.

4. O PT E AS FORMAS DE CONTROLE DA CLASSE TRABALHADORA

Neste capítulo abordaremos algumas das estratégias de controle produzidas pelo governo do PT ao longo de sua estadia no poder executivo de Estado do Brasil. O governo do PT nesses últimos anos se consolidou como uma gestão que primou pela política de conciliação de classe como instrumento de manutenção da ordem do capital e interviu nas desigualdades sociais via programas e políticas sociais de caráter paliativo.

Outro mecanismo de controle que surge nesse contexto é o financiamento de sindicatos e movimentos sociais, a exemplo da Central Única dos Trabalhadores - CUT e do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, tornando esses espaços coletivos instrumentos manipuláveis à dinâmica dos desejos do Partido dos Trabalhadores.

Foi assim que o governo do PT operou uma profunda inflexão na luta coletiva dos trabalhadores, produzindo um caminho de apassivamento das lutas e de desmobilização dos movimentos sociais, garantindo a reprodução do capital, sendo o governo e seus representantes peças fundamentais do jogo capitalista ali posto. É o que expomos a seguir.

4.1. A estratégia da participação popular na definição das políticas públicas e os programas sociais: instrumentos de controle?

O Brasil vem desde sua abertura democrática, no fim dos anos 1980, buscando construir programas e políticas públicas que caminhem em articulação direta com a sociedade

civil, sendo a participação popular uma estratégia potencializadora dessa construção. Porém é importante sinalizar que tais políticas públicas historicamente cumprem um papel de amortecimento das contradições que emergem a partir da luta entre capital e trabalho, funcionando como um mecanismo de controle da classe trabalhadora.

A Constituição de 1988 efetivou criação de espaços institucionais coletivos que garantiriam a continuidade da participação popular que marcou as lutas contra a ditadura empresarial-militar. A partir da criação de conselhos e conferências de políticas públicas se vem supostamente ampliando, ao longo dos anos, a participação da sociedade na elaboração e na gestão de políticas sociais e programas. Essa participação popular tem início no Brasil a partir das décadas de 1950 e 1960, com o movimento das *reformas de base*, porém com o direcionamento da participação popular (movimentos sociais, de bairro e da Igreja Católica) na construção das políticas públicas em um tempo marcado pelos assombros do autoritarismo que, em grande medida, fez com que o processo ficasse em maturação. Desta forma, enquanto nos anos 1980 existia uma efervescência na luta pela democratização do país com ênfase na participação democrática na construção coletiva das políticas sociais, na atualidade o que se observa é um apassivamento nos espaços de luta e participação popular, um esvaziamento da essência de radicalização da vida, esbarrando num terreno pantanoso de cooptação dos sujeitos coletivos dos movimentos sociais.

Colocar em destaque os representantes da sociedade civil é condição estratégica para ilusoriamente afirmar para os trabalhadores que eles teriam o poder de decisão na construção e efetivação de tais políticas e programas sociais. Destaca-se aqui a necessária reflexão de como essas ações se expressam no cotidiano das massas em situação de miséria e quais os impactos delas sobre a sua reprodução material e sua consciência.

A partir dos dois governos do PT, o movimento que levou à construção da participação popular nos programas e políticas públicas no Brasil se ampliou. Tal estratégia buscou articular esforços no sentido de operacionalizar programas nessas políticas. Governos de esquerda e centro-esquerda em países como Argentina, Uruguai, Bolívia, Equador e Venezuela investiram também em construção e operacionalização dos programas e políticas públicas. Na América Latina, de modo geral, o caráter das políticas e programas sociais tiveram um papel importante no processo de controle da classe trabalhadora. Num continente marcado pelas mais brutais formas de desigualdades sociais, as políticas sociais e programas acabam sendo um mecanismo de autorreprodução da classe trabalhadora, tendo em vista a necessidade de existência dos mesmos. Desse modo, o Estado burguês exerce

expressiva função na criação, financiamento, operacionalização e avaliação das políticas e programas sociais.

O discurso dos anos de 1990 se reproduzia e estava ainda mais vivo, os governos pregavam o crescimento econômico e o desenvolvimento social como caminho para superação da miséria, combate a fome etc. As políticas sociais e programas foram uma estratégia fundamental para que os projetos de governo na América Latina pudessem se materializar das formas mais diversas, tentando conciliar trabalho e capital. No Brasil, o Bolsa Família é um dos programas sociais que mais aglutinam beneficiários e distribui milhões em recursos via transferência de renda. Esse programa social foi o *carro-chefe* para a solidificação da campanha do PT, pois a ampla distribuição de renda às famílias pauperizadas garantiu a expressiva adesão de Lula da Silva no período em que esteve à frente da presidência. Mas isso expressou também uma forma velada de controle sobre os trabalhadores, empregados ou não. O caráter populista de “grande benfeitor” fez com que Lula e o governo do PT tivessem força e fôlego para governar para o capital, ao ponto que enganava as massas com suas estratégias de conciliação.

Não se nega aqui que existiu o momento de estabilidade política e social, porém “os benefícios que o capital obteve em relação às políticas de compensação social são muito maiores”, segundo Soler⁶⁷ (2015, p. 01). Para além disso, o PT realizou um profundo retrocesso histórico no que se refere à consciência e às lutas sociais que se configuraram a partir dos anos 1980, sendo o PT um dos protagonistas desse processo.

Alguns países da América Latina utilizaram como modelo o programa Bolsa Família para implantarem seus programas sociais a partir de suas especificidades. O caráter populista das políticas e programas na América Latina foram uma marca presente a partir do início dos anos 2000 com a ascensão do perfil *progressista* de alguns candidatos aos governos desses países, a exemplo de Lula da Silva. Para Santos (2012, p. 441):

[...] o Programa Bolsa Família personifica as orientações dos organismos internacionais quanto à focalização no combate à pobreza e é reproduzido em inúmeros outros países da América Latina e Caribe depois dos anos 2000, sendo que o mais antigo deles é o da Venezuela, criado em 1989. [...] Não obstante sua insuficiência quando se considera a “questão social” de modo mais amplo, sem dúvida esse programa de transferência de renda é uma medida extremamente popular, que responde por boa parte dos níveis de aprovação dos governos Lula para a atual presidente⁶⁸.

⁶⁷ Estima-se que o pagamento de juros ao capital financeiro chega a cerca de 40% do orçamento do governo, enquanto o investido em políticas de compensação social não passa de 1% do orçamento.

⁶⁸ No período em que o texto foi publicado (2015), Dilma Rousseff, ainda era presidente da República.

Tais medidas populares garantiram a ascensão do PT enquanto possibilidade para o Brasil nesses anos, para além de expressar a dinâmica do controle do capital sobre o trabalho. Um conjunto de questões que fizeram do PT uma “peça” fundamental do jogo capitalista na atualidade conduziu na direção de construir estratégias viáveis para sua penetração na vida e alma do povo brasileiro. Os governos da América Latina foram cobrados pelo Banco Mundial (BM) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) a garantir o retorno de seus empréstimos via estratégias de combate à miséria, além da adoção de medidas de privatizações na esteira da mercantilização dos serviços públicos, liberação na economia e desmonte nos direitos sociais. Essas exigências se colocam como elemento dinamizador para intensificar a exploração do trabalho e exercem um controle efetivo dos trabalhadores na vida cotidiana.

Os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, representam na estrutura econômica um canal de legitimação do capital, tendo em vista que o Banco Mundial elogiou muito o desempenho do programa, seus objetivos e funcionalidade, o chamando de “uma revolução silenciosa”, que vem mudando a realidade de vida de milhões de famílias. Como uma medida popular, os programas de transferência de renda acabam por garantir estabilidade no poder de alguns governos, tendo em vista a grande adesão da população a Lula e ao PT.

Outra questão importante a ser apontada é que a participação popular na construção das políticas sociais e programas se coloca como uma forma também de controle, pois cria a ilusão de que o trabalhador decide a dinâmica que já vem traçada pelos organismos internacionais (BM e FMI). Outra característica é que o impacto do programa Bolsa Família impulsionou o mercado interno que sofria com os reflexos da crise do capital, além incentivar o consumo de massa que garantia conservação da ordem pelo PT nesses últimos anos. Segundo Maranhão (2014, p.336), os:

[...] beneficiários das políticas de transferência de renda, eles estão sendo transformados em potenciais devedores dos bancos. A política social, de um direito social com base na oferta de serviços públicos, passa a operar como uma mediação entre necessidades da população pobre e as demandas do sistema de crédito bancário nacional. Essa é uma marca característica das atuais políticas sociais que vem sendo implementadas pelo Estado brasileiro: todas as suas concessões na forma de benefícios sociais, mesmo que signifiquem ganhos relativos para a subsistência imediata da população miserável devem ser não só perfeitamente compatíveis, mas também impulsionadoras de espaços de investimento para a dinâmica da acumulação capitalista.

A lógica desse movimento de acumulação do capital demonstra que ele permeia estrategicamente os espaços, inclusive o Estado e seus representantes que, por sua vez, primam pela sua manutenção. Os programas de transferência de renda são pensados em

função desse processo de acumulação para que a engrenagem do sistema do capital possa se mover de forma a atender ao capital e sua dinâmica de autorreprodução. O governo do PT nesses anos conciliou elementos de atendimento ao capital e minimamente ao trabalho no plano de exercer o controle sobre o último.

Por outro lado, apresentava-se nesse contexto o crescimento de empregos formais. Mesmo com o processo de desindustrialização e reprimarização da economia nacional, o setor terciário crescia, absorvendo grande parte dos “ex-desempregados”, porém com ele se colocava também o caráter precário do vínculo empregatício, além da alta rotatividade de trabalhadores, os riscos nas atividades laborais, falta de proteção social configurando uma falta de organização e identidade sindical, o que se apresenta como uma profunda crise organizativa que tem implicações para a classe trabalhadora desde fins da década de 1980.

O desenvolvimento nacional era colocado em destaque nesse momento como alternativa para que os Estados-nações tivessem certa autonomia frente às suas diversas questões econômicas e políticas. Nesse caso, a solução era o *neodesenvolvimentismo*, tão disseminado pelo governo do PT, principalmente no seu segundo mandato. Desde a década de 1980, a ideologia neodesenvolvimentista vem sendo algo difundida nos países da periferia do capital como “o projeto de superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio de planejamento e decidido apoio do estatal” (BIELSCHOWSKY, 1996, p. 33). A lógica era ultrapassar o atraso a partir da implementação de um projeto industrializante como caminho para a superação do atraso e da miséria dos países subdesenvolvidos.

Por sua vez, o caminho seguido no governo do PT foi inverso, pois se efetivou um processo de desindustrialização e reprimarização da economia nacional demonstrando dessa forma que o chamado neodesenvolvimentismo era apenas uma dimensão ideológica, tendo um caráter discursivo de crescimento econômico junto a desenvolvimento social de maneira artificialmente produzida para a manutenção do controle da classe trabalhadora e o apassivamento das lutas sociais. Pode-se notar que ocorreu a

Ampliação e formalização do emprego, intervenção do Estado, entre outros aspectos que, pelo menos em tese, rechaçam medidas neoliberais. [...]. Podemos afirmar, [assim] que a era Lula é palco da conciliação de iniciativas aparentemente contraditórias: as diretrizes do receituário liberal e a pauta desenvolvimentista. Note-se que na primeira etapa de seu mandato foram realizadas as contrarreformas da previdência e da educação, concomitantemente ao aumento das taxas de juros; enquanto que no mesmo período era expandida a assistência social, o crédito ao consumidor, os empréstimos populares e os aumentos de salário mínimo (MOTA, 2010, p. 19-20).

Portanto, é nesse cenário que se colocam as mais diversas formas de manutenção da ordem econômica e política operadas pelo governo do PT em sua trajetória de conciliação como capital. É importante refletir sobre os caminhos trilhados no governo do PT que o levaram a uma política de assistência social focalista amplamente difundida e operacionalizada e a um movimento de *apassivamento* da classe trabalhadora e do conjunto de movimentos sociais, pela via da *cooptação* de diversas lideranças dos movimentos sociais que foram incorporadas à lógica burocrática do Estado.

O Brasil da era Lula e do PT divulgavam dados com taxas decrescentes, como a do desemprego, que ficou em 2010 na casa dos 6% segundo dados do IBGE. No entanto, que temos uma taxa de desemprego de 10,4% no Brasil em fevereiro de 2013, segundo o DIEESE. Nessa direção, se o governo do PT demonstrava otimismo sobre a questão da “queda” das taxas de desigualdades sociais, que era expressamente medida por meio da redução do número de famílias que, supostamente saindo da condição de miséria, apontavam ainda a questão da mobilidade social e o consumo de famílias de baixa renda como expressão dessa mudança. A desigualdade teria diminuído devido ao grande investimento nas políticas e programas sociais desse período. Mas vejamos o que nos diz Soler (2015, p. 32):

Na verdade, longe de reduzir a desigualdade social com suas políticas de compensação social ou criar uma nova classe média no país, o governo Lula fez com que a diferença na relação da renda populacional entre ricos e pobres fosse ampliada, a classe social “que mais cresceu proporcionalmente, de 2003 a 2008, não foi a classe C, nem a D. Foi, isso sim, as classes A e B, que têm renda familiar acima de 4.807 reais - e o dado não leva em conta a valorização da propriedade, ações e investimentos financeiros.” A redução da desigualdade não depende apenas da capacidade de consumo imediato, pois o aumento do consumo não diz respeito a redução da desigualdade social ou mesmo sobre a melhora das condições gerais de vida, como acesso a saúde, transporte, saneamento básico.

Desse modo, a realidade mostra o grau de aprofundamento das desigualdades em um tempo histórico marcado pelas mais sórdidas e reacionárias saídas para enfrentamento da crise do capital que se alastra no mundo, observando seus reflexos no Brasil. Nesse contexto, a burguesia capitalista, para responder à ideologia de desenvolvimento econômico e social falaciosa, aponta *o neodesenvolvimentismo* como um canal necessário para garantia da reprodução da lógica do capital que diz buscar incluir a população nas decisões e construção das políticas sociais, mesmo sem incluí-las verdadeiramente. Esse discurso da *inclusão* nas políticas e nos programas sociais nos parece uma visível forma de captura das consciências das massas, principalmente as que são, de alguma maneira, atendidas pelos programas e políticas sociais, ampliados nas últimas décadas, impondo a elas uma suposta condição de

segurança na reprodução de sua existência. Pelo que já pontuamos anteriormente, a lógica do consumo a bens e serviços deixa evidente que o caráter desses programas está alinhado às demandas expressamente do grande capital.

Lula e o PT, de forma articulada, construíram um caminho que direcionou os trabalhadores para uma fantasiosa ilusão de pertencimento aos espaços e construções das políticas e programas sociais, uma dimensão que buscou atender as demandas populares ao mesmo tempo em que atendia as reais solicitações do capital e suas diversas formas de controle da classe trabalhadora. Dessa forma, o caráter focal e superficial das políticas e programas sociais são algo que se faz notar nas expressões constantes do cotidiano enquanto respostas às diversas expressões da miséria.

A dimensão *minimalista* das políticas e programas sociais deixam sinalizados seus objetivos que, em síntese, se apresentam como mecanismo de reduzir a extrema pobreza, e “apesar desse espantoso minimalismo frente a uma ‘questão social’ maximizada” (NETTO, 2012, p.428), os governos continuam a divulgar “ganhos” no combate às desigualdades tão latentes. Netto (2012, p. 428-429) afirma que:

[...] precisamente esse minimalismo que tem factualmente caracterizado os vários programas que, por via de transferência de renda – “programas de rendas mínimas” –, têm sido implementados em alguns países capitalistas centrais e em muitos países periféricos. A experiência de mais de uma década, especialmente na América Latina, é muito pouco promissora: na medida não se conjugam efetivamente com as transformações estruturais (e esta é uma das condições *políticas* para que o tardo-capitalismo os suporte), eles acabam por cronificar-se como programas emergenciais e basicamente assistencialistas.

Compreendemos, então, que o caráter minimalista das políticas e programas sociais, alinhado com a repressão “às classes perigosas”, dá o tom nefasto da atual conjuntura mergulhada na brutalização da existência e regressão dos passos civilizatórios dados ao longo dos séculos pela humanidade. De fato, o tempo histórico sinaliza a necessidade de ultrapassagem dessa estrutura social perversa a qual estamos vivenciando na atualidade, o que faz com que o exercício da solidariedade e da luta sejam condições fundamentais para a alteração da conjuntura em crise.

No item seguinte realizaremos uma discussão sobre a promoção do consenso, tendo como ponto de análise o aparelhamento da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no período do governo do PT.

4.2. A cooptação da CUT e do MST a partir do aparelhamento e financiamento estatal

No mesmo momento histórico de efervescência em que surgiu o PT nos anos 1980, também emergem na história duas forças ligadas à luta coletiva dos Trabalhadores – a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em agosto de 1983, e o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). No momento “estiveram presentes 5.059 delegados, representando 912 entidades sindicais” (GARCIA, 2011, p. 137). Nesse momento também se faziam presentes grupos de oposições às direções “pelegas”, pois um dos objetivos do referido documento do Congresso, já em sua introdução, sinalizava a necessidade de “reafirmar a saída independente dos trabalhadores para a crise, proporcionar a criação de instrumentos e formas de luta: a CUT e a *Greve Geral*” (RESOLUÇÃO 1ª DO CONCLAT, 1983, p. 01).

A criação da CUT aconteceu a partir da resolução do 1º Conclat:

1 – A Plenária do dia 28 de agosto de 1983 aprovou a criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT, que passará a constituir a direção que encaminhará, de forma organizada, em nível nacional, as lutas comuns dos trabalhadores. 2 – Este organismo (CUT) deve ser representativo, democrático e independente do Estado, dos patrões e dos partidos políticos. 3 – A plenária aprovou, em bloco, a proposta de Estatutos apresentada pelos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e Bancários de São Paulo, apenas introduzindo alterações que constam dos itens 4 e 5 abaixo. Esses Estatutos só poderão sofrer novas alterações no Congresso Nacional, a ser realizado em agosto de 1984. 4 – A Direção da CUT será eleita neste Conclat com mandato de 1 (um) ano, com a incumbência de, no plano político, encaminhar o Plano de Lutas aprovado e, no plano organizativo, estruturar e implantar a CUT em todos os seus níveis. Durante este primeiro ano, serão realizados congressos e plenárias regionais e estaduais até 15 de março de 1984, com eleições das respectivas Direções e estruturação da CUT. A Plenária Nacional será realizada até dia 15 de abril de 1984. O Congresso Nacional será realizado em agosto de 1984, com eleição da nova Direção. 5 – A Direção Nacional Colegiada será composta por 83 membros efetivos e 83 membros suplentes, por uma Executiva Nacional de 15 membros e por uma Coordenação Nacional de sete membros (dentre os 15), sendo eleitos 1 (um) coordenador e 1 (um) secretário, dentre os sete. 6 – A Direção Nacional Colegiada foi eleita pela plenária (RESOLUÇÃO 1ª DO CONCLAT, 1983, p. 07).

Isto, na prática, abria um espaço interessante de representação da classe trabalhadora que se forjava em um tempo marcado pelos assombros da ditadura militar. A luta dos trabalhadores contra o regime militar e a necessidade de organização política no momento histórico gerou elementos fundamentais para sua organização na luta sindical. Nesse contexto, as lutas sindicais confluíram na formação da CUT no ano de 1983 como espaço de ofensiva política, articulando as lutas da cidade e do campo, marcando um expressivo confronto de classes na estrutura da sociedade brasileira.

Na construção da CUT tiveram destaque alguns movimentos coletivos como “ENOS (Encontro Nacional de Oposições Sindicais), ENTOES (Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical e Anampos (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais)” (BASTISTONI, 2014, p.79), em uma diversidade política que garantiu sua criação e formatação enquanto espaço de luta dos trabalhadores naquele momento histórico.

Já no ano seguinte, em 1984, trabalhadores rurais que coletivamente se adensavam nas lutas pela democracia do país e das terras, assim, fundam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)⁶⁹ – seus objetivos centrais eram três: Lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país. Como se percebe, a década de 1980 é um marco histórico de organização e luta dos trabalhadores urbanos e rurais, tendo em vista sua organização coletiva na perspectiva de radicalização das lutas democráticas e pelo direito à terra em um período de resquícios da ditadura militar. Durante a ditadura militar, o modelo agrário era concentrador e excludente sendo também extremamente cruel com os camponeses, os privando de lutar e de se organizar coletivamente. Existia no período da ditadura uma repressão significativa frente à organização dos trabalhadores do campo.

É evidente nesse momento a necessidade de uma classe trabalhadora (urbana e rural) unida em uma fundamental e organizada luta coletiva, em que os trabalhadores fossem os protagonistas. Entretanto, é necessário realizar alguns apontamentos sobre o percurso empreendido por duas das forças coletivas do país – a CUT e o MST. Se retornarmos um pouco na trajetória dessas representações, podemos perceber a dinâmica de sua construção marcada por contradições, ao mesmo passo que caminham articulando-se com o PT, ao ponto de irem operando transformações internas quase que ao mesmo tempo.

O MST se expressa como uma das maiores forças da luta social na América Latina nas últimas décadas, estabelecendo uma relação próxima com o governo do PT. Tal relação demonstra a perda de combatividade em relação ao seu surgimento e nos anos anteriores ao governo petista. Trata-se, portanto, de um emblemático processo que podemos perceber em alguns outros países da América Latina, uma relação próxima entre os movimentos de luta e os governos progressistas. Nesse sentido, tal aproximação dos movimentos sociais e sindicatos, a exemplo do MST e da CUT, geram consequências significativas para a luta dos trabalhadores. Vejamos como essa relação próxima se desenvolve.

⁶⁹ No 1º Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná. Trabalhadores rurais decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST no ano de 1984.

A história do MST e da CUT possui uma relação direta como surgimento do PT. Para Iasi (2012), o PT tem seu fundamento na expressão coletiva das lutas da classe trabalhadora e está articulado à luta sindical que, na década de 1980, deu origem à CUT e a luta pela terra que fez germinar o MST. Nesse contexto é importante destacar que PT, CUT e MST surgem e se conformam em torno da construção de um projeto político que lutasse contra a ditadura e pela redemocratização do país, o que podemos chamar de Programa Democrático e Popular (PDP).

Naquele contexto, o PDP, em suas características centrais, se coloca contra o classismo e o anticapitalismo, estabelecendo como estratégia contra ambos um processo de acúmulo de forças através de um conjunto de reformas democráticas, mobilizando a classe trabalhadora para obter uma grande ascensão coletiva das massas em condições materiais e objetivas favoráveis até se chegar ao processo de transformação socialista.

O caráter social-democrata parece já se apresentar nesse momento de surgimento do PT. Iasi (2012, p. 382) analisa o que seria o partido e o seu PDP: “Preferimos asseverar que se tratava de um partido de composição operária que pretendia unificar o conjunto dos assalariados em torno de um programa radical de reformas democráticas com um objetivo socialista.” Ainda a respeito do PDP sinalizado pelo PT, destacamos um dos mais elementares pontos da reforma democrática apontada pelo partido: a reforma Agrária, bandeira central de luta do MST, que surgia no mesmo contexto de luta da década de 1980. Ao longo do tempo, o PT se transformou juntamente com seu projeto político. A transformação do partido o conduziu à busca pela centralidade na via eleitoral nos marcos da democracia burguesa.

No processo de acúmulo de força, a direção eleitoral ganha destaque, tendo em vista que tomada de poder pela via revolucionária posta nos documentos iniciais do partido estaria ainda em fase embrionária e não poderia ser operada no momento, pois a consciência da massa trabalhadora era incipiente. Tal concepção leva progressivamente, ao logo dos anos 1990, ao fortalecimento dos caminhos via eleições no partido, assim o processo que demarca os rumos eleitorais do PT leva a uma série de transformações no programa e na estratégia do partido, desembocando na eleição de Lula (2003). Machado (2009, p. 26)⁷⁰ destaca que:

Lula advertiu publicamente que só concorreria em novos pleitos se fosse para ganhar. Estava dada a senha das mudanças de estratégia eleitoral das eleições seguintes: os 'marqueteiros' passaram a ser os comandantes das campanhas, a ponto de o PT contratar, no pleito de 2002, o mesmo publicitário de Paulo Maluf; as propagandas de TV 'substituíram' os comícios, marchas e passeatas; e os militantes 'deixaram' as ruas e foram trocados por 'cabos eleitorais'. Chegou o momento de

⁷⁰ MACHADO, E. Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais, *Lutas Sociais*, n.21/22, 2009.

'vender' um produto palatável ao 'eleitor-consumidor', principalmente às classes médias. Ou seja: a guerra ideológica de 1989, entre esquerda e direita, foi sepultada pelo próprio partido. Esta guinada do PT aparece nas eleições de 1994, mas, mesmo assim, Lula é derrotado por Fernando Henrique Cardoso. O êxito eleitoral ocorreu somente em 2002. Antes disso, ele amargou três derrotas políticas: 1989, 1994 e 1998.

É preciso compreender que as mudanças operadas ao longo do tempo no partido dos trabalhadores se colocam como algo fundamental para buscarmos o entendimento sobre a sua relação na luta pela terra que se destaca desde sua origem na década 1980 e nos anos que se seguiram. Foi ainda no governo Sarney que o PT, MST, CUT e CPT (Comissão Pastoral da Terra) empreenderam lutas para elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), porém tal documento sofreu limitações ao processo devido à correlação de forças existentes (os conservadores) que se opunham a aprovar o plano na sua íntegra. A reforma agrária encontrava barreiras no que se refere a sua implementação enquanto programa de governo e jamais seria realizada em sua totalidade. As medidas postas eram apenas paliativas e tinham o caráter de minimizar os conflitos sangrentos existentes no campo. A propriedade privada de forma alguma poderia ser maculada.

Nos anos seguintes, a relação entre PT e MST fica ainda mais evidente, expressando uma marcante e estreita relação entre eles. Assim, Silva (2012)⁷¹ pontua que “a história das organizações se confundem”, destacando ainda a composição de uma fotografia no encerramento do 3º encontro nacional do movimento (MST) ocorrido na cidade de Piracicaba/SP em 1987, na qual a bandeira do MST se encontra ao centro, ao lado das bandeiras da CUT e do PT, além de afirmar o compromisso do MST em participar da construção da Central Sindical petista (CUT). É importante salientar que o PT retoma as discussões sobre reforma agrária após o fim do regime militar, nos anos de 1989 até 2002 (dentro das suas campanhas políticas), o que implica em dizer que debate em torno da reforma agrária se fez presente na agenda programática do partido.

No programa político eleitoral do PT de 1989 havia a discussão sobre a reforma agrária como mecanismo de eliminação da concentração da riqueza e para promoção da agricultura e desenvolvimento econômico. Silva (2012) aponta questões centrais sobre a relação próxima entre o PT e o MST ao longo das décadas quando destaca o seguinte elemento retirado dos Cadernos de Formação do MST, de 1998: 1) crença na eleição de Lula da Silva como estratégia de efetivação da reforma agrária. Vale ressaltar que aquele era um momento estratégico de organização popular para a conquista de um governo democrático e

⁷¹ SILVA, L. H., A Trajetória do MST nos anos 2000: avanços e recuos na luta pela reforma agrária no Brasil, 2012.

popular de pudesse atender à demanda histórica da luta pela terra via reforma agrária. Nesse sentido, o MST colocava como estratégia de alcance de uma possível reforma agrária a ascensão de Lula e do PT à presidência.

Assim, os programas de reforma agrária de 1989 e o de 2002 passam por diversas mudanças, tronando-se ainda mais complexos no segundo mandato de Lula, em 2007. A reforma agrária parecia caminhar em passos lentos sem nenhuma medida significativa para sua efetivação. Em razão dessa complexificação, e com a eleição de Lula e a mudança no II Plano Nacional de Reforma Agrária, se colocou um entendimento de que o governo Lula seria um governo em disputa, e dessa maneira não se poderia compreendê-lo como um inimigo do movimento.

A luta pela Reforma Agrária e as Tarefas do MST, apresentadas no XII Encontro Nacional do MST, realizado entre 19 a 24 de janeiro de 2004, em São Miguel do Iguaçu-PR, estava a seguinte recomendação: Devemos ter o cuidado de não tratar o governo federal como se fosse inimigo. Nossa avaliação é de que é um governo em disputa, que tem um compromisso histórico com a reforma agrária e por tanto (sic) devemos pressioná-lo para que acelere a reforma agrária. Nisso, o Plano Nacional de Reforma Agrária jogará um papel importante para unificar o governo também. Isso significa que vamos criticá-lo quando erra, mas que vamos apoiar em tudo o que fortalecer avanços para a reforma agrária (Direção Nacional, 2004, p. 25) (SILVA, 2012, p. 6).

Observamos que a reforma agrária no período do governo do PT não logrou avanços no que se refere a pontos centrais do II (PNRA) de 2003. A meta do programa era de assentar cerca de um milhão de famílias, potencializando a agricultura familiar nas terras. Em artigo intitulado “Lula dá adeus à Reforma Agrária”, de Ariovaldo Umbelino, professor de geografia USP, publicado em dezembro 2008, na página do MST, é levantada a seguinte questão:

[...] a primeira e principal conclusão que se pode tirar do balanço do II PNRA, é apenas e tão somente uma: o governo Lula do Partido dos Trabalhadores também não fez a reforma agrária. Afinal esperava-se que Lula cumprisse sua histórica promessa de fazer a reforma agrária, a pergunta então deve ser: porque também seu governo não faz a reforma agrária? E, a resposta também é uma só: seu governo decidiu apoiar totalmente o agronegócio.

Conforme os dados, podemos observar que a luta pela terra que se colocava na agenda programática do PT ao longo das décadas foi maculada em favor do agronegócio, ao passo que o próprio partido decide caminhar pela via da política de conciliação de classe. Porém, mesmo o PT direcionando suas ações políticas para expansão do agronegócio em detrimento da luta histórica pela terra, o MST continua mantendo apoio ao partido, ainda que

fazendo críticas, e expressa apoio nas campanhas e mantém ligações em outros âmbitos junto ao governo petista. A contradição se expressa entre a crítica e o apoio ao partido.

Na análise aqui realizada identificamos algumas questões interessantes sobre a relação marcante entre MST e PT. Vejamos: em todas as eleições para presidência, e também nas eleições em âmbito local (municipal), o MST manifestou-se sempre em apoio ao PT, mesmo permeado por críticas internas e externas ao movimento. Nos anos eleitorais que se seguiram, o movimento apoiou abertamente Lula e, em seguida, Dilma para Presidência da República. Assim, damos destaque aqui para a manifestação de João Pedro Stédile, representante nacional do MST, em entrevista concedida ao Jornal Brasil de Fato⁷².

Outro ponto que destacamos é a relação do MST junto ao PT a partir fundação de uma nova corrente interna do PT na qual dirigentes nacionais do MST participavam, o que se denominou de Esquerda Popular e Socialista⁷³. A criação dessa nova corrente interna do PT foi curiosamente oficializada na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), o principal centro formativo do MST, localizado na cidade de Guararema (São Paulo/SP).

Também foram sinalizadas indicações de nomes de militantes do MST para concorrer às eleições a partir dessa nova corrente do partido. Silva (2012) coloca que: “Estima-se que alguns militantes do MST irão se candidatar a prefeito por esta corrente do PT que já conta com o Valmir Assunção, deputado federal e assentado na Bahia”. A relação entre MST e PT é bem mais próxima do que podemos imaginar. Outro elemento importante a ser colocado são os financiamentos via governo para o MST.

Cumpramos observar que a relação entre o PT e o MST também se expressa pelas vias do financiamento do governo ao movimento. O apoio financeiro ao MST se inscreve a partir dos projetos para melhoria e avanço da produção no campo e também para realização efetiva dos assentamentos. Dessa forma, existe também uma aproximação na relação do MST junto a órgãos institucionais como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que, durante o governo do PT, implementou programas que viabilizaram a comercialização

⁷² “[...] O MST compreende que devemos aglutinar, combinar, estimular as duas formas de luta, de forma permanente. Para que com isso possamos acumular forças, organizadas, de massa, de forma orgânica, que construa um projeto político da classe e ao mesmo tempo crie condições para o reasenso do movimento de massas, pois este é o período histórico em que a classe tem condições de ir para a ofensiva, de tomar iniciativa política, de pautar seus temas para todo o povo. Por isso, claro que todo militante do MST, como cidadão consciente, deve arregaçar as mangas e ajudar a eleger os candidatos mais progressistas em todos os níveis. Isso é uma obrigação de nosso compromisso com a classe [...]”. Stedile: Derrota Serra “obrigação” dos movimentos sociais - entrevista de João Pedro Stédile para o Brasil de Fato. Acesso em 10/09/2017: <https://www.cartacapital.com.br/politica/stedile-derrotar-serra-e-e2-80-9cobrigacao-e2-80-9d-dos-movimentos-sociais>

⁷³ “Esquerda Popular e Socialista é a nova tendência nacional do PT - Nova corrente do PT foi fundada em congresso, neste final de semana, na Escola Florestan Fernandes do MST, em Guararema.” Notícia de 6/12/2011 disponível no site do PT- SP, acessado em 10/09/2017: <http://www.pt-sp.org.br/noticia/p/?id=7816>.

da produção de diversos assentamentos como Programas de aquisição de alimentos relacionados ao Fome Zero, tornando-se a mais expressiva política de comercialização da agricultura familiar do governo, além do Programa Nacional de Alimentação Escolar (SILVA, 2012).

Mesmo que incipientes, os assentamentos representaram um marco na relação entre MST e governo. Outro elemento significativo se deu a partir de parcerias do MST junto a empresas privadas, que tiveram como mediadores o governo petista. Um exemplo é o da empresa FIBRIA (Empresa de Produção de Celulose), que surgiu da fusão entre Aracruz Celulose e a Votorantim. No momento, a FIBRIA havia sido recém-criada, tendo como financiador o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). O convênio do MST com a empresa FIBRIA se deu a partir da intermediação do governo federal, além de contar também com a mediação do governo do Estado da Bahia teve e com a participação da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) da USP.

Essa parceria acabou por gerar uma área de cerca 10 mil hectares, cedida pela empresa para a criação de uma escola agroecológica florestal e para também assentar cerca de mil e duzentas famílias na área cedida pela FIBRIA. Uma colocação de um dos porta-vozes da empresa destaca: “Queremos ensinar aos jovens do MST como usar ciência e educação para desarmar um antagonismo desnecessário”. Aqui se observa o caráter da aproximação da empresa, do governo e do MST.

Pela mediação do governo, o MST garante o financiamento e se beneficia junto aos programas e articulações com o setor privado, ficando evidente sua proximidade com o governo petista. A luta histórica do MST pelo direito à terra é anulada no governo do PT, mas o movimento continua a garantir seu apoio ao partido, sendo algo que nos parece contraditório. O MST teria sido cooptado pelo governo, deixando a luta pela reforma agrária enfraquecida? É importante observar com o desenvolvimento dessa relação tão próxima ao governo que a luta pela terra se colocaria em segundo plano, já que grande parte de suas lideranças já haviam sido incorporados ao institucionalidade burocrática.

Assim como o MST, a CUT, como já foi sinalizado anteriormente, se adequa aos alinhamentos do governo do PT ao longo das décadas. É o que vamos destacar agora.

Além do MST, a CUT também serviu como espaço de apoio ao PT e, no processo de adaptação do partido à, ordem a CUT acabou se tornando um canal de transmissão de sua lógica. Nas palavras de Dias (2006, p. 188-189):

A CUT é hoje uma correia de transmissão. [...] Nada que for crítico ao governo passa em suas instâncias. A CUT, construída durante a ditadura, praticamente desapareceu, não obstante o esforço de boa parcela da militância. Esse processo não é de agora, tendo começado no Congresso de Belo Horizonte [III CONCURT, em 1988] com a reforma estatutária que diminuiu a possibilidade de controle da ação da direção pelas suas bases e acentuou seu caráter concentrador, centralista. [...] A política é ditada de fora, pela direção partidário-sindical estreitamente vinculada ao “Projeto Lula”. [...] A CUT assumiu a forma da Central que combatera (Força Sindical) e instalou-se um novo sindicalismo de resultados, negócios e apoio incondicional ao governo.

Parece que, a cada passo, a CUT se afastava e se isolava dos trabalhadores e de sua luta histórica, transformando os trabalhadores em massa de manobra para suas articulações com o governo em uma política de contenção da luta. A estratégia da intervenção petista na CUT e no MST aqui sinalizados se coloca como elemento fundamental de seu processo de adaptação à ordem para assim manter-se como canal de transmissão da política de conciliação de classe.

É notório que a direção do PT buscava intervir no movimento sindical, deixando as lutas históricas de lado para, assim, privilegiar a política de negociação via espaços estatais. O objetivo era fortalecer a política de conciliação e conflitos de classes que ali emergiam. O sindicalismo para o PT devia ser “cidadão”, conforme já era sinalizado no I Congresso Nacional do Partido em 1991, nos seguintes termos:

[...] É urgente que a CUT se capacite para enfrentar, com novos procedimentos, a recessão, o desemprego e um governo que disputa ativamente conosco o terreno político e ideológico. O movimento sindical combativo está diante de um grande desafio: superar os limites do corporativismo, lutando para que os trabalhadores se reconheçam também como cidadãos, que participam e interferem ativamente em todos os temas nacionais. Cabe ainda aos petistas contribuir para que a CUT não se perca no sectarismo e na luta interna. [...]

[...] Para isso, é preciso combinar a necessária luta pelas reivindicações setoriais com uma atuação mais ampla, que envolva a negociação e ação na frente institucional, e uma política de alianças que inclua os setores marginalizados da sociedade. A CUT, além do encaminhamento das lutas das diferentes categorias e da luta por uma política salarial e pelo Contrato Coletivo Nacional, tem que ampliar a base dos sindicatos e apresentar-se como interlocutora da classe trabalhadora no debate e na disputa de alternativas para o País [...]. (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, p. 1, 1991)⁷⁴.

⁷⁴ FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Socialismo**. São Paulo, 1991. [online] Disponível na internet: WWW. URL: <http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/socialismo.pdf>. Acesso em: 19 de outubro de 2017.

O alinhamento do PT com a CUT colocava-se como segmentos da estratégia para enfrentamento aos adversários a partir negociações com o governo e a burguesia. Nesse contexto, o que era criticado pelo PT se tornou prática em suas ações junto à classe trabalhadora. O sindicalismo de luta tornava-se um canal de negociações, gerando um grande entrave no processo de luta dos trabalhadores. O PT tinha o objetivo de *conciliar* para conter os conflitos de classe.

No ano de 1979 Lula era a principal liderança do “novo sindicalismo” e tinha grande destaque junto à luta dos trabalhadores, se colocando no combate às antigas formas de sindicalismo atreladas ao Estado. Em entrevista ao *Jornal da Semana* (São Bernardo do Campo e Diadema), em 29/04/1979⁷⁵, ele afirmava que “os líderes sindicais deviam lutar para acabar com o imposto sindical, para que os próprios trabalhadores sustentassem diretamente os sindicatos. É o imposto que liga os sindicatos ao governo”. A tentativa de distinguir-se da forma anterior de sindicalismo atrelado ao governo era uma marca do discurso do então líder sindical. Agora, como presidente da república, Lula aprovou uma reforma sindical que incorpora as centrais sindicais à estrutural sindical oficial, transformando as centrais em arrecadoras de uma parcela do imposto sindical. No ano de 2011, o imposto sindical arrecadado chegou a cerca de bilhão de reais, dos quais foram destinados 370 milhões para seis centrais sindicais com reconhecimento do ministério do trabalho, e o maior montante em reais foi repassado a CUT.

A década de 1980 foi marcada pela luta e pelo surgimento da CUT e do MST, mas os rumos desses espaços de luta foram mudando ao longo das requisições da realidade e da conjuntura. Durante a década de 1990, mecanismos de incorporação de lideranças sindicais foram registrados, tendo um efeito perverso no processo de organização dos trabalhadores. Um exemplo a ser destacado foram os mecanismos de gestão tripartite, tanto na gestão dos conflitos entre capital e trabalho quanto nos fundos públicos.

A CUT participou da negociação tripartite junto ao governo Collor, e tal negociação foi feita sem qualquer mobilização junto aos trabalhadores, como forma de pressionar o governo para atender a pauta do movimento. No seio da Central havia diversas discordâncias sobre tal negociação. Um exemplo da gestão tripartite eram as chamadas câmaras setoriais, espaços de negociação entre representantes sindicais, empresários e Estado. Dentre as negociações realizadas, uma delas foi a garantia de manutenção dos patamares de emprego para os trabalhadores do setor automobilístico, em contrapartida o Estado deveria reduzir

⁷⁵ SILVA, Luis Inácio Lula da. *Lula: entrevista e discursos*. 2. ed. Guarulhos: O Repórter, 1981.

impostos e os trabalhadores não deveriam realizar greves para que a produção não fosse interrompida. Com tal movimento, a produtividade crescia e, com ela, o lucro dos patrões à custa de um processo de enfraquecimento da classe trabalhadora no que se refere às suas lutas e mobilizações coletivas.

É também na década de 1990 que a CUT passa a ter representação nos conselhos de gestão dos fundos públicos, a exemplo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), tendo esses fundos um grande volume de recursos. Nos anos de 1980, o FAT foi criado para pagar o seguro-desemprego, depois passou também a financiar cursos de formação continuada de profissionais. O sistema S (SENAI, SENAC etc) detinha o monopólio na operacionalização desses cursos, mas depois as centrais sindicais passam também a disputar e a oferecer tais cursos. Segundo Mattos (2014, p. 91):

[...] em 1998 a CUT arrecadou R\$ 28.666.695,00, sendo R\$ 4.181.191, 32 em convênios (3.000.000,00 vieram do FAT para qualificação profissional); já em 1999, foram da ordem de R\$ 53.860.000,00 as receitas da central, o que explica pela ampliação das verbas de convênios para R\$ 27.635.225, 99, cerca de 5 milhões a mais que as verbas oriundas de contribuições estatutárias das entidades filiadas. Foram 21 milhões repassados pelo FAT para programas de qualificação em 1999 e, em 2000, 35 milhões foram aprovados pelo conselho do fundo, para que a CUT aplicasse em programas da mesma natureza. Isso sem contar as verbas repassadas diretamente a entidades filiadas à CUT.

Esses são alguns elementos para a compreensão do processo de absorção de recursos do governo pelas centrais sindicais, com destaque para a CUT, uma das maiores centrais sindicais do país. Podemos perceber que conciliar e financiar foram estratégias valiosas para que o PT mantivesse o controle das estruturas sindicais e movimentos sociais. A CUT e o MST tiveram grandes quantias repassadas pelo governo sob a forma de convênios e qualificações profissionais.

A lógica da gestão tripartite amplia-se também para os fundos de pensão das empresas estatais que, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), foram utilizados para viabilizar o programa de privatizações das empresas públicas. Um exemplo de utilização do fundo de pensão para viabilizar o programa de privatizações é o PREVI⁷⁶. Tal fundo foi

⁷⁶ Nesse cenário os dirigentes sindicais petistas que faziam parte do conselho Caixa de Previdência dos Funcionários do Branco do Brasil (PREVI), eram a favor da participação do fundo num consórcio privado que adquiriu a empresa. A PREVI estava no centro do processo de privatização da Vale, integrava o consórcio que venceria a disputa. Assinala GARCIA (2011, p. 61-62): “Por ocasião da privatização da Companhia Vale do Rio Doce, o movimento social organizou fortes manifestações de protesto em frente ao prédio da Bolsa de valores do Rio de Janeiro, nas quais a palavra mais cantada pelos manifestantes era: “Ah! a Vale é nossa!” [...] Mas algo muito estranho se passava. A previ estava no centro do processo de privatização da Vale, integrando o consórcio

favorável à sua participação no consórcio privado que comprou a Companhia Vale do Rio Doce. O fundo ligado ao Banco do Brasil, e o Petros, ligado a Petrobras, tais fundos foram usados para financiar o consórcio que compraram empresas estatais de grande porte na década de 1990. Um elemento importante é que em diversos desses conselhos estavam presentes representações sindicais⁷⁷. O interesse aqui não nos parece ser o de lutar pelos trabalhadores, mas sim o da manutenção do setor privado e dos empresários.

Foi nos anos 1990 que se realizaram os mais altos ataques aos direitos da classe trabalhadora: as empresas enxugaram seus quadros, com um volume brutal de demissões, implementando também a terceirização, além de reestruturar o processo produtivo para garantir ao capital fluidez e maior lucratividade. Assim, a “ofensiva ao trabalho, facilitada ideologicamente por uma série de acontecimentos sócio-históricos, como a crise do Welfare State e a crise do socialismo real” (BOSCHETTI, 2010, p. 283), chega ao Brasil na década de 1990, com a “flexibilização”, precarização das relações de trabalho, que foi uma alternativa para essa nova rearticulação do sistema, que afetou de forma nefasta a classe trabalhadora (BOSCHETTI, 2010, p. 284). Todos esses ataques acabam trazendo rebatimentos também nos espaços sindicais. Com o avanço nefasto do neoliberalismo e suas políticas de garantir o máximo ao capital e o mínimo ao trabalho, operou-se um refluxo nas lutas e um afastamento dos trabalhadores da base sindical no cotidiano desses espaços, com isso, as direções burocratizadas e fora dos rumos das lutas iniciadas no fim dos anos 1970.

Nesse campo, cabe observar que, com o afastamento dos trabalhadores, as lutas tiveram seu ritmo diminuído em comparação com as décadas de 1970-1980, e assim o terreno acabou sendo fertilizado em prol da integração do setor sindical às práticas de colaboração de classe junto ao capital. Com o fim do ascenso da luta dos trabalhadores foi se desenvolvendo

que iria vencer a disputa, a partir de uma decisão unânime de seus dirigentes [...] Após muitas idas e vindas, por fim, a Vale foi privatizada. No dia seguinte ao da privatização, o jornal da Previ, que tinha integrado o consórcio vencedor, estampou em sua manchete “Ah! a vele é nossa!”, provocando uma justa indignação no seio daqueles que se opuseram à venda da estatal.” Para maiores aprofundamentos sobre o tema ver: GRACIA, Cyro. **PT: de oposição à sustentação da ordem**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

⁷⁷ Os conselhos gestores dos fundos de pensão e também das empresas que passaram pelo processo de privatização com capital acionário acabaram disponibilizando supersalários para seus conselheiros. O PT e a CUT na figura de seus dirigentes nunca se dispuseram a lutar contra tal prática de atuação nesses espaços com o objetivo político de manter parcerias com o capital, tal prática colocou como elemento de promoção e ascensão social dos seus principais quadros. Recebendo supersalários, os sindicalistas se envolvem numa lógica de cooptação através, assim são pressionados a se colocarem na luta em defesa da manutenção dos seus cargos e salários se afastando da luta pelos interesses da classe e ficando na luta em defesa de sua melhoria de vida. Garcia (2011, p. 84) analisa a participação de sindicalista da PREVI, como exemplo destaca o processo do ex-sindicalista e bancário Sérgio Rosa, quando era presidente da PREVI até o ano de 2010, seu salário estava “em torno de 19.000,00, fora o auxílio moradia e a verba de representação.” Com o destaque adquirido na PREVI, Sérgio Rosa se tornou presidente da BrasilPrev, uma empresa de previdência privada controlada por uma companhia americana principal e pela seguradora do Branco do Brasil.

uma aproximação dos sindicatos ao projeto do PT de chegar ao governo a qualquer custo, pagando qualquer preço. Operou-se aqui um processo de desfiguração do sindicato autônomo, livre, sem atrelamento com o Estado e os patrões, o que levou à perda da autonomia dos sindicatos diante do PT.

Por tudo isso, pode-se afirmar que a década de 1990, em grande medida, expressou o que a CUT e o MST buscaram, junto com o PT, tomar o rumo da conciliação com a burguesia, do apassivamento das lutas, ao se tornarem efetivamente braços amigos do governo. Ao passo que a CUT e o MST apoiavam o PT nas campanhas eleitorais, Lula também garantia abertamente apoio à CUT. No ano de 2003, Lula, já como presidente, fez campanha para Luiz Marinho (candidato a presidente da CUT). No ano seguinte, Marinho se tornara Ministro do trabalho. A CUT combativa dos anos 1980 deixou de existir e, na medida em que o tempo foi passando, perdeu o caráter classista autônomo. Nesse momento, a Central se coloca contra a luta dos trabalhadores do funcionalismo público em especial, os mesmos trabalhadores que se colocavam contra a reforma da previdência apresentada pelo então governo petista.

Toda a crítica desenvolvida por Lula, o PT, CUT e MST no início dos anos 1980 pareciam se desmanchar no ar, pois ao longo das décadas tais espaços de luta dos trabalhadores transformaram-se em correias de transmissão dos interesses do capital, submetendo os mesmos aos desígnios da estrutura do governo e de sua política de conciliação.

Sua aproximação com a CUT e o MST ao longo das décadas demonstra a escolha do caminho da conciliação de classe e, ao chegar ao poder em 2002, o PT começa a implementar tal política. Nesse sentido, o PT já operava em sua essência o estabelecimento cada vez mais interligado às demandas da burguesia. O caminho das alianças feitas com a burguesia para se chegar ao poder consolidou a vitória do PT no ano de 2002.

Indo um pouco além da aparência dos acontecimentos, podemos perceber que as aproximações do PT com a CUT e o MST se tornam cada vez mais evidentes no processo das campanhas à presidência, tanto de Lula quanto de Dilma, depois em atos em defesa dos mesmos, quando ocorrem as acusações contra Lula e o processo de impedimento de Dilma no ano de 2016. Depois desse processo, a CUT e o MST organizaram atos em todo o país em defesa de Dilma e Lula e contra o atual governo de Michel Temer, o que deixa evidente que essas instituições se apresentam como canal de apoio ao Partido dos trabalhadores. Um dos últimos atos puxados pela CUT ocorreu no dia 10/11/2017 (sexta-feira), denominado “Dia Nacional de Mobilização em Defesa dos Direitos”. Na pauta das mobilizações se destacam a

oposição à reforma trabalhista (Lei nº 13.467/17), que entra em vigor no dia (11/11/2017), com o caráter de precarização das relações de trabalho, além de dar autonomia aos patrões para negociação com os trabalhadores no que se refere a aumento da jornada de trabalho, redução de salários, diminuição de intervalo de almoço, férias, 13º salário etc.; outro assunto é a reforma da previdência retornando ao debate: tal medida prejudica a camada pauperizada da população brasileira; e, como último ponto, destaca-se o posicionamento contrário à alteração do conceito de trabalho escravo na legislação brasileira. O retrocesso está na agenda do governo Temer e estava também na agenda do governo do PT. A disputa aqui nos parece a de quem vai gerir as demandas do capital em detrimento do trabalho nos próximos anos.

4.3. A luta dos movimentos sociais: quando não há conciliação de classes usa-se a criminalização

Nesse item realizaremos dois questionamentos: o primeiro refere-se aos impactos que incidiram sobre os trabalhadores e as lutas dos Movimentos Sociais (MS) a partir da 2003-2010; o segundo refere-se à postura tomada pelo Partido dos Trabalhadores e por Lula da Silva ao chegarem ao poder. Essas serão as questões que moverão essa breve construção reflexiva sobre os rebatimentos da ascensão do ex-líder sindical e do PT sobre as lutas dos MS.

Podemos observar que houve nos anos do governo Lula da Silva (de 2002-2010) uma política diferenciada dos governos Collor e FHC no tocante aos Movimentos Sociais. O que era colocado antes como criminalização das mais variadas lutas dos MS, no governo Lula torna-se parte de processos de negociação que culminam em cooptação e consenso, implicando na desmobilização das lutas e enfraquecimento de uma postura aguerrida dos MS. Dessa forma, grande parte dos líderes dos MS foi incorporada ao governo, e tal processo de incorporação fez com que inflexões fossem operadas nas lutas sociais a partir de então.

O contexto histórico no qual o ex-líder sindical e o partido dos trabalhadores chegam ao governo é o de solidificação do neoliberalismo no Brasil e, tão logo o PT e Lula da Silva assumem o poder acabam se adaptando à ordem e ao movimento que incide sobre a mesma. A ideologia do consenso é notada a partir de então de maneira a desconfigurar a luta dos MS.

O Estado, mesmo em momentos em que partidos de “esquerda” ascendem ao poder, como é o caso do PT, aparece como entidade que precisa se legitimar sobre aspectos ideológicos de coerção e consenso. Assim, Lênin (2007, p. 25) caracteriza o Estado como “um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a

criação de uma ‘ordem’ que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a coalisão das classes”. No caso do contexto do governo de Lula da Silva e do PT, o Estado é moldado através da *cooptação* direta dos líderes dos MS e, quando não conseguem, exercem o *consenso* como estratégia de se legitimar no poder, além de usar a violência de seu aparato de repressão via polícia e exército.

Sendo assim, o *consenso* é rapidamente implementado como estratégia de manutenção da governabilidade no período de gestão do PT a partir de 2003, trazendo em seu signo problemas significativos para os movimentos que foram se “apassivando” no que se refere à sua política organizativa. O que fazer a partir de então? Vivencia-se um processo nebuloso no que se refere às lutas, que ao longo dos séculos são atacadas pelo capital.

Contudo, são implementadas as mais diversas estratégias para manutenção da ordem. E, diante disso, a burguesia teve de criar formas de contenção para neutralizar a organização dos trabalhadores, buscando, assim

As estratégias de obtenção do consenso acabam por tomar a forma mais utilizada para atender às demandas da classe trabalhadora por parte do estado, com doses homeopáticas de concessões a esses interesses. Neste âmbito, são estabelecidos limites máximos e mínimos. Os primeiros seriam aqueles voltados para contemplar estas demandas, garantindo a participação nos espaços democráticos de construção e execução das políticas públicas, desde que sem interferir no processo de acumulação de capital nem na política econômica do Estado. Os limites mínimos, por outro lado, se referem aqueles necessários para garantir a reprodução da força de trabalho e suas condições mínimas de sobrevivência. Desta forma, “não se pode ampliar o nível de satisfação das demandas sociais além do ponto em que tal ampliação impeça a reprodução do capital global; mas, em contrapartida, não se pode reduzir esse nível de satisfação abaixo do limite mínimo” (Coutinho In: Teixeira, 1995, p. 57 apud Bezerra; Bruziguessi, 2010, p. 48).

Os desdobramentos da estratégia do consenso acabam por construir uma força política que consegue controlar suas respostas a partir de doses homeopáticas de concessões limitadas à ordem do capital, implicando diretamente nas formas de organização das lutas dos trabalhadores. O “Estado capitalista vai se utilizar das estratégias de consenso para manter a hegemonia burguesa, em especial, nas sociedades ocidentais” (BEZERRA; BRUZIGUESSI, 2010, p. 49). É sobre essa lógica que o governo dito dos trabalhadores imprimirá sua marca “avessa” aos rumos de sua gestão alinhada aos interesses do capital. Ainda segundo Bezerra e Bruziguessi (2010), a estratégia do consenso não será a única. Vejamos:

Porém, esta estratégia não será a única, pois se defronta com um processo de organização da classe trabalhadora que vai conquistando e transformando seus espaços de luta de classes. Daí a necessidade de manter os instrumentos de repressão, que compõem a sociedade política, sempre resguardados, para que atenda

às necessidades que o consenso, por parte do Estado burguês, não consiga cumprir. (BEZERRA; BRUZIGUESSI, 2010, p. 49)

Com a ascensão do PT e de Lula da Silva ao governo central, se colocava em evidência que a massa trabalhadora e os Movimentos Sociais tivessem suas reivindicações e pautas de luta atendidas pelo governo. Porém, com os desdobramentos postos pela ordem do capital, o PT e Lula da Silva seguram as requisições do capital e não as do trabalho, e o que era a esperança de alguns começa a se transformar em lamentos por parte de militantes petistas mais convictos em mais esperanças, sendo o PT o instrumento de transformação.

É inegável a essência de luta do PT e de Lula da Silva na origem do partido em 1980, em um contexto de efervescência das massas em uma conjuntura de luta pela redemocratização do país que vinha sendo massacrado pelo regime autocrático-burguês. Interessante é que essa forma aguerrida de luta foi se transformando ao longo das décadas. As direções postas, quando o ex-líder sindical e seu partido chegam ao governo central, foram as de atenção às demandas do neoliberalismo. A adequação à ordem foi notória. No início, negação do capital; no poder, consentimento às suas demandas. É sobre esse contexto que o PT se constitui entre sua fundação enquanto partido político e a chegada ao poder presidencial.

Segundo Iasi (2012, p. 354), “acompanhando a trajetória do PT (1980-2002), poderemos refletir sobre a forma como a classe trabalhadora produziu inicialmente negação da ordem do capital para depois ir produzindo seu amoldamento”. Nesse sentido, o processo de institucionalização e burocratização foi amplamente aplicado e produziu uma representação não contestadora da ordem do capital.

O ex-sindicalista que anteriormente lutava junto aos trabalhadores e dizia “o Partido dos Trabalhadores não poderá jamais representar os interesses do capital⁷⁸”, agora luta contra os trabalhadores e ao lado do capital. Em uma entrevista à revista *Época*, em 2010, o então presidente diz a seguinte afirmativa: “Agora a polícia bate em quem tem que bater⁷⁹”. Bater em trabalhadores é a nova palavra de ordem do governo petista. Uma postura jamais esperada a partir da qual podemos perceber o que foi e o que se tornou Lula da Silva ao longo das décadas.

Apontadas de forma breve as mudanças ocorridas com os dois ditos representantes dos trabalhadores (PT e Lula da Silva) ao longo de sua gestão no governo central, nos deteremos na direção que foi posta aos MS nesse contexto, que foi a estratégia do consenso

⁷⁸ Discurso de Lula na 1ª Convenção Nacional do PT (1981).

⁷⁹ Matéria completa no endereço eletrônico: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI178030-15223.00.html>>. Último acesso em: 15/10/2017.

como prática de desmobilizar as lutas sociais, postulando, assim, a primazia pelos mandos do capital e via sua política de conciliação de classes.

Para tanto, de forma breve, resgatamos historicamente essa estratégias utilizadas pelo partido para a ampliação dos espaços de consenso dentro dos meios institucionais governistas, cujo objetivo era em grande medida o de enfraquecer, desmobilizar e despolitizar as lutas dos MS em tempo de aprofundamento da crise estrutural em prol da manutenção da ordem do capital. Tal estratégia foi difundida e legitimada pelo governo do PT, que creditou muito tempo para viabilizar estratégias de controle para, assim, atacar as lutas sociais ao longo de sua administração a serviço do capital, notadamente no governo Dilma.

Porém, o governo do PT na gestão de Lula da Silva construiu a política de conciliação de classe como mecanismo de controle sobre a classe trabalhadora. O caráter conciliador do governo do PT apresenta-se como instrumento de controle sobre os conflitos de classes e as lutas na sociedade capitalista, incidindo negativamente sobre as formas de organização coletiva dos trabalhadores.

Ao passo em que se produz a ideologia do consenso, amplia-se o controle sobre as lutas e suas lideranças via cooptação pelo governo petista. Também usou-se enquanto estratégia de dominação a cooptação de líderes dos mais aguerridos MS, para, dessa forma, neutralizar as lutas que pudessem surgir, devendo esses fazerem parte do aparato institucional do que se instalava a partir de então. Os limites foram postos aos MS. Assim, até que ponto a luta poderia caminhar, tendo em vista que a estratégia do consenso fora implementada como mecanismo estratégico de desmonte das lutas sociais que se colocavam em evidência?

Trata-se da formação social de um Estado burguês moderno adaptado às configurações do modo de produção capitalista. O que nos parece estranho é a postura adotada pelo então presidente e seu partido. Assim, dentro do Estado moderno capitalista, o domínio se apresenta notório por parte da classe burguesa em seus espaços de poder que vão conectando seus interesses alinhados ao capital.

A estratégia do consenso, ampliada no governo do PT, traz graves problemas para a organização dos trabalhadores e suas lutas, tão logo as lutas ganham rumos diversos, que nos parece não ser o da ruptura com a ordem opressora do capital, e sim o da progressiva conquista dos direitos sociais. A equação ganha contornos complexos, tendo em vista a perda do horizonte revolucionário a partir da queda do muro de Berlim (1989), conforme sinalizamos no item I do capítulo I.

Podemos então afirmar que os ataques realizados pelo Estado aos MS⁸⁰ são estrategicamente potencializados pelo governo que vem seguindo as requisições neoliberais em uma lógica baseada ora no consenso, ora na repressão; como foi apontado anteriormente, foi isso o que fez o PT na administração central. Outro aspecto da política petista tem sido a *cooptação* dos líderes dos movimentos mais expressivos. O Estado, no contexto das políticas neoliberais, se caracteriza de forma dúplice. Temos então:

No contexto neoliberal, esta dupla materialidade de Estado burguês, baseada ora no consenso, ora na repressão, desenvolverá em face jurídico-penal, diretamente responsável pelo processo de penalização da miséria e da criminalização dos movimentos sociais de que falamos anteriormente. Assim, a relação de nossas classes dominantes com os diversos aparelhos da sociedade, [...] ganha novos contornos. O Estado neoliberal vem em busca de uma forma de controlar, literalmente, os espaços organizativos das classes trabalhadoras (Idem).

Apesar das supostas tentativas, o governo do PT não se preocupou em nenhum momento em garantir aos trabalhadores uma força e uma real representação. Mas, tratou de se alinhar as propostas capitalistas e neoliberais, compactuou de forma significativa com exigências das agências multilaterais. O capital fez do governo Lula e do PT instrumentos para administrar o capital em detrimento dos direitos dos trabalhadores e de suas lutas. Assim:

Os governos de Lula e Dilma, após usufruírem de uma bonança econômica internacional associada a políticas sociais compensatórias, transformaram os sonhos em uma profunda decepção. A Bolsa Família, a Lei Maria da Penha, o ProUni e o Minha Casa, Minha Vida não são mais suficientes para segurar as demandas sociais e democráticas⁸¹

Como vem sendo feito por muito tempo nos vários momentos de nossa história, as políticas sociais – no caso acima, os programas e políticas sociais – também ganham tons estratégicos de controle na relação com as lutas e com os trabalhadores. As garantias de

⁸⁰ Em manifesto, MST denuncia a criminalização e a violência no campo, vejamos um trecho do documento no dia 06 de maio de 2017: “[...] Em diversos estados, temos companheiros presos injustamente pelo "crime" de lutar pela terra, sem nenhum julgamento, e outros resistentes à prisão, sem direito a viver em liberdade. Responsabilizamos o governo golpista por esses crimes cometidos. Em vez de tomar providências para punir os criminosos, o governo Temer se preocupa em perdoar as dívidas dos latifundiários para não perder o apoio no Congresso e o cargo que usurpou e para não sentar no banco dos réus da lava-jato. Ameaça, ainda, com projeto que autoriza a venda de nossas terras ao capital estrangeiro. Responsabilizamos a mídia sob liderança da Rede Globo que criminaliza os movimentos populares do campo e indígenas, criando um clima que legitime a repressão policial e das milícias armadas dos latifundiários. Esse comportamento também provoca a violência contra movimentos populares urbanos, como aconteceu em Goiânia, Rio de Janeiro e São Paulo, durante a Greve Geral. Responsabilizamos o Poder Judiciário e o Ministério Público, como classistas, seletivos em suas ações, partidários e com nítido viés elitista e preconceituoso contra a população pobre do campo [...]”. Para acessar o documento na íntegra ver link: <http://www.mst.org.br/2017/05/06/em-manifesto-mst-denuncia-a-criminalizacao-e-a-violencia-no-campo.html>

⁸¹ Para uma leitura ampliada ver: <http://www.carosamigos.com.br/index/index.php/artigos-e-debates/3648-nossas-diferencas-com-os-black-blocs-uma-falsa-questao-pedagogica>

direitos sociais são construídas sobre as mais frágeis formas de ampliação desses direitos, podendo ser suprimidas a qualquer momento. Podemos afirmar que tal projeto é nada mais nada menos que mais uma estratégia capitalista de inviabilizar os direitos sociais conquistados via lutas dos trabalhadores ao longo de séculos.

É disseminada ideologicamente a ideia de que o governo petista é o governo do povo, dos trabalhadores, dos desfavorecidos. No entanto, o que é visível é que essas estratégias tem se caracterizado como políticas de controle sobre as massas, como um meio paliativo de remediar as diversas expressões da *questão social* e seus impactos nas dimensões cotidianas da vida social dos trabalhadores. A violência ganha tons naturais e é justificada sob um discurso ampliado de *segurança pública* (aparelho de repressão do Estado burguês) no qual suas ações arbitrárias são legitimadas sobre as massas, além de difundir um sentimento de uma constante insegurança socialmente posta. Assim:

De um ponto estritamente pragmático, recorrer aos sentimentos vingativos de indivíduos que necessitam ter onde despejar seus temores, sua ira, sua intolerância ou seu fracasso pode render muitos votos. À direita e à esquerda, os discursos se assemelham: quase todos preconizam a construção de mais prisões, o aumento do número de policiais nas ruas, leis mais rigorosas, enfim, a implacabilidade com o crime, como se aí estivesse a verdadeira raiz de toda a insegurança que necessita ser extirpada (ARGUELLO BEZERRA; BRUZIGUESSI, 2010, p. 50)

Há alguns anos é importada dos Estados Unidos a doutrina de “tolerância zero” na forma de repressão pesada ao crime, porém não encontram-se nesta direção a real essência das problemáticas sociais. As análises e as formas de enfrentamento pautam-se no plano superficial do problema, em cujas causas está contido o indivíduo. No nosso país a *questão social* é marcadamente, desde sua emergência, tratada como caso de polícia e, na atualidade, o governo legitima esse retorno sórdido ilegítimo de tratar as expressões da *questão social* como tal. Foi o que ocorreu com as manifestações de outubro de 2013. A repressão e intensa *criminalização* retornou com mais força. A Lei de segurança Nacional se atualiza de forma ainda mais repressiva frente aos movimentos coletivos que emergem e saem às ruas.

Nas lutas ao longo da história no Brasil, os sujeitos sociais são reprimidos, pois, as relações capitalistas temem a massiva organização dos trabalhadores. Marx (1875), no século XIX, apontou que: “A libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores⁸²”, sendo então por isso que o capital se utiliza das mais diversas estratégias para a desorganização das lutas dos movimentos coletivos ao longo dos séculos.

⁸² Ver: MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

Os próprios trabalhadores devem fazer emergir sua liberdade rompendo com os grilhões impostos pelo movimento da sociedade do capital. Neste sentido, as esperanças devem ser renovadas sempre em uma postura de luta contra o Estado e o capital, ambos ligados por uma mesma dinâmica – dar movimento ao desumano capitalismo.

No Brasil, foram os (des)caminhos da gestão do Partido dos Trabalhadores e de Lula da Silva que se particularizaram em torno de uma gestão conectada com as demandas do capital. Sem pestanejar, estes aderiram fortemente à dinâmica capitalista. O Estado do consenso foi a marca desses anos no que se refere aos MS, sendo esta uma estratégia que nos parece ter funcionado até determinado momento.

Em junho de 2013 isso ganha outros direcionamentos e as possibilidades de articulação das lutas estão sendo postas pela realidade, devendo ser sabiamente organizadas politicamente no campo da luta unificada pelos diversos MS, organizações coletivas e partidos, os quais enxergam nas lutas horizontes diferentes desta realidade problemática que é a do capital.

O governo petista apresentou-se como um espaço privilegiado do grande capital nacional e internacional, mantendo posturas avessas à programática anterior e o que prevaleceu foi a postura de atenção direta ao capital e não ao trabalho. Assim os projetos de sociedade foram se metamorfoseando ao longo do caminhar histórico da fundação do PT à ascensão ao poder e muito se perdeu. Sua postura débil ao assumir a presidência mostrou que sua rendição deixa claro que o projeto dominante exerceu grande influência sobre Lula, e o partido, que se funda no seio da luta dos trabalhadores, exerceu o controle e o domínio, os transformando nas mais novas marionetes do capital.

Dessa forma, o que vivemos com a gestão petista foi uma ampliação do poder do capital sobre o trabalho. Os rumos dos MS se deram na contra-corrente à estratégia do consenso expressa na postura minimalista do governo do PT. Esse quadro é infelizmente o que trata as reivindicações como questões pontuais e com respostas mínimas e sem resolutividade para as diversas problemáticas impostas pela sociedade do capital. Sendo assim, para Iasi (2012, p. 563):

É triste, profundamente triste, que o PT tenha se transformado no exato retrato daquilo que ele queria negar. É com um misto de “desespero e resignação” que não mais reconhecemos esta estranha “versão de um pavão real”; apenas temos certeza, pedindo emprestadas as palavras de Silvio Rodríguez, de que “já não é mais o que queria ser”.

A adaptação do partido à ordem é notada, pois a classe trabalhadora começa a perceber que o PT se distancia e se torna uma coisa estranha a ela – o fetiche começa a apresentar-se. A sociedade do capital opera essa dinâmica de afastamento dos produtores e seus produtos. O PT, enquanto produto histórico de lutas dos trabalhadores é na atualidade um produto fetichizado (estranho) à classe trabalhadora. Essa essência de estranhamento se dá em uma sociedade marcada por classes. Isso não é algo natural ao ser humano, mas um produto histórico de existência sob o controle das amarras capitalistas.

A espiral ligada ao movimento de amoldamento, rendição e debilidade do governo petista e de Lula da Silva é caracterizada pelo fato de que estamos em um espaço de poder hegemônico que implica em desafios e muita força para não sermos tragados pelo obscuro núcleo de dominação do capital sobre todas as formas de vida e da sociabilidade.

O momento é o de pensar como podemos construir rumos novos e significativos para a classe trabalhadora e que o futuro é algo que deve ser garantido. Brecht afirma em um de seus magníficos poemas “que o futuro comece agora”. Que futuro comece agora para que aquele que prepara o pão possa comê-lo, para aquele que constrói casas tenha onde morar, porque estamos cansados de esperar, e nos perguntamos: “Por que adiar ainda mais o futuro, afinal, não viveremos para sempre?”⁸³

É nesta perspectiva que buscamos o nosso futuro e que ele não seja jogado ao léu por tiranos e corruptos que, no caminhar de nossa recente história, vêm implementando as mais variadas formas de usurpação da vida e da dignidade humana.

O PT vem construindo uma postura que vai de encontro à classe trabalhadora em articulação direta com o capitalismo. Neste quadro problemático encontram-se os ataques às lutas sociais que são amplamente difundidas pelas instituições burguesas (Estado e mídia), as quais, com seu poder ideológico, exercem as mais diversas formas de controle e dominação das massas. Um exemplo disso é o que foi feito com os protestos de rua que se estenderam por todo o ano de 2013 e no período da copa do mundo de futebol em 2014.

A estratégia do governo frente às lutas dos MS é a de transformá-los em criminosos como outrora fez o governo de FHC, além de implementar a emblemática postura do consenso que implica na desmobilização e despolitização das lutas coletivas. O objetivo de seguir as requisições do capital levou o Partido dos Trabalhadores ao fracasso no que se refere ao adensamento e organização nas lutas dos trabalhadores. Com isso, operou-se inflexões sobre as mais diversas lutas devido a muitos MS e líderes de organizações acreditarem que Lula e o PT pudessem ser os “salvadores da pátria”. Estes acabaram por ser *cooptados* e se

⁸³BRECHT, Bertold. “Tomar lugar à mesa”. *Poemas (1913-1956)*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.305.

articulando conjuntamente aos alinhamentos da política neoliberal, à corrupção e à impunidade. Assim, o Partido dos Trabalhadores, em sua gestão, não garantiu respostas significativas aos trabalhadores em suas demandas históricas.

Aqui as insuficiências são carregadas de contradições quando um partido e um ex-líder sindical que chegaram ao poder, adapta-se à ordem do capital e ao comitê executivo dos negócios da burguesia – o Estado. E assim sua essência de luta contra as diversas formas de opressão aos trabalhadores é substituída por uma postura de garantia da gestão do capital, além do total apoio aos seus alinhamentos.

Buscou-se com a estratégia do consenso na era Lula da Silva uma forma ampla de controle sobre as massas na manutenção dos conflitos de classe: a mediação que resulta em um sutil, porém não menos perverso movimento de destruição das lutas dos MS. Trata-se de atacar de forma silenciosa as bases organizativas, imprimindo-lhes uma postura limitada, fragmentada e despolitizada.

Para refletirmos sobre tais questões é necessário compreender que o PT e Lula da Silva se colocam como figuras emblemáticas deste século, pois foram capazes de eliminar grandes possibilidades para a ampliação da força do trabalhador e do trabalho em sua gestão no governo. Houve uma severa adaptação do governo do PT aos direcionamentos do capital e suas políticas neoliberais e financeiras, deixando as reivindicações dos trabalhadores no esquecimento. Dessa forma, o governo do PT exerceu em grande medida o controle sobre a classe trabalhadora através as diversas estratégias as quais implementou.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto ganha relevância em face da crise política a qual o Brasil está mergulhado na atualidade, um dos rebatimentos da crise estrutural do capital que vem se agudizando ao longo de décadas. O caráter destrutivo do capital acaba por penetrar em todas as dimensões da vida social, trazendo consigo as mais variadas e desumanas formas de rebaixamento da nossa existência, afetando todas as esferas da reprodução social, seja ela econômica, política ou social.

Nesse processo, instaurado com a crise do capital, os ataques aos trabalhadores e suas formas de organização se expressam de forma mais aparente. O capital, temeroso em vivenciar novas experiências de cunho socialista como a vivida há cem anos na União

Soviética (Revolução Russa de 1917), busca criar estratégias de limitar e ou destruir qualquer tentativa de luta dos trabalhadores. Ao longo do século XX, a classe trabalhadora travou batalhas significativas contra as opressões cotidianas de uma forma de sociabilidade que prima pela acumulação privada da riqueza.

Nesse contexto, as estratégias de organização da classe trabalhadora tiveram um papel fundamental na construção das lutas em defesa de sua existência e da ampliação e efetivação de seus direitos, fruto de tais lutas. No caso particular do Brasil, no fim da década de 1970-1980, os trabalhadores construíram uma das maiores greves da história do país, dando origem posteriormente ao Partido dos Trabalhadores (PT), um partido que em sua origem nascia do acúmulo de força da classe trabalhadora que lutava contra a Ditadura Militar e pela redemocratização do país. Porém, é importante sinalizar que o nascimento do PT, em grande medida, foi impulsionado pela efervescência da conjuntura de luta dos trabalhadores dos anos 1970-1980.

No contexto de acirramento da luta de classes, os trabalhadores demonstram seu protagonismo. A trajetória do PT foi marcada por emoções e tensões, acertos e equívocos, mas ao mesmo tempo afirmou-se na história como uma das maiores organizações da classe trabalhadora da América Latina, até os dias de hoje.

O PT se origina da proposta de diversos sujeitos desde revolucionários a reformistas, além de um grupo de sindicalistas (novo sindicalismo) tendo Lula um destaque importante no processo de organização de um projeto programático efetivo para a classe trabalhadora. Após a fundação, o partido passa a ocupar um lugar de destaque, como inspiração para a luta coletiva dos trabalhadores no cenário brasileiro. Porém os caminhos eleitorais acabaram por direcioná-lo a uma prática que o afastou das lutas dos trabalhadores em sua essência, a emancipação humana. Ao se aproximar da estrutura democrática burguesa o PT se adapta à ordem, seguindo a cartilha neoliberal para organizar e gerir as demandas do capital, e não as do trabalho, como destacavam na origem do partido.

A representatividade de Lula e do PT nos círculos de esquerda não é algo sem conexões: 1) Parte desse reconhecimento advém da trajetória empreendida pelo ex-sindicalista na luta contra o regime militar (1964-1985). Lula, junto com outros representantes dos trabalhadores, nesse período funda um partido que ao longo do tempo torna-se um partido de massas, com raízes num solo operário – em um contexto em que organizações de esquerda vinham passando por crise, na Europa, por exemplo, o PT tinha um aparente discurso anticapitalista. Assim, em 2003, chega à presidência da república, depois de outras tentativas. 2) Existia uma crítica do PT a políticas neoliberais aplicadas pelo governo FHC (1995-2002):

o partido se colocava como de política independente e progressista; porém a abertura dos anos 1980 tem pouco a ver com o PT dos anos 2003, na chegada ao poder central.

Nos rumos em que o PT seguiu, foram operadas mudanças significativas na sua base social de apoio, além das divisões internas que ocorreram ao longo das décadas. Assim, da sua origem à chegada ao governo, o Partido dos Trabalhadores experimentou um profundo processo de transformação e adesão às demandas da burguesia nacional e internacional.

Nota-se que Lula e o PT no primeiro mandato, de 2003-2007, conduziu sua gestão em plena consonância com as políticas neoliberais já implementadas no Brasil desde os anos 1990, no governo de FHC e seu Partido Social-Democrata Brasileiro (PSDB). Lula, já nos primeiros meses de gestão, coloca a direção do Banco Central nas mãos de um ex-servidor do Bank of Boston⁸⁴, figura de confiança do mercado e dos investidores capitalistas, além de tomar medidas como a implementação da Lei de responsabilidade fiscal (exigência imposta por instituições como FMI e Banco Mundial). Outra questão decisiva foi o aprofundamento do debate sobre a reforma da previdência (antes criticada pelo PT) – FHC inicia a proposta de reforma da previdência, porém não consegue conduzi-la, deixando para o PT legitimá-la em favor do capital e contra a classe trabalhadora.

O clima mudou gradualmente no que se refere à relação do PT com os Movimentos Sociais, e o governo petista conseguiu manter uma relação próxima com o MST e a CUT, por exemplo. Criou-se, então, uma relação significativa com tais movimentos a partir da cooptação para o seu governo. A criminalização foi algo que não se expressou de forma tão forte, mas existiu em alguma medida quando não se conseguia cooptar e/ou manter o consenso entre o governo e as demandas dos movimentos sociais. Fica evidente a substituição da luta de classe pela conciliação com a burguesia e uma forte acomodação dos trabalhadores em ternos de luta no país.

O PT conseguiu em grande medida desmobilizar a luta dos trabalhadores, pois ao chegar ao poder produziu estratégias de controle sobre a classe trabalhadora, como tentamos demonstrar ao longo do trabalho. Ficou evidente que o PT tentou operar uma organização do capitalismo, buscando na estratégia de redistribuição de renda (com o Programa Bolsa Família) a ampliação da participação popular na definição das políticas e programas sociais na sua base de sustentação, além de garantir a expansão do consumo no mercado interno dentro de um novo momento econômico que se colocava.

⁸⁴ BankBoston foi um banco de origem norte americana controlado pelo Bank of America e cujos ativos no Brasil foram vendidos ao Banco Itaú em 2006.

Diante da conjuntura atual, cabe-nos levantar algumas questões: Podemos transformar a sociedade ocupando cargos no Estado? Os problemas advindos das expressões da questão social podem ser resolvidos via Políticas Sociais? Será que o PT seria capaz de empreender tais mudanças na realidade brasileira ao chegar à presidência da república como alguns acreditaram?

Aliás, o próprio partido nos seus documentos de fundação sinalizam que o objetivo não era a emancipação humana, conforme escreveram Marx e Engels, mas justamente a emancipação política, ocupando espaços institucionais.

A função social do Estado é a de manter a reprodução material da sociedade como comando político do sistema, assim as políticas sociais se destacam como partes essenciais para a reprodução do capital. Marx, no *Glossas Críticas* (2010), afirma que não é no Estado que se pode encontrar a natureza dos males sociais e sim na esfera econômica. Assim, os problemas não podem ser resolvidos a partir do âmbito político, pois esses são intrínsecos a todas as sociedades de classes e a sociedade capitalista não foge à regra, sendo as políticas e programas sociais paliativos, pois não podem acabar com os interesses de classe.

Dessa maneira, mesmo que Lula e o PT não tivessem direcionado os rumos políticos para atender às demandas da administração do capital, nada poderia ser feito, pois a função do Estado moderno é da manutenção do capital em favor da classe dominante econômica e politicamente. Nesse sentido, a emancipação do trabalho não virá via Estado.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- ÁVILA, Rodrigo; FATTORELLI, Maria Lúcia. **Gastos com a Dívida Pública em 2014 superaram 45% do Orçamento Federal Executado**. Disponível em: < <http://www.auditoriacidada.org.br/>> Acessado em 20 de fev. de 2016.
- BARAN, A. Paul; SWEEZY, M. Paul. **Capitalismo Monopolista** – Ensaio sobre a Ordem Econômica e Social Americana. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.
- BRAZ, Marcelo; PAULO NETTO, José. **Economia Política**. Uma introdução crítica. 8ª Edição. São Paulo: Cortez, 2012.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. Os Impactos da Estratégia de Abertura Externa no Brasil da Década de 90 sobre a Distribuição de Renda e Riqueza. **Economia-Ensaios**, Uberlândia, v. 20, n. 1, p. 81-103, dez., 2005.
- CASTELO, Rodrigo. Crescimento econômico e equidade social: o modelo novo-desenvolvimentista de intervenção sobre a “questão social”. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 3, 2007, São Luís. **Anais**. São Luís, 2007.
- CHASIN, J. **O integralismo de Plínio Salgado** – forma de regressividade no capitalismo hipertardio. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- COGGIOLA, Osvaldo e KATZ, Claudio. **Neoliberalismo ou crise do capital?** 2. ed. São Paulo: Xamã, 1996
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- _____. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Lisboa: Edições Avante, 1975.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Crise estrutural do capital**. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. Trad. Bernardo Joffili. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo – história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HAYEK, Friedrich A. von. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; Instituto Liberal, 1990.

HOBBS, Thomas. **Leviatã – ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

JINKINGS, Isabella. **Sob o domínio do medo: controle social e criminalização da miséria no neoliberalismo**, 2007. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Campinas, SP.

KEYNES, John M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda – Inflação e Deflação**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LASKI, Harold. **O liberalismo europeu**. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

LESSA, Sérgio. **Capital e Estado de Bem-Estar – O caráter de classe das políticas públicas**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

_____. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

LUKÁCS, G. O Trabalho. Tradução de Ivo Tonet. Extraído de **Per l'ontologia dell'Essere Sociale**. Roma: Editori Riuniti, 1981 (v. II).

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MARANHÃO, César. As ilusões do “novo desenvolvimentismo”: expressão ideológica da crise na periferia do capitalismo. In: COSTA, Gilmaisa Macedo; SOUZA, Reivan. (Orgs.). **O social em perspectiva: políticas, trabalho, serviço social**. Maceió: Edufal, 2013.

MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010
 _____. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Burguesia e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **Estado e burguesia no Brasil** – Origens da autocracia burguesa. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MENDONÇA, Ana Maria Ávila. **Uma visita a Maquiavel**. In: COSTA, Gilmaisa Macedo;

SOUZA, Reivan. (Orgs.). **O social em perspectiva: políticas, trabalho, serviço social**. Maceió: Edufal, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A montanha que devemos conquistar**. São Paulo: Boitempo, 2015.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Uma face contemporânea da barbárie. In: **O Social em perspectiva – políticas, trabalho, Serviço Social**. Maceió: Edufal, 2013.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. **Mészáros e a incontrollabilidade do capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012a.

_____. Keynesianismo, Neoliberalismo e os antecedentes da “crise” do Estado. In: **Marx, Mészáros e o Estado**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012b.

_____. **A Reforma do Estado no Brasil e a Relação Público e Privado – do que se trata** ? 2007. Disponível em:

<http://www.cristinapaniago.com/yahoo_site_admin/assets/docs/REFORMA_ESTADO.185204728.pdf> Último acesso em: 20 de jan. de 2016.

PIMENTEL, Edlene. **Uma Nova Questão Social? Raízes materiais e humano-sociais do Pauperismo de Ontem e de Hoje**. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense,

2012. ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Ed. Globo,

1973.

SANTOS NETO, Artur Bispo. **Capital e Trabalho na formação econômica do Brasil**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

_____. **Trabalho e tempo de trabalho na perspectiva marxiana**. 1. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2002.

TEIXEIRA, Francisco J. S. O neoliberalismo em debate. In: **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho / Francisco J. S. Teixeira & Manfredo Araújo de Oliveira (orgs.). 2. ed. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade do Ceará, 1998.